



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO X — N.º 124

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 27 DE AGOSTO DE 1955

Presidência

Convocação de sessão conjunta para apreciação de veto

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, e do art. 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 6 de setembro próximo, às 14,30 horas, no edifício da Câmara dos Deputados, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 1.458, de 1951, na Câmara dos Deputados, e n.º 99, de 1952, no Senado Federal), que dá nova redação ao art. 3.º do Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937, que dispõe sobre o loteamento e venda de terrenos para pagamento em prestações.

Senado Federal, em 10 de agosto de 1955.

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de "vetos" presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70, § 3.º, da Constituição Federal, e do artigo 45, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 15, 20, 22 e 27 de Setembro do ano em curso, às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhecerem dos vetos presidenciais abaixo indicados:

Dia 15 de Setembro:

Veto (parcial) ao Projeto de Lei (n.º 1.806, de 1952, na Câmara dos Deputados, e n.º 260, de 1954, no Senado Federal) que concede amparo aos ex-integrantes da Força Expedicionária Brasileira, julgados inválidos ou incapazes definitivamente para o serviço militar (parcial).

Dia 20 de Setembro:

Veto ao Projeto de Lei (n.º 4.228, de 1954, na Câmara dos Deputados, e n.º 38, de 1955, no Senado Federal) que derroga o artigo 3.º da Lei n.º 191, de 29 de Agosto de 1949, o qual assegura a inscrição de provisionados no quadro da Ordem dos Advogados do Brasil (total).

Dia 22 de Setembro:

Veto ao Projeto de Lei (n.º 1.583, de 1952, na Câmara dos Deputados, e n.º 232, de 1954, no Senado Federal) que prevê sobre a revisão obrigatória dos proventos dos servidores, inativos, civis da União e dos das autarquias ou paraestatais (total).

Dia 27 de Setembro:

Veto ao Projeto de Lei (n.º 1.982, de 1952, na Câmara dos Deputados, e n.º 395, de 1952, no Senado Federal) que restabelece o sistema ortográfico do "Pequeno Vocabulário da Língua Portuguesa", e revoga o Decreto-lei n.º 8.286, de 5 de Dezembro de 1945 (total).

Senado Federal, 26 de Agosto de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 96, de 1955

Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Irmãos Figueira Ltda.

Art. 1.º — É aprovado o termo de contrato celebrado a 25 de Novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Irmãos Figueira Ltda., para construção dos prédios destinados às Agências Postais-Telegráficas de Afonso Cláudio, Aimorés, Anchieta, Conceição da Barra, Guarapari, Itaguaçu e Santa Leopoldina, pertencentes à Diretoria Regional do Espírito Santo.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 26 de Agosto de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 97, de 1955

Aprova o termo de contrato, celebrado entre o Governo da União e Luis Bezerra de Oliveira

Art. 1.º — É aprovado o termo de contrato celebrado, a 17 de Julho de 1954, entre o Governo da União e Luis Bezerra de Oliveira, para desempenhar, no Serviço Agro-Industrial do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a função de químico especializado em análises de solos.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 26 de Agosto de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

SENADO FEDERAL

Relação das Comissões

Comissões Permanentes

Diretora

Nereu Ramos — Presidente.
Gomes de Oliveira — 1.º Secretário.
Freitas Cavalcanti — 2.º Secretário.
Carlos Lindenberg — 3.º Secretário.
Ezequias da Rocha — 4.º Secretário.
Maynard Gomes — 1.º Suplente.
Prisco dos Santos — 2.º Suplente.
Secretário — Luiz Nabuco, Diretor Geral da Secretaria.

De Constituição e Justiça

Cunha Melo — Presidente.
Argemiro Figueiredo — Vice-Presidente.
Armando Câmara.
Attilio Vivacqua.
Benedito Valadares.
Daniel Krieger.
Gilberto Marinho.
Jarbas Maranhão.
Kerginaldo Cavalcanti.

Lourival Fontes.
Ruy Palmeira.
(*) Substituído pelo Sr. Novais Filho.
Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade.
Reuniões — Terças-feiras, às 10 horas.

Economia

Fernandes Távora — Presidente.
Juracy Magalhães — Vice-Presidente.
Julio Leite.
Sé Tancoso.

Lima Teixeira.
Iracema Miranda.
Alô Gumbraes.
Secretário — Aroldo Moreira.
Reuniões — Terças-feiras, às 13 horas.

Educação e Cultura

Lourival Fontes — Presidente.
Jarbas Maranhão — Vice-Presidente.
Silvio Curvo.
Apollônio Sales.
Bernardes Filho.

Guilherme Malaquias.
Armando Câmara.
Secretário — Francisco Soares Arruda.

Reuniões — Terças-feiras, às 16 horas.

Serviço Público Civil

Prisco dos Santos — Presidente.

Kerginaldo Cavalcanti — Vice-Presidente.

Vivaldo Lima.

Ary Vianna.

Armando Câmara.

Heitor Medeiros.

Neves da Rocha.

Secretário — Julieta Ribeiro dos Santos.

Reuniões — Sextas-feiras, às 15 horas.

Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Novaes Filho — Presidente.

Pilinto Müller — Vice-Presidente.

Neves da Rocha.

Ary Viana.

Coimbra Bueno.

Secretário — Francisco Soares Arruda.

Reuniões — Quintas-feiras, às 15 horas.

Finanças

Alvaro Adolpho — Presidente (****).

Cesar Vergueiro — Vice-Presidente.

Alberto Pasqualini.

Victorino Freire. (****)

Parsifal Barroso. (***).

Mathias Olympio.

Juracy Magalhães.

Lino de Matos.

Julio Leite.

Dinarte Mariz. (**).

Domingos Velasco.

Othon Mäder.

Novaes Filho.

Saulo Fernandes.

Pilinto Müller. (**).

Onofre Gomes.

Mourão Vieira

(*) Substituído pelo Sr. João Arruda.

(**) Substituído pelo Sr. Heitor Medeiros.

(***) Substituído pelo Sr. Fausto Cabral.

(****) Substituído pelo Sr. Waidyr Bouhyd.

(*****) Substituído pelo Sr. Alfredo Dualibe.

PARA AS SUPLENCIAS

Ary Vianna.

Lucio Bittencourt.

Daniel Krieger.

Bernardes Filho.

Kerginaldo Cavalcanti

Armando Câmara.

Secretário — Renato Chermont.

Reuniões — Quartas-feiras, às 10,30 horas.

De Redação

1 — Julio Leite — Presidente.

2 — Sebastião Archer — Vice-Presidente.

3 — Alô Guimarães

4 — João Villasbôas.

5 — Saulo Ramos. (*)

(*) Substituído, interinamente, pelo Senador Mourão Vieira.

Secretário — Cecília de Rezende Martins.

Reuniões — Terças-feiras, às 15 horas.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
HELMUT HAMACHER

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00
Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 39,00
Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 106,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Legislação Social

Lima Teixeira — Presidente.

Othon Mäder — Vice-Presidente.

Guilherme Malaquias

João Arruda.

Lino de Matos.

Ruy Carneiro.

Sebastião Archer.

Secretário — Pedro de Carvalho Müller.

Reuniões — Quintas-feiras, às 18 horas.

Relações Exteriores

Georgino Avelino — Presidente.

Bernardes Filho — Vice-Presidente.

Gilberto Marinho.

Lourival Fontes.

Ruy Palmeira.

Moura Andrade.

Mathias Olympio

João Villasbôas.

Benedicto Valladares.

Secretário — J. B. Castejon Branco

Reuniões — Quartas-feiras.

Saúde Pública

1 — Sylvio Curvo — Presidente.

2 — Vivaldo Lima — Vice-Presidente.

3 — Guilherme Malaquias.

4 — Leonidas Melo. (*)

5 — Pedro Ludovico. (**)

(*) Substituído interinamente pelo Senador Mendonça Clark.

(**) Substituído interinamente pelo Senador Costa Pereira.

Secretário — Cecília de Rezende Martins.

Reuniões — Quintas-feiras, às 15 horas.

Segurança Nacional

Onofre Gomes — Presidente.

Caetano de Castro — Vice-Presidente.

Magalhães Barata.

Ary Vianna.

Silvio Curvo.

Parsifal Barroso. (*)

Lino de Mattos.

(*) Substituído pelo Sr. Fausto Cabral.

Secretário — Romilda Duarte.

Reuniões — Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão Mista de Reforma Eleitoral

Senador Cunha Mello — Presidente.

Senador Rui Palmeira — Vice-Presidente.

Deputado — Ulysses Guimarães — Relator.

Senadores:

Attilio Vivacqua.

Lucio Bittencourt.

Pilinto Müller.

Alô Guimarães.

Deputados:

Ernani Sátiro.

Colombo de Souza.

Oliveira Brito.

Pereira Filho.

Raimundo Brito.

Secretário: Marília Pinto Amando.

Comissão de Inquérito para apurar fatos relativos à liberação da Química Bayer Limitada.

Senador Cunha Mello — Presidente.

Senador Alvaro Adolfo — Vice-Presidente. (*)

Senadores Guilherme Malaquias e Argemiro Figueiredo — Relatores.

Senador Ezequias da Rocha. (**)

Senador Kerginaldo Cavalcanti.

Senador Pedro Ludovico. (***)

(*) Substituído pelo Sr. Ruy Carneiro.

(**) Substituído pelo Sr. Attilio Vivacqua.

(***) Substituído pelo Sr. Sá Timoco.

Secretário — Romildo Gurgel.

Reuniões — Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissões Especiais

De Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

Lima Teixeira — Presidente.

Julio Leite — Vice-Presidente.

Paulo Fernandes — Relator.

Ruy Carneiro.

Othon Mäder.

Kerginaldo Cavalcanti.

Lucio Bittencourt — Relator.

Heitor Medeiros.

Julio Leite.

Secretário — J. B. Castejon Branco.

Secretário — Francisco Soares Arruda.

Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas.

De Mudança da Capital

Coimbra Bueno — Presidente.

Paulo Fernandes — Vice-Presidente.

Attilio Vivacqua — Relator.

Alberto Pasqualini.

Lino de Matos.

Secretário — Aroldo Moreira.

Reuniões — Quintas-feiras.

De Estudo da aplicação do empréstimo contraído pelo Brasil no Export and Import Bank.

Mathias Olympio — Presidente.

Maynard Gomes — Vice-Presidente.

Mendonça Clark — Relator.

Daniel Krieger.

Paulo Fernandes.

Secretário — Miécio dos Santos Andrade.

De Reforma Agrária

Ruy Palmeira — Presidente.

Paulo Fernandes — Vice-Presidente.

Comissão de Reforma Constitucional

Cunha Mello — Presidente.

Alvaro Adolpho — Vice-Presidente

Kerginaldo Cavalcanti — Relator

Apolonio Salles.

Benedito Valadares.

Gilberto Marinho.

Lourival Fontes.

Lima Teixeira.

Argemiro Figueiredo.

Ruy Palmeira.

Attilio Vivacqua.

Armando Câmara.

Lucio Bittencourt.

Jarbas Maranhão.

Carlos Lindenberg.

Daniel Krieger.

Atas das Comissões**Comissão de Economia**11.^a REUNIAO EM 24 DE AGOSTO DE 1955

(EXTRAORDINÁRIA)

(Republica-se em virtude de incorreções)

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto de 1955, às 16,30 horas, reuniu-se na Sala das Comissões do Senado, a Comissão de Economia sob a presidência do Sr. Senador Juracy Magalhães, Vice-Presidente, presentes os Srs. Senadores, Alô Guimarães, Lima Teixeira, Julio Leite e Sá Tinoco, deixando de comparecer por motivo justificado, o Srs. Senadores, Fernando Távora, Presidente e Tarciso Miranda. E lida e sem alteração aprovada a ata da reunião anterior.

Inicialmente, o Sr. Presidente procede à seguinte distribuição:

Ao Senhor Senador Alô Guimarães o Projeto de Lei da Câmara n.º 140, de 1955, que concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para materiais elétricos importados por Continho Pena, e destinados à Usina Hidroelétrica de Sumidouro, Município de Caratinga, Estado de Minas Gerais;

Ao Senhor Senador Julio Leite o Projeto de Lei da Câmara n.º 124, de 1955, que dispõe sobre a denominação de estabelecimentos bancários.

Ao Senhor Senador Juracy Magalhães emite o parecer favorável, que é aprovado pela Comissão, às emendas apresentadas ao Projeto de Lei da Câmara n.º 16, de 1954, que dispõe sobre a taxa a que ficam sujeitas as entidades que exploram apostas sobre corridas de cavalo, tendo oferecido uma subemenda à emenda n.º 3, substitutiva do parágrafo único da art. 2.º do Projeto, em que estabelece nova modalidade das subvenções previstas no mesmo artigo, destinando 50% destas subvenções ao estímulo da criação e emprego do cavalo nacional nas lidas militares, nos serviços de campos e nos demais esportes hipicos; e 50% ao custeio de obras e serviços de Assistência Social, desenvolvidos pelos Joqueiros Clubes e demais sociedades hipicas.

Ainda o Sr. Senador Juracy Magalhães lê parecer favorável ao Projeto

de Decreto Legislativo n.º 83, de 1954, que aprova o Convênio Comercial entre o Brasil e a Bolívia.

O Referido parecer é aprovado.

Prosseguindo, o Sr. Senador Sá Tinoco, lê o parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 240, de 1954, que altera disposições da legislação do imposto de consumo e sobre as emendas ao mesmo apresentados, opinando favoravelmente ao Projeto e às emendas n.ºs. 1-C, 2-C, 8-C, 10-C e 11-C, e contrariamente às emendas n.ºs. 3-C, 4-C, 5-C, 6-C, 7-C, 9-C, apresentando, ainda, uma emenda aditiva, que tomou o n.º 12-C pela qual regula a percepção dos vencimentos dos agentes fiscais do imposto de consumo.

A Comissão aprova o parecer.

Em seguida, é aprovado pela Comissão o parecer favorável do Sr. Senador Julio Leite, ao Projeto de Lei da Câmara n.º 186, de 1954, que faculta, para efeito de aposentadoria, a contagem de tempo de serviço de qualquer atividade profissional exercida.

O Senhor Senador Alô Guimarães lê parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 126, de 1955, que cria uma Estação de Viticultura no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná, e dá outras providências, tendo a Comissão aprovado o referido parecer.

Quanto ao Projeto de Lei da Câmara n.º 304, de 1953, que permite a admissão de pessoa jurídica nas Cooperativas de Transporte e Passageiros e de Carga e do qual pede vista o Senhor Senador Lima Teixeira, o Sr. Senador Juracy Magalhães, que anteriormente também pedira vista, manifesta-se, através de voto verbal, contrário ao Projeto, nos termos do parecer do relator Senhor Senador Julio Leite.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, da qual, eu, José Soares de Oliveira Filho, Secretário, ad-hoc, lavro a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Inscrição de oradores para a 89.^a Sessão, em 29-8-55

1.º — Sen. Attilio Vivacqua.

ATA DA 88.^a SESSÃO DA 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 3.^a LEGISLATURA EM 26 DE AGOSTO DE 1955**PRESIDENCIA DOS SRS. NEREU RAMOS E FREITAS CAVALCANTI**

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores: Vivaldo Lima. — Mourão Vieira. — Cunha Mello. — Alfredo Duailibe. — Públio de Mello. — Mendonça Clark. — Onofre Gomes. — Parsifal Barroso. — Kerginaldo Cavalcanti. — Georgino Avelino. — Ruy Carneiro. — João Arruda. — Freitas Cavalcanti. — Julio Leite. — Maynard Gomes. — Neves da Rocha. — Juracy Magalhães. — Lima Teixeira. — Carlos Lindenberg. — Attilio Vivacqua. — Ari Viana. — Sá Tinoco. — Guilherme Malaquias. — Caiado de Castro. — Gilberto Marinho. — Benedito Valadares. — Antonio de Barros. — Domingos Velasco. — Costa Pereira. — Mario Motta. — João Villasboas. — Heitor Medeiros. — Alô Guimarães. — Nereu Ramos. — Alberto Pasqualini. — Daniel Krieger. — (36).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 36 Senhores Senadores. Havendo número legal, esta aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O SR. COSTA PEREIRA:

Servindo de 2.º Secretário, procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O SR. 3.º SECRETÁRIO:

Servindo de 1.º, lê o seguinte

Expediente**Mensagem:**

— Do Sr. Presidente da República n.º 263, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara n.º 91, de 1955, já sancionado.

Ofícios:

— Do Sr. Ministro da Fazenda, nos seguintes termos:

Ministério da Fazenda.

Aviso n.º 534.

Em 24 de agosto de 1955

Senhor 1.º Secretário:

Tenho a honra de comunicar a V. Excia. que este Ministério está enviando esforços no sentido de serem ultimados os esclarecimentos a que se refere o Requerimento número 3.7, de 1955, de autoria do Senhor Senador Lucio Bittencourt, para imediato encaminhamento a essa Casa do Congresso.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exa. os protestos da minha alta estima e distinta consideração.

Dê-se conhecimento ao Requerente.

— Do Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, nos seguintes termos:

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

N.º 167.008-55-GM. 2138 — Em, 24 de agosto de 1955.

Sr. Secretário,

1. Atendendo aos termos do Ofício n.º 711, de 12 de julho último, dessa Casa, que encaminhou o Requerimento n.º 302-55, no qual o Sr. Senador Kerginaldo Cavalcanti solicita informações sobre o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado, tenho a honra de remeter a V. Exa., por cópia e em duas vias, os esclarecimentos prestados por aquele órgão.

Sirvo-me de renovar a V. Exa. os protestos de minha elevada estima e distinta consideração.

— Napoleão de Alencastro Guimarães.

INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1955 P. 300-55.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de restituir a Vossa Excelência o incluso processo MTIC-167.006 (IPASE-45.323-55) referente ao requerimento n.º 302-55, apresentado pelo Senhor Senador Kerginaldo Cavalcanti.

2. Vai o mesmo processo instruído com as informações (em 5 vias em separado) do Departamento de Previdência deste Instituto, em resposta às questões formuladas por aquele digno parlamentar.

3. Quanto ao 3.º item, tendo em vista não ser o IPASE Instituto de Aposentadoria, tudo indica que o assunto é de alçada exclusiva da Corregedoria do Distrito Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exa. os meus protestos de elevada estima e mui distinta consideração. — Raymundo Britto, Presidente.

Sr. Chefe da D.P.S.

Com relação ao requerimento de fls. 3, cabe-me informar:

2. Quanto ao item 1.º:

Os padrões de vencimentos, atualmente em vigor, para efeito de aposentadoria e recolhimento de contribuições ao IPASE, dos Serventários da Justiça do Distrito Federal, que não percebem vencimentos dos cofres públicos, de acordo com os artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 4.123, de 24-9-42, combinado com o artigo 4.º e suas alíneas, do Decreto-Lei número 3.164, de 31-3-41, são:

a) Para tabelas de notas, oficiais de registro e distribuidores — "P";

b) partidores, contadores, escrivães das Varas Cíveis, da Família, de Orfãos e Sucessões e da Fazenda Pública — "N";

c) avaliadores, inventariantes, testamentários e todo depositário e liquidantes judiciais — "L";

d) escreventes substitutos dos oficiais de notas, de registros de imóveis e de títulos e documentos, e porteiros dos auditórios — "J";

e) escreventes juramentados dos oficiais referidos na letra acima e escreventes substitutos dos demais oficiais — "H";

f) escreventes auxiliares dos oficiais referidos na letra d, escreventes e juramentados dos demais oficiais e oficiais de justiça — "G";

g) escreventes auxiliares dos demais oficiais não incluídos nas letras acima — "E", e,

h) serventes — "B".

3. Quanto ao item 2.º:

A concessão de aposentadoria é de encargo da União, de acordo com a Lei n.º 1.771, de 28-10-52.

Os descontos de 5% de que trata o Decreto-Lei n.º 3.347, de 12-6-41, incide sobre o valor do padrão em que estiver enquadrado o serventário;

Os segurados deixam pensões mensais vitalícias e temporárias e um pecúlio especial, este pago de uma só vez, calculados com base na idade de cada segurado, no início dos descontos e sempre que houver alterações negativas ou positivas nos vencimentos e, ainda, observadas as idades dos beneficiários de pensões temporárias;

De acordo com as tabelas IV e I do D.L. n.º 3.347-41, que nos indicam os coeficientes de pensões e pecúlio por cem cruzeiros de vencimentos, procede-se da seguinte maneira na determinação dos benefícios:

a) multiplica-se a importância que na tabela corresponder à idade de ex-segurado, no início dos descontos pelo salário, em centenas de cruzeiros ou fração, que o mesmo percebeu e para as alterações verificadas posteriormente, procede-se da mesma maneira, tomando-se o coeficiente da tabela na idade calculada nas datas em que se verificaram as alterações para mais ou para menos, nos vencimentos, cujos coeficientes são multiplicados somente pelo acréscimo ou decréscimo do salário-base. Efetu-se a soma alébrica dos valores encontrados, determinando-se assim, o valor de cada benefício.

PSC, em 8-8-55. — Afonso O. Cruz

Ao Sr. Diretor do D.P., com os esclarecimentos prestados pela PSC, com os quais estou de pleno acordo.

DPS, em 8-8-55 — Demócrito Silveira, Chefe.

Ao requerente.

— Da Câmara dos Deputados, sob n.º 1.780, encaminhando autógrafa do seguinte

Projeto de Lei da Câmara n.º 161, de 1955

(N.º 330-B, de 1955, na Câmara dos Deputados)

Reestrutura o Quadro de Oficiais Intendentes do Exército e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta: Art. 1.º O Quadro de Oficiais do Serviço de Intendência do Exército passa a ser constituído de:

44 Coronéis.
112 Tenentes-Coronéis.
221 Majores.
432 Capitães.
288 Primeiros Tenentes.
144 Segundos Tenentes.

Art. 2.º O efetivo em oficiais gerais, oriundos do Serviço de Intendência do Exército, obedecerá as disposições da Lei n.º 1.632, de 30 de junho de 1952.

Art. 3.º As vagas decorrentes dos efetivos fixados no art. 1.º serão preenchidas na primeira época de promoções, imediatamente após a data desta lei, respeitadas, contudo, as condições de acesso exigidas pela lei de promoções.

Art. 4.º Além do número de oficiais subalternos, constante do art. 1.º, é facultada ao Ministro da Guerra, para atender às necessidades do serviço e atividades em tempo de paz, a convocação de oficiais subalternos da Reserva (R-2) para estágio, de acordo com a legislação em vigor, até o limite de 1/3 (um terço) do respectivo efetivo de subalternos.

Art. 5.º Fica aumentado de 100 (cem) para 116 (cento e dezesseis) e de 100 (cem) para 200 (duzentos) respectivamente, o número de 1.ºs e 2.ºs tenentes do Quadro Auxiliar de Oficiais de Intendência do Exército.

Art. 6.º Ficam aumentado de 140 (cento e quarenta) o número de subtenentes do Exército, fixado pela Lei n.º 2.391, de 7 de janeiro de 1955, a fim de atender necessidades urgentes do Quadro de Intendência.

Art. 7.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mensagem n. 388, de 1955

(Número de ordem no Senado: 262-55)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso da atribuição que me conferem os arts. 70, § 1.º, e 87, II, da Constituição Federal, resolvi negar sanção ao Projeto de Lei da Câmara n.º 4.228, de 1954 (no Senado n.º 38-1955), que derroga o artigo 3.º da Lei n.º 794, de 29 de agosto de 1949, que assegura a inscrição de provisionados no Quadro da Ordem dos Advogados do Brasil, por considerá-lo contrário aos interesses nacionais em face das razões que passo a expor.

O objetivo do legislador ao editar a Lei n.º 794, foi, sem dúvida, o de reduzir a existência dos advogados provisionados, isto é, advogados sem o diploma de bacharel em direito, e, pois, sem as condições normais de habilitação — só permitindo que exerçam a sua atividade — subsidiária da atividade dos advogados regulares nas comarcas, termos ou distritos onde seja insuficiente o número destes. E estabeleceu o critério para verificação dessa insuficiência: "onde não sejam domiciliados mais de três advogados diplomados".

Justifica-se a permissão, como simples exceção do princípio geral de que é privativo de advogado diplomado o exercício da profissão. E a exceção, por sua vez, tem por fundamento a necessidade de assegurar ampla assistência ao direito dos postulantes em juízo, no lugar onde haja carência de profissionais.

A par disso, cometeu-se à Ordem dos Advogados, mais do que a prerrogativa, o direito de controlar as concessões de novas provisões para a advocacia e cartas de solicitadores, com a função de "fixar o número das cartas possíveis" (citado art. 3.º, parágrafo único, da Lei n.º 794, de 29-8-1949).

Ocorreu, porém, que o art. 3.º da Lei n.º 794, a despeito do controle atribuído pelo seu parágrafo único à Ordem dos Advogados, determinou abusos na concessão de provisões de advogados e cartas de solicitadores, o que provocou o protesto dos Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul (solidária com os apelos das subseções e de órgãos acadêmicos do Estado) e da Bahia (em complemento ao movimento dos licenciados pelas Faculdades de Filosofia e dos Farmacêuticos, contra a atribuição de suas funções a leigos), a que se seguiu um pronunciamento, que veio ter ao Conselho Federal, no sentido de revogar-se a referida Lei número 794, de 29-8-1949.

O Conselho Federal, através de parecer do Conselheiro Seabra Fagundes, e aceitando sugestão aditiva do Conselheiro Sobral Pinto, deliberou, em sessão de 15 de maio de 1951, representar ao Poder Legislativo no sentido da modificação do art. 6.º da Lei referida — segundo o qual "terão caráter permanente as cartas a que se referem os últimos artigos", isto é, as cartas de advogados provisionados e solicitadores de modo a dispôr-se:

a) que as provisões e cartas de que tratam os arts. 3.º, 4.º e 5.º da mesma Lei serão concedidas por 3 anos;

b) que as provisões abrangerão 3 comarcas, no máximo, e as cartas apenas uma;

c) que a renovação das cartas e provisões ficara dependente das necessidades do serviço forense local, a juízo dos respectivos Conselhos Seccionais".

Dessa representação do Conselho Federal surgiu então, afinal, a Lei n.º 1.580, de 20-3-1952.

Já em vigor a nova Lei n.º 1.580, o Conselho Federal teve oportunidade de se manifestar, sugerindo a revogação das leis que permitem a concessão de cartas ou renovação de cartas de provisionados e solicitadores, com exceção das referentes a acadêmicos de direito.

O projeto em tela contraria frontalmente a Lei n.º 1.580, que modificou o art. 3.º e revogou o art. 6.º da referida Lei n.º 794, precisamente para eliminar o caráter permanente das provisões de advogados e cartas de solicitadores.

E não se limita à pretensão de revogar o sistema consagrado nas duas leis (a de n.º 794 e a 1.580). Vai mais além, e determina, no seu artigo 2.º, que "os atuais provisionados serão mantidos na plenitude de exercício da advocacia, sem limites de tempo para validade de suas provisões e restrição de área profissional dentro dos respectivos Estados e Territórios".

Na verdade, disposição tão ampla e tão generosa importa em tornar regra o que, em toda a nossa tradição legislativa, sempre constituiu exceção, conduzindo, ainda, ao absurdo de conceder verdadeiro diploma de advogado aos atuais provisionados, por isso que lhes assegura a "plenitude do exercício da advocacia, sem limites de tempo para validade das suas provisões".

Assim não tendo razões que o justifiquem, antes constituindo verdadeira subvenção ao regime que disciplina e a atividade profissional da advocacia no país, e importando em conceder privilégio a pessoas que não reúnem os requisitos de capacidade que a lei exige para o exercício da profissão, a proposição não atende ao interesse público.

São estas as razões que me levaram a negar sanção ao projeto de lei em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Rio de Janeiro, em 23 de agosto de 1955. — João Café Filho.

PROJETO VOTADO

Derroga o art. 3.º da Lei número 794, de 29 de agosto de 1949, que assegura a inscrição de provisionados no quadro da Ordem dos Advogados do Brasil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É derogado o art. 3.º da Lei n.º 794, de 29 de agosto de 1949, que assegura a inscrição de provisionados no quadro da Ordem dos Advogados do Brasil, na parte referente a novas provisões para a advocacia.

Art. 2.º Os atuais provisionados serão mantidos na plenitude do exercício da advocacia, sem limite de

tempo para validade de suas provisões e restrição de área profissional dentro dos respectivos Estados e Territórios.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

Mensagem n. 389, de 1955

N.º 289, de 1955

N.º de ordem no Senado: 261-55.
Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso da atribuição que me conferem os artigos 70, § 1.º, e 87, II, da Constituição Federal, resolvi vetar, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara n.º 1.836, de 1952 (no Senado, n.º 260, de 1954), que concede amparo aos ex-integrantes da Força Expedicionária Brasileira, julgados inválidos ou incapazes definitivamente para o Serviço Militar.

Incide o veto sobre a expressão.

"ou tenham, efetivamente, cumprida missão de patrulhamento naval ou aéreo, em qualquer outro Teatro de Operações definido pelo Ministério respectivo, e os membros da Marinha Mercante Nacional que participaram, no mínimo, de duas viagens na zona de ataques submarinos".

constante do art. 1.º do projeto, expressão essa que considero contrária aos interesses nacionais, pelas razões que passo a expor.

A finalidade do projeto é humana e tem caráter social, uma vez que na atual legislação não existem meios do Poder Público beneficiar aqueles que lutaram nos campos de batalha da Itália e que foram desconvidados ao chegar ao Brasil ou que, antes de atingir o tempo de serviço que lhes assegurasse passagem para a reserva remunerada, venham a ficar praticamente na indigência por moléstia sem causa e efeito com as consequências da guerra, porquanto se manifestaram tempos depois de haverem deixado a vida militar.

Atribuir, todavia, os benefícios a outras categorias de combatentes ou mesmo de não combatentes que atuaram fora dos campos de batalha da Itália, é dar ao projeto uma extensão perigosa, além de tirar do mesmo a feição de elevado alcance social.

Vetada a expressão, em apêço, a medida readquire o objetivo precioso do primitivo projeto que era amparar os veteranos da campanha da Itália, e daquela campanha participaram todas as Armas, Serviços e elementos das diversas forças armadas.

O febril, denominação já consagrada para os veteranos da Itália, constitui uma expressão social que relembra as glórias alcançadas nos memoráveis feitos daquela campanha. Daí o choque emocional que causa à sociedade a indigência de um indivíduo que ela justamente considera como um dos heróis de nossas forças armadas. O mesmo não acontece com os demais beneficiados pelo projeto, pois que, embora tenham eles prestado serviços de guerra, atuaram fora dos campos de batalha e em ambientes normais de suas atividades profissionais.

Por outro lado, a extensão dada ao projeto o torna oneroso e de difícil execução.

São estas as razões que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Rio de Janeiro, em 23 de agosto de 1955. — João Café Filho.

PROJETO VETADO

(Parcialmente)

Concede amparo aos ex-integrantes da Força Expedicionária Brasileira, julgados inválidos ou incapazes definitivamente para o serviço militar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Os militares, convocados ou não, que tenham servido no teatro de operações da Itália, no período de 1944 — 1945, ou tenham, efetivamente, cumprido missões de patrulhamento, naval ou aéreo, em qualquer outro teatro de operações definido pelo Ministério respectivo, e os membros da Marinha Mercante Nacional que participaram, no mínimo, de duas viagens na zona de ataques submarinos, em qualquer tempo julgados inválidos ou incapazes — mesmo depois de transferidos para a reserva — reformados, aposentados ou licenciados do serviço militar, por sofrerem de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra ou paralisia, serão considerados, quando verificada a enfermidade pela Junta Militar de Saúde, como se em serviço ativo estivessem, e reformados com as vantagens da lei número 288, de 8 de junho de 1948, combinada com o artigo 10 do Decreto-lei número 8.795, de 23 de janeiro de 1948, e com o art. 303 da lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951, com a interpretação do Decreto n.º 30.119, de 1 de novembro de 1951, e com o direito a etapa de asilado nas condições previstas na citada lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951.

Art. 2.º Os veteranos de guerra definidos no artigo anterior que, em qualquer tempo, forem incapacitados para o serviço, por sofrerem de outras doenças não referidas no artigo 1.º, desde que a incapacidade os impossibilite de prover os meios de subsistência, independentemente de tempo de serviço, e de relação de causa e efeito com as condições de guerra, serão, também, considerados — quando verificada a incapacidade pela Junta Militar de Saúde — como se em atividade estivessem, e reformados ou aposentados nas condições previstas na lei n.º 288, de 8 de junho de 1948, com direito a etapa de asilado, estabelecida na lei n.º 1.316, de 29 de janeiro de 1951.

Parágrafo único A etapa de asilado, a que se refere a lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951, será concedida nas condições por ela fixadas às praças de pré reformadas em consequência de ferimento ou moléstia adquirida na zona de combate.

Art. 3.º O amparo concedido por esta lei não poderá ser cumulado com qualquer outro provento de reforma ou aposentadoria, cabendo, porém, aos beneficiados pelo art. 5.º da Lei n.º 288, de 8 de junho de 1948, o direito de opção.

Art. 4.º Aos que tomaram parte em missões de vigilância, observação e segurança do litoral ou dos portos nacionais, e aos que prestaram serviço, em geral, na zona definida pelo Decreto n.º 10.490-A, de 25 de setembro de 1942, não serão aplicadas os dispositivos desta lei.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

Mensagem n. 392, de 1955

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a V. Ex.ª que, no uso da atribuição que me conferem os artigos 70, § 1.º, e 87, II da Constituição Federal, resolvi negar sanção ao Projeto de Lei da Câmara n.º 1.583, de 1952 (no Senado n.º 233-1954), que procede à revisão obrigatória dos proventos dos

servidores inativos civis da União, bem como aos dos servidores das autarquias e entidades paraestatais, em face das razões que passo a expor:

Diz o artigo 1.º do projeto:

"O cálculo dos proventos dos servidores civis da União, e bem assim dos servidores das entidades autárquicas ou paraestatais, que se encontram na inatividade, e dos que para ela forem transferidos, será feito à base do que perceberem os servidores em atividade a fim de que seus proventos sejam sempre atualizados".

Estabelece a Constituição Federal:

Art. 193. Os proventos da inatividade serão revisados sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, se modificarem os vencimentos dos funcionários em atividade".

O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União (Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952), por sua vez, complementando a Constituição Federal neste particular, dispõe no artigo 182:

"O provento da inatividade será revisado:

a) sempre que houver modificação geral de vencimentos ou remuneração, não podendo sua elevação ser inferior a dois terços do aumento concedido ao funcionário em atividade;

b) quando o funcionário inativo for acometido de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra ou paralisia, positivada em inspeção médica, passará a ter como provento o vencimento ou a remuneração que percebia na atividade."

O legislador comum, portanto, ao inscrever no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União o artigo 182, esgotou as providências cabíveis na complementação do texto constitucional, assumindo a iniciativa, ora em exame, perigosa ampliação dos benefícios já concedidos.

Cumpre salientar que o Estado dentro da sua política de proteção social, não tem deixado de zelar pela situação de seus funcionários inativos, sustentando-lhes os proventos em nível proporcional ao poder aquisitivo da moeda, em consonância com o plano geral de remuneração dos servidores públicos e com o princípio inscrito no art. 193, citado, da Constituição Federal. Destarte, os inativos da União tiveram seus proventos sucessivamente majorados pelas Leis n.ºs 483, de 15 de novembro de 1948, 1.765, de 18 de dezembro de 1952, e 2.412, de 1 de fevereiro de 1955.

Entretanto, de acordo com o projeto, a revisão dos proventos de aposentadoria passaria a ter caráter permanente, como se os funcionários já aposentados continuassem a ocupar os cargos de que eram titulares na atividade, constituindo isso, conforme ficou salientado, desmesurada ampliação da norma constitucional relativa à matéria.

De fato, convertida em lei a proposição, qualquer reestruturação de cargos e carreiras que permitisse ao funcionário obter melhoria de vencimentos ou mesmo promoção mais rápida, até acesso a nova carreira, constituir-se-ia num benefício extensivo automaticamente ao funcionário que, já aposentado, ocupou o cargo reestruturado.

Acontece, entretanto, que a reestruturação de cargos e carreiras não representa majoração de vencimentos resultante de alteração do poder aquisitivo da moeda. Ocorre mesmo não raro, em tais casos, que os valores dos símbolos constantes da escala de pagamento nem sofrem modificação.

Se em algumas reestruturadas se verifica aumento de vencimentos ou salários, outros são os fatores que o determinam, como sejam, para citar alguns, o problema da mão de obra,

o estabelecimento de maiores possibilidades de acesso, o nível de remuneração no mercado de trabalho, demonstrando-se, nesta hipótese, que são mais compensadores os salários pagos nas atividades privadas.

Vale ainda observar que a conversão do projeto em lei viria nivelar, em caráter permanente, para efeito de vantagens pecuniárias, os servidores que ainda prestam, efetivamente, serviços ao Estado e aqueles que, por um motivo ou outro, já passaram à inatividade, o que constituiria poderoso estímulo para que os servidores preferissem os ócios da aposentadoria aos afazeres, atribuições e responsabilidades inerentes ao exercício ativo do cargo ou função pública.

Releva assinalar, outrossim, que a adoção do que se estabelece no art. 2.º do projeto importaria na revogação de dispositivos do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, que fixam a gratificação adicional por tempo de serviço em bases percentuais ao vencimento (E. F., arts. 145, item X, e 146). Atente-se para o fato de que a gratificação adicional não é estabelecida em quantia determinada, num montante fixo, mas numa importância variável em função do vencimento.

Dessarte, se a Constituição Federal determina, quando se verificar aumento geral de vencimento, a revisão dos proventos dos inativos, a gratificação terá que variar, também, porque modificada ficará a base sobre que é calculada a percentagem a ela correspondente.

Por que estratificar a gratificação adicional dos inativos, enquanto sofre modificação a que é paga aos servidores em atividade? Por que não reajustá-la, quando os proventos forem majorados?

A inovação, pois, também aqui, não se justifica. A desigualdade de tratamento, que implantaria entre ativos e inativos, encontra obstáculo no que dispõe o art. 141, § 1.º, da Constituição Federal, assecuratório da igualdade de todos perante a lei.

Finalmente é de acrescentar que a medida, além de seus inúmeros inconvenientes de ordem legal e administrativa já apontados, resultaria em injustificado e pesado ônus para o erário, num momento em que o Governo se empenha em comprimir as despesas públicas, com o intuito de superar dificuldades da atual conjuntura econômica e financeira por que atravessa o país.

São estas as razões que me levaram a negar sanção ao projeto de lei em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Srs. Membros do Congresso Nacional.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1955. — João Café Filho.

PROJETO VETADO

Procede a revisão obrigatória dos proventos dos servidores inativos civis da União, bem como aos dos servidores das autarquias e entidades paraestatais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O cálculo dos proventos dos servidores civis da União, e bem assim dos servidores das entidades autárquicas ou paraestatais, que se encontram na inatividade, e dos que para ela forem transferidos, será feito à base do que perceberem os servidores em atividade a fim de que seus proventos sejam sempre atualizados.

§ 1.º Tratando-se de titulares dos cargos de justiça que, na atividade, não percebem vencimentos dos cofres públicos, o cálculo de seus proventos, na inatividade, será feito:

a) para os tabelães de notas, oficiais de registros, escrivães das Varas de Órfãos e Sucessões e da Fazenda Pública, avaliadores, depositários judiciais, inventariantes judiciais, tutor e testamenteiro judicial, à base do que percebe o diretor geral da Secretaria do Supremo Tribunal;

b) Para os escrivães das Varas Cíveis, Varas de Família e de Registros Públicos, contadores, partidores e liquidante judicial, à base do que percebe o secretário de seção do Supremo Tribunal.

§ 2.º Os mesmos critérios e referências mencionados no § 1.º deste artigo serão adotados para efeito da contribuição a que estão obrigados os aludidos serventários, para benefício de família, perante o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE).

Art. 2.º As gratificações adicionais por tempo de serviço, incluídas nos proventos dos servidores inativos, não serão majoradas em virtude de aumento decorrente de alteração do poder aquisitivo da moeda.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

Mensagem n. 393, de 1955

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso da atribuição que me conferem os artigos 70, parágrafo primeiro e 87, II, da Constituição Federal, resolvi vetar o Projeto de Lei que restabelece o sistema ortográfico do "Pequeno Vocabulário da Língua Portuguesa" e revoga o Decreto-lei n.º 8.286, de 5 de dezembro de 1945.

O Decreto-lei n.º 8.286, de 5 de dezembro de 1945, aprovou o Acórdão para a unidade ortográfica da língua portuguesa, em conformidade com os trabalhos da Conferência Ortográfica Interacadêmica, realizada para esse fim em Lisboa, assinado o respectivo protocolo em 5 de outubro de 1945.

Dela surgiram as conclusões complementares do Acórdão que já havia sido feito em 1931, consubstanciando normas a serem observadas na grafia do vocabulário do idioma falado no Brasil e em Portugal, a fim de eliminarem as divergências verificadas pelas Academias Brasileira de Letras e de Ciências de Lisboa, de um e outro país.

Respondiam, de tal modo, não só essas conclusões acordadas em Portugal, como ainda aquele Decreto do Governo Brasileiro, que lhes deu aplicação oficial obrigatória no território nacional, ao Convênio, que se firmara entre os dois Estados, através dos seus representantes autorizados.

Unidos entre si por indissolúveis laços de amizade, decorrentes das afinidades étnicas das coordenadas históricas e das mais variadas relações sociológicas, visaram nesse Convênio a "assegurar a defesa, expansão e prestígio da língua portuguesa no mundo e regular, por mútuo acordo e modo estável, o respectivo sistema ortográfico".

Assinado em 1.º de janeiro de 1944, já em 18 do mesmo mês e ano pelo Decreto n.º 14.523 o Governo Brasileiro determinava fosse ele executado e se lhe desse cumprimento "tão inteiramente como nele se contém".

Remetida ao Congresso a Mensagem para a respectiva deliberação, foi ele aprovado na Câmara dos Deputados, encontrando-se, presentemente, no Senado aguardando seu pronunciamento.

Diante da simples exposição dos fatos, ressalta evidente que não seria de lisongeria conduzida internacional, a sanção de ato legislativo contrário ao compromisso assumido pelo Governo Brasileiro, sem que antes o próprio Poder Legislativo manifestasse seu pronunciamento sobre sua aceitação ou recusa.

Ciente que estou do alto interesse que aquilarda o pronunciamento do Senado em relação ao Convênio de 1944, tenho para mim que o projeto em análise é contrário aos interesses nacionais aos sentimentos de afinidade étnica e de mutualidade afe-

tuosa, que unem o Brasil e Portugal.

Por essas razões, resolvi vetar o projeto de lei em apreço, submetendo o meu ato à apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Rio de Janeiro, em 24 de agosto de 1955. — João Café Filho

a) — Ofícios:

Do Presidente da Câmara Municipal de Muriç, Estado de Alagoas, comunicando que, na sessão de 6 do corrente, foram prestadas por aquela Câmara, várias homenagens a memória do Major Vaz;

Do Presidente da Câmara Municipal de São Fidelis, Estado do Rio de Janeiro, comunicando a aprovação do lançamento financeiro e da quota do imposto de renda, referente ao exercício de 1954;

Do Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, encaminhando cópia autenticada do Requerimento número 799 de 1955 — Processo número 3.620-55, da autoria do Vereador Augusto Bruno Filho e outros;

Do Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, encaminhando cópia autenticada do Requerimento n.º 819-55 — Processo n.º 3.694-55, da autoria do Vereador Armando Zemella e outros;

Do Presidente do Clube Piratininga, Estado de São Paulo, congratulando-se com o Senado pela aprovação da cédula eleitoral oficial;

Do Presidente da Câmara Municipal de Resplendor, Estado de Minas Gerais, lançando protesto contra a atitude do Delegado de Polícia daquele Município.

b) — Telegramas:

Do Prefeito Municipal de Cândido Mendes, sugerindo a criação na capital do Estado, da Universidade do Maranhão;

Do Presidente da Câmara de Nazaré da Mata, Estado de Pernambuco, manifestando seu aplauso a interiorização da capital do Brasil;

Do Presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco, apelando para que seja aquele Estado incluído na participação do Fundo de Soororro Contra Secas do Nordeste;

Do Presidente da Academia Brasileira de Filologia, expressando satisfação pelo pronunciamento favorável ao sistema ortográfico de 1943;

Do Presidente do Sindicato da Ordem dos Economistas de São Paulo, protestando contra a tra o critério da distribuição de verbas orçamentárias federais;

Do Presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, protestando contra a aprovação da Lei Eleitoral número 2.550, de 1955;

Do Presidente da Câmara Municipal de — Não Me Toque, — Estado do Rio Grande do Sul, solicitando seja adotado o sistema, de ser o Banco do Brasil credenciado único comprador e vendedor em todo o território nacional, de trigo em grão, tanto nacional como estrangeiro;

Do Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, aderindo a proposta apresentada pelo 2.º Congresso Nacional de Desportos, no sentido de ser transferida à União a exploração direta da Loteria Federal.

PROJETO VETADO

Restabelece o sistema ortográfico do "Pequeno Vocabulário da Língua Portuguesa", e revoga o Decreto-lei número 8.286, de 5 de dezembro de 1945.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' restabelecido o sistema ortográfico do "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", organizado em 1943 pela Academia Brasileira de Letras.

Art. 2.º O sistema, referido no anterior, vigorará até que seja dado cumprimento ao artigo II da Convenção Ortográfica, assinada em Lisboa, pelo Brasil e Portugal, em 29 de dezembro de 1943.

Art. 3.º E' revogado o Decreto-lei n.º 8.286, de 5 de dezembro de 1945.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

A Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

1 — Prestação de contas de quotas de imposto de renda da Prefeitura Municipal de:

Minas Novas — (Minas Gerais).

2 — Apelo no sentido da rápida aprovação da seguinte proposição:

—Projeto de Lei da Câmara número 4.162, de 1954, que transfere, sem ônus, o serviço de águas da R. M. V., nesta cidade para esta Prefeitura;

Do Prefeito Municipal de Ribeirão Vermelho, Estado de Minas Gerais.

3 — Comunicações de eleição e posse:

Das Diretorias:

Do Asilo D. Juvêncio Britto, em Propriá, Estado de Sergipe;

Do Orfanato D. Antônio Cabral, em Propriá, Estado de Sergipe;

Do Centro Industrial do Rio de Janeiro, Distrito Federal;

Da Associação Irmão Joaquim, em Florianópolis, Estado de Santa Catarina;

Da Associação Comercial de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

4 — Observações e Sugestões sobre proposições em curso no Congresso:

Projeto de Lei do Senado número 15 de 1954, que altera dispositivos do Código Eleitoral, e dá outras providências: Do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo;

Do Secretário do "Lions Clube" de Santos, Estado de São Paulo, ponderando que, inaplicável se lhe afigura a exigência da Lei referente à identificação do eleitor;

Projeto de Lei Orgânica da Previdência Social:

Do Presidente da Câmara Municipal de Guaracá, Estado de São Paulo.

5 — Diversos assuntos:

SÃO LIDOS E VÃO A IMPRIMIR SEUS SEQUINTE PARECERES:

Parecer n. 1.000, de 1955

Da Comissão de Constituição e Justiça — sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 20, de 1955, que assegura gratificação mensal aos oficiais do Registro Civil de Pessoas Naturais e dá outras providências.

Relator: Sr. Lourival Fontes

O presente projeto, oriundo da Câmara dos Deputados, concede gratificação aos oficiais do Registro Civil de Pessoas Naturais e dá outras providências.

Justificando-o, diz seu autor, o eminente deputado Medeiros Neto, que os oficiais do Registro Civil estão sobrecarregados de serviço, que lhes são atribuídos, sem nenhuma compensação financeira, pelos poderes federais, o que lhe parece justo.

Vindo ao Senado, foi a matéria apreciada pelas Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças, de ambas recebendo pronunciamento desfavorável.

A de Serviço Público Civil, penetrando o mérito da proposição, recorda que "nunca houve acordo entre a União e os Estados para execução de trabalhos inerentes aos cartórios de registro civil e, certamente, não haverá jamais essa possibilidade, pois tais serviços são de alçada estadual e se inscrevem na organização judiciária de cada unidade federativa, segundo suas leis próprias".

A de Finanças, além de observar que "não seria equitativo atribuir a serventários a mesma gratificação, fixa, quando os serviços prestados ou o trabalho exigido podem ser muito desiguais, ressalta que o montante provável da despesa, se aprovado o projeto, ascenderia a Cr\$ 53.400.000,00 anuais.

De outro lado, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, ouvido a respeito, acentua que os encargos que a União atribui aos Oficiais do Registro Civil das Pessoas Naturais "não são mais numerosos nem pessoais do que os que sobrecarregam outros funcionários e autoridades estaduais, e até municipais, não havendo, pois, razão para que se dê gratificação apenas aos primeiros".

Como se vê, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores e as nossas comissões técnicas que examinaram o mérito do projeto concluem por sua inconveniência.

A esta Comissão compete apenas o estudo da proposição no que tange ao seu aspecto jurídico e constitucional.

A matéria não deve ser equacionada, como fazem supor certas considerações expendidas em sua justificacao, em função do disposto no § 3.º do artigo 18 da Constituição, porque nesta, como ensina Themistocles Cavalcanti, "permite-se a delegação dos serviços próprios da União e dos Estados, respectivamente aos Estados e à União, mediante acordo, para execução de serviços de sua competência privativa", enquanto, no caso em apreço, não se cogita da execução do serviço da competência privativa da União, por intermédio de funcionários estaduais.

Cuida-se, antes, na espécie, de um serviço que se integra na esfera administrativa dos Estados.

A União, na hipótese, usando de suas atribuições, (art. 5.º, XV, letra e da Constituição) apenas legisla, sobre registros públicos, sendo a execução do que dispõe atribuição inerente à Justiça, através de seus órgãos, federais ou estaduais.

A organização judiciária é tarefa própria dos Estados, mas, através dela, não podem estes deixar de cumprir a legislação federal sobre matéria cuja aplicação lhes compete.

Seria de lembrar-se, ao ensejo, que as polícias estaduais, consideradas, por lei federal, forças auxiliares do Exército, com todos os ônus daí decorrentes, nem por isso devem ser assistidas financeiramente pela União.

Igualmente, os promotores públicos, que representam a União nas diversas comarcas do país, nos feitos em que seja interessada, não percebem nenhuma gratificação federal por esses encargos.

Em nosso entender, a questão há de ser analisada às luzes do citado artigo 18, sim, mas do seu § 2.º, onde se estatui que os Estados proverão às necessidades do seu governo e da sua administração, competindo à União prestar-lhes socorro apenas em caso de calamidade pública.

Não podendo encerrar-se a espécie em função do § 3.º do citado artigo, parece, ainda, que, não ocorrendo a hipótese de calamidade pública, seria abusivo, face à Constituição, permitir-se à União gratificar funcionários estaduais, uma vez que cabe aos Estados, pelo estabelecido no citado § 2.º, prover às necessidades do seu governo e de sua administração.

Em resumo: não poderiam a União e os Estados, no presente caso, firmar nenhum acordo, para efeito de se deferir, a funcionários estaduais a execução de serviços federais, pois os serviços executados pelos oficiais do Registro Civil são estaduais e alguns serviços gratuitos que prestam constituem um munus público, inerente ao cargo; por sua vez, o provimento das necessidades de seu governo e de sua administração é privativa dos respectivos Estados, só podendo a União socorrê-los em caso de calamidade pública.

Nestas condições, esta Comissão opina pela rejeição do projeto, que, além de inconveniente, é, também, inconstitucional.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1955. — Cunha Mello, Presidente. — Lourival Fontes, Relator. — Gilberto Marinho. — Atílio Vivacqua. — Daniel Krieger. — Kerginaldo Cavalcante.

Parecer n. 1.001, de 1955

Da omissão de Constituição e Justiça — sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 73, de 1955, que extingue a Colônia Correcional de Dois Rios.

Relator: Sr. Atílio Vivacqua.

1. O presente projeto extingue a Colônia Correcional de Dois Rios e se originou de Mensagem do Sr. Presidente da República (n.º 340, de 6 de agosto de 1954), a que acompanhou Exposição de Motivos do então Ministro da Justiça, Sr. Tancredo Neves.

2. A Colônia Correcional de Dois Rios foi criada em virtude da autorização concedida pelo artigo 1.º da Lei n.º 947, de 29 de dezembro de 1902, verbis:

"Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado:

IV — A criar uma ou mais colônias correcionais para reabilitação, pelo trabalho e instrução, dos mendigos válidos, vagabundos ou vadios, capoeiras e menores viciosos que forem encontrados e como tais julgados no Distrito Federal, compreendidas nessas classes os definidos no Código Penal e no Decreto n.º 145, de 12 de 1892".

O artigo 14 da mesma Lei autorizou as despesas necessárias, nos seguintes termos:

"Art. 14. O Poder Executivo expedirá regulamentos para a execução da presente lei, abrindo os créditos especiais necessários, e aproveitará as terras e os edifícios de propriedade da União para instalação das colônias, podendo despendar para esse serviço até a soma de 400.000\$000, e a que for precisa para custeio do primeiro ano."

Cerca de um mês depois, isto é, a 28 de janeiro de 1903, o Decreto n.º 4.753, que aprovou o Regulamento da Colônia Correcional de Dois Rios, subordinou-a ao Chefe de Polícia. Mais tarde, essa subordinação passou à Inspeção Geral de Polícia, nos termos do artigo 8.º, § 6.º, item VIII, do Decreto número 24.531, de 2 de julho de 1934.

A Colônia em apreço foi posteriormente absorvida pela Penitenciária Agrícola do Distrito Federal, de acordo

do com o estatuido no artigo 1.º do Decreto-lei n.º 319, de 7 de março de 1938:

"Fica criada a Penitenciária Agrícola do Distrito Federal, que terá sede nos terrenos da União na Ilha Grande, abrangendo a atual Colônia Correcional de Dois Rios, com a sua finalidade e as suas instalações, e será subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores."

Essa absorção foi mais tarde, entretanto, tornada sem efeito, através do disposto no artigo 1.º do Decreto-lei n.º 3.185, de 9 de abril de 1941, que estabeleceu que "A Penitenciária Agrícola do Distrito Federal funcionará como estabelecimento independente da Colônia Correcional de Dois Rios e se destina a receber sentenciados a prisão com trabalho". Estatuiu, ainda, em seu artigo 2.º, que "A Colônia Correcional de Dois Rios será reorganizada e localizada no próprio federal do Rio.

Tal, entretanto, não ocorreu, pois, em virtude do Decreto-lei n.º 3.971, de 24 de agosto daquele mesmo ano, a Penitenciária Agrícola passou a denominar-se "Colônia Penal Cândido Mendes". A denominação antiga foi atribuída à Colônia Agrícola de Fernando de Noronha (Decreto-lei n.º 4.103, de 9 de fevereiro de 1942), a qual foi localizada no próprio nacional situado na parte sudeste da Ilha Grande (decreto citado).

Em face disso, a Colônia Cândido Mendes passou a ocupar o próprio federal do Abraão, onde, aliás, deveria funcionar a Colônia de Dois Rios. Esta, assim, ficou sem existência de fato, mantida apenas pelo decreto que a criou.

3. Atendendo a essas circunstâncias, o Chefe do Poder Executivo encaminhou o expediente aludido à consideração do Congresso Nacional, merecendo acolhida da Câmara dos Deputados.

4. Não há negar procedência à proposição em exame, a qual, de resto, realiza providência legal para atendimento de uma existente situação de fato. Além disso, é a própria administração quem solicita a medida em tela.

A Comissão de Constituição e Justiça é a competente para opinar, no mérito, pela aprovação do projeto, cuja constitucionalidade, por igual, é manifesta.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1955. — Cunha Mello, Presidente. — Atílio Vivacqua, Relator. — Kerginaldo Cavalcanti. — Daniel Krieger. — Lourival Fontes. — Gilberto Marinho. — Benedito Valadares.

Parecer n. 1.002, de 1955

Da Comissão de Constituição e Justiça — sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 84-55, que dispõe sobre a designação do adido agrícola e de representantes permanentemente ou não para servir junto às Missões Diplomáticas e Organizações Agrícolas Internacionais, e dá outras providências.

Relator: Sr. Kerginaldo Cavalcanti.

O presente Projeto de Lei estabelece restrições à designação de adido agrícola e de representante permanente ou não para servir, respectivamente, junto às Missões Diplomáticas e Organizações Agrícolas Internacionais, de modo que essa designação só poderá recair em engenheiro-agrônomo ou agrônomo, ou médico veterinário diplomado por estabelecimento oficial ou oficializado.

Prevê o projeto, ainda, que as delegações brasileiras às Reuniões e Conferências Internacionais, cuja agenda abranja assuntos de natureza agrícola, incluirão, obrigatoriamente, engenheiro-agrônomo ou agrônomo ou médico-veterinário ou veterinário.

2. Razões de vária ordem se contrapõem à aprovação do projeto em exame. Primeiro, porque, nele, não

se criam cargos de adido agrícola, mas, sim, condições para o preenchimento destes, o que nos parece uma consequência, pois não é possível legislar, regular direitos e prerrogativas do "adido agrícola", quando não existe legalmente esse cargo na administração pública.

Trata-se, evidentemente, de uma medida de proteção para as profissões de agrônomo, engenheiro-agrônomo, veterinário e médico-veterinário. Para tal, o projeto pressupõe a existência de cargos de adido agrícola. E se esses cargos vierem a ser criados, deverão, por si, ser ocupados pelos especialistas mencionados.

Não nos cabe, a esta altura, examinar a conveniência ou inconveniência da criação dos referidos cargos, tarefa específica de outras comissões técnicas. O nosso parecer restringe-se, apenas, ao aspecto jurídico — constitucional da proposição e, aí, não vemos razão como opinar contrariamente à sua aprovação pelos motivos já aduzidos.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1955. — *Cunha Mello*, Presidente. — *Kerginaldo Cavalcanti*, Relator. — *Lourival Fontes*, vencedor. — *Atílio Vivacqua*, — *Daniel Krieger*. — *Gilberto Marinho*.

VOTO EM SEPARADO DO SENADOR LOURIVAL FONTES

Dispõe o presente projeto que a designação de adido-agricola e de representante permanente ou não para servir, respectivamente, junto as Missões Diplomáticas e Organizações Agrícolas Internacionais, só poderá recair em engenheiro-agrônomo ou agrônomo, ou médico-veterinário diplomado por estabelecimento oficial ou oficializado.

Dispõe, ainda, que as Delegações Brasileiras às Reuniões e Conferências Internacionais, cuja agenda abranja assuntos de natureza agrícola, incluindo, obrigatoriamente, engenheiro-agrônomo ou agrônomo ou médico-veterinário ou veterinário.

A proposição se nos apresenta como da maior conveniência e oportunidade, e sobre ela poderíamos tecer longas considerações e inclusive emendá-la, para torná-la ainda melhor, mas isso implicaria apreciar-lhe o mérito, o que foge à competência desta Comissão.

Sob o ponto de vista constitucional e jurídico, o projeto afigura-se-nos como em condições de merecer o nosso beneplácito.

E' verdade, que não existe, oficialmente, o cargo nem a função de Adido Agrícola e nem o projeto o cria.

Poderia, assim, parecer que o projeto iria ferir o nosso sistema administrativo, favorecendo a criação disfarçada de um cargo, ou, então, que seria nulo, pela impossibilidade de sua execução, pois não se poderia nomear ninguém para cargo ou função inexistente.

Profundando melhor o assunto, verifica-se, porém, que se trata de simples designação e que já há precedente a respeito, tal ocorreu em 1943, na Embaixada do Brasil em Washington.

Isso posto, esta Comissão opina pela aprovação do projeto. — *Lourival Fontes*.

Parecer n. 1.003, de 1955

Da Comissão de Constituição e Justiça — sobre Projeto de Lei do Senado n.º 11, de 1951, que dispõe sobre a situação de segurados obrigatórios do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE).

Relator: Kerginaldo Cavalcanti.

O Senador Ribeiro Gonçalves, em 23 de janeiro de 1951, apresentou projeto de lei mandando que o seguro obrigatório do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), que, por qualquer motivo, deixar o serviço público federal e continuar pagando sua con-

tribuição, nas bases previstas no Decreto-lei n.º 3.347, de 12 de junho de 1941, conservam todos os direitos e regalias a' r'uidos aos segurados obrigatórios do referido Instituto.

A esse projeto o Senador Ismar de Góis ofereceu emenda, beneficiando, também, os segurados, por força de acordo ou convênios, pertencentes aos Estados e Municípios, salvo os aumentos de pensões, etc.

Na Comissão do Trabalho e Previdência Social, o operoso Senador Othon Mäder formulou um substitutivo, estendendo os direitos e regalias do IPASE ao segurado obrigatório que, por qualquer motivo, deixar o serviço público federal, estadual ou municipal, desde que, sem interrupção superior a seis meses, continuasse a pagar regularmente as contribuições, sem direito ao benefício do aumento das pensões. Ainda abrangeu em favor idêntico os servidores das entidades autárquicas, paraestatais e de quaisquer outros órgãos do serviço público, incluída no regime desse seguro por força de acordos, e convênios ou leis especiais.

Remetido à Câmara dos Deputados, dali retornou com um substitutivo ao que fora aprovado pelo Senado, com o acréscimo, no artigo 1.º, de exigir-se, esses segurados, a percentagem a mais de "de 3% (três por cento) para os benefícios de assistência de que cogita o Decreto-lei n.º 8.450, de 26 de dezembro de 1945."

Ademais suprimiu também o § 1.º, passando o § 2.º a constituir parágrafo único.

Entretanto, sob esses aspectos, não tendo sido ouvida a Comissão de Constituição e Justiça, do Senado, mediante requerimento em plenário, foi sujeita a matéria ao nosso conhecimento.

De fato, somente no que concerne a esse aditivo e à essa supressão é que nos pronunciaremos, seja quanto à sua constitucionalidade e seja quanto à sua conveniência.

Quanto ao aspecto legal, o aditivo constante das últimas alíneas do artigo 1.º do substitutivo emanado da Câmara, parece-nos, data vnia de constitucionalidade duvidosa.

Estabelece entre segurados uma desigualdade na contribuição o que fere o § 1.º do art. 141 da Constituição Federal, quando estabelece que "todos são iguais perante a lei".

Demais disso, no mérito, sendo objetivo do projeto criar amplas possibilidades para desenvolvimento previdenciário, não vemos como conciliar os propósitos do mesmo com a exceção imposta por essa contribuição.

Pelas mesmas razões, entretanto, verifica-se a conveniência de ser adotada a alteração operada pelo substitutivo da Câmara quando suprime o § 1.º do substitutivo do Senado.

Opinamos pela aprovação do substitutivo da Câmara, rejeitadas, porém, mediante destaques, as últimas alíneas do art. 1.º, a partir de "acrescida, porém" até "26 de dezembro de 1945."

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1955. — *Cunha Mello*, Presidente. — *Kerginaldo Cavalcanti*, Relator. — *Lourival Fontes*, — *Atílio Vivacqua*, vencedor. — *Daniel Krieger*, vencedor. — *Gilberto Marinho*, — *Benedito Valladares*.

Parecer n. 1.004, de 1955

(Da Comissão de Redação)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 38, de 1954.

Relator: Sr. Aló Guimarães

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexa) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 98, de 1954, originário da Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 1955. — *Julio Leite*, Presidente. — *Aló Guimarães*, Relator. — *João Villasboas*

ANEXO AO PARECER N.º 1.004, DE 1955

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 98, de 1954, que aprova o termo de acordo celebrado entre os Governos da União e do Estado do Rio Grande do Norte.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo, o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º — 1955

Art. 1.º E' aprovado o termo de acordo celebrado a 29 de julho de 1953, entre os Governos da União e do Estado do Rio Grande do Norte, para instalação de uma Escola de Iniciação Agrícola no Município de Angicos.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Parecer n. 1.005, de 1955

(Da Comissão de Redação)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 3, de 1955.

Relator: Sr. João Villasboas.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexa) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 3, de 1955, de iniciativa da Câmara dos Deputados. Sala das Comissões, em 24 de agosto de 1955. — *Julio Leite*, Presidente. — *João Villasboas*, Relator. — *Aló Guimarães*.

ANEXO AO PARECER N.º 1.005, DE 1955

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 3, de 1955, que aprova as contas prestadas pelo Presidente da República, relativas ao exercício de 1951.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo, o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º — 1955

Art. 1.º São aprovadas as contas prestadas pela Presidente da República, relativas ao exercício de 1951, na forma do disposto nos artigos 66, item VIII, e 87, item XVII, da Constituição Federal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Parecer n. 1.006, de 1955

(Da Comissão de Redação)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 11, de 1955.

Relator: Sr. João Villasboas.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexa) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 11, de 1955, de iniciativa da Câmara dos Deputados. Sala das Comissões em 24 de agosto de 1955. — *Julio Leite*, Presidente. — *João Villasboas*, Relator. — *Aló Guimarães*.

ANEXO AO PARECER N.º 1.006, DE 1955

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 11, de 1955 que aprova o termo de contrato celebrado entre o Território Federal do Rio Branco e a firma Tekton Construtora S. A.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo, o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º — 1955

Art. 1.º E' aprovado o termo de contrato celebrado a 21 de outubro de 1954, entre o Território Federal do Rio Branco e a firma Tekton Cons-

trutora S. A., para construção do Quartel da Guarda Territorial na Capital daquele Território.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Prisco dos Santos. — Sebastião Archer. — Reginaldo Fernandes. — Lourival Fontes. — Paulo Fernandes — Tarcísio Miranda. — Gilberto Marinho. — Coimbra Bueno. — (8).

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES SENADORES:

Acrísio Corrêa. — Waldir Bonhid. — Arêa Leão. — Fernandes Távora. — Argemiro de Figueiredo. — Apolônio Sales. — Novais Filho. — Jarbas Maranhão. — Ezequias da Rocha. — Rui Palmeira. — Bernardes Filho. — Lucio Bittencourt. — Cesar Vergueiro. — Moura Andrade. — Othon Mäder. — Moisés Lunion. — Gomes de Oliveira. — Saulo Ramos. — Armando Câmara. — (19).

O SR. PRESIDENTE:

— Está finda leitura do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Guilherme Malaquias.

O SR. GUILHERME MALAQUIAS:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, em diversos setores de atividade, têm surgido, ultimamente, opiniões favoráveis ao reatamento de nossas relações comerciais com os países do Leste europeu, principalmente a União Soviética.

As manifestações isoladas sucederam as de órgãos de classe, notadamente das conservadoras, segundo as quais se faz mister seja a medida efetivada pelo Governo brasileiro.

Na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, teve eco o apelo da Federação das Indústrias locais, no mesmo sentido.

Não somente recomendaram providência as classes conservadoras.

No Senado da República, ouvimos o nobre Senador Lourival Fontes, e, na Câmara dos Deputados, vários parlamentares defenderam-na.

E' realmente curioso saber-se por que mantemos tal situação, quando somente lucros nos poderiam advir da modificação da nossa política exterior.

Não teríamos, aliás, a primazia da iniciativa. Os Estados Unidos da América do Norte, nação incontestavelmente orientadora da política do Continente, jamais deixaram de manter relações comerciais e diplomáticas com a Rússia e os países satélites. Na América Latina, têm idêntico procedimento. Argentina, Uruguai, México e Chile. Ultimamente, Cuba forneceu quinhentas mil toneladas de açúcar à União Soviética mantendo-se, assim, relações comerciais proveitosas para os dois países.

As manifestações surgidas em nossa terra foram-se avolumando, já agora com apoio da própria imprensa.

Inicialmente, fomos surpreendidos com a reportagem da Imprensa Popular, em que vinte e seis senadores opinaram favoravelmente à medida. No dia 13 do corrente mês, porém, o *Correio da Manhã*, jornal insuspeito, conservador, e que tem mantido uma linha de atitude que o credencia entre os grandes órgãos da nossa imprensa, ao publicar artigo da reação sob o título "Poznan", criticava a maneira como fomos representados na Feira Internacional havida na cidade da Polónia, emitindo conceitos bem interessantes.

O que foi a Feira de Poznan? — pergunta o jornal. — Foi, pode-se dizer, mercado que serviu de ligação entre os mundos de Leste e Oeste. Compareceram a ela representantes de quase todos os países, inclusive, o Brasil, mas de tal maneira que mereceu críticas gerais: porque, segundo o editorial, seu pavilhão nada mais era

de que um casebre de palha, coberto com folhas de bananeira, algumas peles de crocodilo penduradas sob esse teto rústico e um nicho onde deveria figurar um saco de café, que nem foi exposto.

Então — indaga o *Correio da Manhã* — por que comparecemos à Feira de Poznan?

Porque pretendemos estabelecer relações comerciais com os países do Leste. Se assim é, por que mandamos representação tão deficiente, em confronto com stands vigorosos, demonstrativos da pujança de outros povos principalmente dos tchecos e dos russos? E, se não desejamos entretanto essas relações, por que comparecemos ao certame?

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Permite V. Ex.^a um apêndice?

O SR. GUILHERME MALAQUIAS — Com muito prazer.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — O que V. Ex.^a acaba de referir é tão singular que a mim parece não deve ser verdade. Não é possível expor-se assim; mesmo numa feira suburbana de qualquer parte do país, o Brasil não se apresentaria com tão precárias instalações. Pelo bom nome da nossa pátria, tenho as mais severas dúvidas quanto a essa asserção. Certamente, o jornal está mal informado. É inaceitável a notícia, porque seria realmente deprimente comparecesse o Brasil a uma feira internacional apenas com um pavilhão coberto de palha, tendo couro de crocodilo a adorná-lo.

O SR. GUILHERME MALAQUIAS — Louvo-me no jornal.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Enfim, não tenho carta branca para defender o Governo, sobretudo o atual, que considero capaz de tudo.

O SR. GUILHERME MALAQUIAS — Como afirma o matutino, "pavilhão do Brasil era de palha, coberto com folhas de bananeira, tipo casebre de caboclo".

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Mas de caboclo muito preguiçoso, vagabundo e ordinário. Não posso — repito — crer na notícia.

O SR. GUILHERME MALAQUIAS — Não se compreende tal maneira de fazer o comércio exterior, porque, ou mandamos para lá amostras do que produzimos — porque temos algo produzido, mesmo na parte industrializada, além das matérias primas — ou não comparecemos a essas feiras. O que não é possível é figurarmos em plano inferior, no confronto com os demais países.

O artigo do *Correio da Manhã* é muito interessante, porque diz, textualmente, não compreender essa política chifrim e obsoleta, de proibição das relações do Brasil com a União Soviética. Acentua o diário, na parte final:

"Não há muito, o nosso chancelier disse que não adiantava comerciar com os russos: eles não bebem café, bebem chá, explicou. E' como se os americanos, em vez de fazerem propaganda de tratores no Brasil, dissessem: não adianta, os brasileiros usam enxadas. Com esse desânimo, não se vende efetivamente nada."

Sr. Presidente, não se compreende tenha o Brasil comparecido a essa Feira — num país com o qual entretêm relações diplomáticas e que mantém a praxe das relações comerciais entre nações capitalistas e socialistas — representado de maneira tão desprimorosa, como acentua o *Correio da Manhã*.

Sr. Presidente, as manifestações da imprensa a respeito do restabelecimento das nossas relações comerciais com a U. R. S. S. não ficaram restritas ao *Correio da Manhã*. O *Globo*, jornal também insuspeito, fez uma *enquete* entre os Senhores Senadores, e 38 deles responderam favoravelmente ao restabelecimento das relações do Brasil com os países socialistas.

Que significa isso, Sr. Presidente? — Significa que a grande maioria — não sei se a totalidade, pois o jornal

publicou apenas a resposta desses 38 senadores, que representam, realmente, parcela ponderável da opinião pública julga a providência interessante para a nossa economia exterior; e, se o disseram, é porque traduziam, realmente, o pensamento do povo brasileiro.

Se se fizesse um plebiscito, tenho certeza de que o povo, em média de 70 a 80 por cento, seria favorável a esse passo.

Quanto ao significado da opinião dos senadores a respeito de nossa política externa, vou ler, aqui, trechos do livro do nobre Senador Lourival Fontes, figura de relevo em nosso Partido e que já teve oportunidade de, com o brilhantismo e conhecimento que lhes são peculiares, tratar do assunto nesta Casa, o que lhe valeu lugar de destaque na Comissão de Relações Exteriores.

Diz o Senador Lourival Fontes, em um trecho:

"A nossa política externa é um segredo de bastidores ou um privilégio de iniciados. Abusa, na maioria das vezes, dos exageros e da superfluência do sigilo e da reserva. Ela se realiza e evolui num mundo à parte, sem nenhuma colaboração popular. O Congresso Nacional, e particularmente o Senado Federal, a que são atribuídos deveres específicos, é um ausente na formulação dessa política, ou talvez mesmo um incomodo, ou um indesejável, entre os doutos e versados da ciência diplomática. O Senado ficou cada dia mais reduzido ao papel de ratificador dos atos e tratados internacionais, para cuja elaboração não somos convidados e de cujas conclusões não somos participantes.

Mas um acúsa é deliberar sobre fatos consumados e bem diferente e advertir, colaborar e opinar, emitir pontos de vista, traduzir os reflexos populares quando os assuntos estão em ruído, ou quando somos chamados a uma definição de atitudes que compromete, muitas vezes, a nossa vida e o nosso futuro."

Sr. Presidente, estamos vendo como situa o nobre Senador Lourival a posição do Senado perante a orientação da política externa do Brasil.

E, depois de uma série de argumentos dizendo o porquê da influência estrangeira, acrescenta S. Ex.^a:

"A terceira arma, para exercer influência política, é a pressão econômica através do mercado único de exportação. E' esse o pesadelo dos nossos dias. Vivemos ao légo e ao arbitrio do mercado norte-americano, que tiraniza os preços, provoca as flutuações das altas e baixas, que ora se amplia e ora se retrai, que não é manipulado tecnicamente para estabilizar a nossa produção, mas dirigido, politicamente, como instrumento de sujeição e servidão."

Sr. Presidente, talvez seja esse o motivo principal de nos mantermos em situação de inferioridade na política e no comércio exterior. Estamos presos a um comércio bilateral, ligados a uma potência interessada em conservar-nos dentro da esfera de sua influência política. Ela, todavia, entretém relações diplomáticas com a União Soviética e os demais países da "Cortina de Ferro", enquanto nos dificulta, direta ou indiretamente, essas mesmas relações, que possibilitariam, talvez, horizontes mais amplos ao nosso comércio exterior. Somos forçados, ao contrário, ao intercâmbio com mercados de moeda forte, que depauperam as nossas divisas e espoliam a nossa riqueza.

Diz ainda o eminente Senador Lourival Fontes:

"E, por uma orientação incongruente e funesta, cerramos as portas da nossa expansão comercial a quase um bilhão de clientes e consumidores que compõem a pouca da União Soviética, da

China e das democracias populares. Que razões políticas, que impedimentos morais, que respeito tradicionais nos aconselharam essa política lesiva dos nossos interesses e prejudicial ao nosso desenvolvimento?"

Estamos vendo que o ponto de vista do nobre Senador Lourival Fontes — já aqui exposto — é exatamente o de todos realmente desejosos de que o Brasil seja livre não só politicamente, mas, também, economicamente emancipado.

Explica, então, o digno representante do Estado de Sergipe:

"As nações só se aliam por interesses comuns e só se combatem por interesses concorrentes."

E' realmente o que vemos. As nações aliam-se para se defender e combatem-se pela concorrência. E nós, que deveríamos ter ponto de vista idêntico ao dos nossos vizinhos de Continente, nações latino-americanas, que mantêm proveitos o comércio com os países da Cortina de Ferro, quasi nos isolamos desse comércio livre, talvez por filigranas da diplomacia, talvez por excesso de dificuldades burocráticas.

O que poderíamos obter com esse comércio? — Provavelmente, grandes vantagens.

Tenho em mãos discurso do Sr. Nesteroy, Secretário do Comércio Exterior da União Soviética, em que mostra como a Rússia mantém acordos comerciais com a Finlândia, a Argentina e outros países.

No que diz respeito, por exemplo, a empréstimos observa o Secretário:

"Ampliando suas relações econômicas, a União Soviética concluiu entre os anos de 1954 e 1955, acordos comerciais com uma série de países capitalistas. Firmaram-se, particularmente protocolos sobre intercâmbios comerciais com o Afeganistão, Noruega, Suécia, Irlanda, a União econômica belgo-luxemburguesa, Islândia e França; concluíram-se acordos comerciais de compensação com o Líbano e o acordo comercial com o Egito, o acordo de remessas mútuas com a Finlândia. Também tem havido intercâmbio de correspondência sobre remessas mútuas de mercadorias com a Índia e Iran e outros países.

Com o objetivo de ampliação ulterior das relações comerciais, a URSS tem concedido créditos e empréstimos à Argentina, à Finlândia e ao Afeganistão. Há que assinalar que os créditos e empréstimos não contêm nenhuma das condições onerosas claras ou ocultas que acompanham a outros créditos concedidos por alguns Estados. Os créditos soviéticos são concedidos em condições vantajosas. Por exemplo, o crédito concedido à Finlândia pela URSS, tem um prazo de 10 anos com 2,5% anuais de juros, enquanto que em 1952 a Finlândia recebeu um crédito do Banco Internacional de reconstrução e desenvolvimento com 4,74% de juros, isto é, o dobro do da URSS.

Com êxito especial se desenvolvem as relações econômicas da União Soviética com a Finlândia, as quais são um exemplo vivo de colaboração amistosa de países que têm diferente sistema social. Atualmente, o volume do comércio soviético-finlandês é 3,5 vezes superior ao nível de 1950.

Na imprensa finlandesa se tem assinalado com exatidão que o comércio com a URSS assegura o completo uso de uma série de ramos da indústria da Finlândia e, especialmente na indústria de elaboração de metais. Os encargos da União Soviética contribuem para o desenvolvimento da indústria marítima e também assegura o emprego em um ramo tão importante da indústria finlandesa como é a elaboração da madeira. Junto com este comércio, a URSS assegura à Finlândia o abasteci-

mento das mercadorias que lhe são necessárias e, parcialmente, de trigo. Segundo os dados do periódico finlandês "Soumen Sosialidemokrati", com as importações da União Soviética, a Finlândia cobre suas necessidades de combustíveis líquidos em 80%, de açúcar em 85% e em crédito de 90%.

Fortalecem-se as relações comerciais da União Soviética com os países da América Latina, como o demonstra a conclusão no ano de 1953 do acordo comercial soviético-argentino e a assinatura entre a URSS e a Argentina do protocolo sobre a circulação de mercadorias em 1955 de produtos da nafta, laminados, ferro fundido, madeiras serradas, máquinas, instalações e outras mercadorias. Na exportação argentina à URSS estão incluídas suas mercadorias de exportação tradicional.

A URSS aumentou essencialmente no ano de 1954, a sua circulação de mercadorias com os países capitalistas. Em comparação com o ano de 1953 a circulação de mercadorias da União Soviética com os países capitalistas aumentou de 4 milhões de rublos a 5 milhões 400 mil, ou seja, em 34,1%.

A União Soviética encontra-se solidária com os países debilmente desenvolvidos no aspecto econômico e de seus anseios de independência econômica e está disposta a prestar-lhes ajuda prática neste assunto tão importante para eles. Antes da segunda guerra mundial, a URSS vendia já a estes países suas instalações e máquinas. Naquelles anos, por exemplo, se montavam instalações soviéticas na Turquia e no Afeganistão.

Durante os últimos anos, a União Soviética concluiu importantes acordos com uma série de países debilmente desenvolvidos no aspecto econômico. São bem significativos neste sentido os acordos da União Soviética com a Índia e com o Afeganistão.

De conformidade com o acordo comercial concluído com a Índia em dezembro de 1953, por um período de cinco anos, a União Soviética envia a Índia, máquinas e instalações; incluídas as instalações completas para empresas industriais e centrais hidroelétricas, tratores e maquinaria agrícola, assim como grãos nafta e seus produtos, materiais para a indústria madeireira e de papel. A Índia envia a URSS as mercadorias que correntemente exporta. Em comparação com o ano precedente da circulação de mercadorias entre a União Soviética e a Índia no ano de 1954, foi aumentado diversas vezes.

Com ajuda da URSS, se construirá na Índia uma grande fábrica metalúrgica, que produzirá anualmente mais de um milhão de toneladas de aço e de quantidade correspondente de laminados como assinalou o Ministro encarregado dos assuntos da produção da Índia K. Reddi, as condições propostas pela União Soviética para a construção da fábrica, permitiu a Índia adquirir uma valiosa experiência técnica e sucessiva redução até o mínimo, da dependência da ajuda estrangeira, inclusive passar por completo, sem ela.

Desenvolve-se com êxito o comércio soviético-afagano. A União Soviética tem proporcionado créditos ao Afeganistão.

As relações econômicas, o comércio com a União Soviética assegura aos países debilmente desenvolvidos a possibilidade de adquirir máquinas e instalações perfeitas, em condições favoráveis para eles. Este comércio, para cujo desenvolvimento existem amplas possibilidades, constitui um importante fator na industrialização dos países debilmente desenvolvidos. Ajuda a superar a dependência econômica de outros es-

tados capitalistas, permite aumentar o emprego da produção nos outros países.

O povo soviético tem se pronunciado e se pronuncia por um amplo comércio com todos os países. A indústria moderna e desenvolvimento da economia agrícola da URSS, utilizam e produzem cada vez maiores quantidades de diferentes artigos, industriais, semifabricados e matérias primas. Isto cria a necessária possibilidade para o constante volume de nosso comércio interior, tanto no que concerne a importação como a exportação, em condições de normalização do mercado internacional.

Nós cremos que em todos os países existem forças sãs com as quais se podem encontrar os meios de melhoramento nas relações entre os Estados no interesse de fortalecimento da paz, no interesse do acréscimo do bem-estar de todos os povos, no interesse de uma paz firme entre as nações.

Acórdos comerciais entre a União Soviética, o Afeganistão, a Índia, o Paquistão e outros países proporcionaram a estas nações máquinas agrícolas e instalações completas de centrais elétricas e siderúrgicas. Na Índia, por exemplo, foi montada uma siderurgia com capacidade para mil toneladas de aço e outro tanto de laminados, cujo pagamento será feito mediante trocas de produtos de exportação desse país ou daqueles obtidos na própria indústria, após cinco anos de funcionamento.

Com algumas nações de menor desenvolvimento — debilmente desenvolvidos, conforme diz, textualmente, Sr. Niesterov, Egito e Turquia, por exemplo, realizou a União Soviética acordos comerciais, segundo os quais fornecia, além de máquinas agrícolas, fábricas completas, montadas e postas a funcionar por técnicos russos, que se retiraram após cinco anos de trabalho. O pagamento das máquinas era feito no mesmo prazo, em matéria prima.

Na Assembleia Mundial da Paz, realizada em Helsinski, na Finlândia, tive oportunidade de conversar com o Sr. Niesterov sobre a possibilidade de comércio da Rússia com o Brasil. Apelo para todos os povos no sentido do reatamento das relações comerciais com o seu país, declarou ele que a União Soviética pode fazer, com o Brasil, o que faz com a Argentina e outras nações: fornecer instalações completas de petróleo; enviar petróleo bruto e máquinas agrícolas, em troca de açúcar, café e produtos industrializados, que tenhamos interesse em receber. As transações se processariam à base de trocas, sem precisar recorrer ao comércio internacional, com desgaste de divisas.

Sr. Presidente, esta a finalidade que me levou, após um convite, a visitar aquele país. Quis ver se podia ser útil à minha terra e se, realmente, havia possibilidade de melhorar-se a situação de nosso comércio exterior, mediante a ampliação de seu campo de atividade.

Poderemos — e não será difícil ao Governo, desde que assim o deseje reatar relações comerciais com a Rússia e auferir benefícios idênticos aos concedidos à Argentina. Receberíamos petróleo para ser refinado ou gasolina; instalações completas para pesquisas de petróleo, máquinas agrícolas e fábricas siderúrgicas, para desenvolvimento de nossas indústrias, do mesmo passo que venderíamos o excedente de nosso café, açúcar, cacau ou produtos industrializados.

Não há de ser dentro das rodas de um tambor de gasolina ou numa saca de trigo que entrarão, no Brasil, as idéias comunistas. As ideologias, o aspecto do raciocínio filosófico do homem só se combatem com idéias, argumentos e fatos. Não há de ser o reatamento das relações co-

merciais que concorrerá para a difusão de princípios socialistas em nossa terra. Se assim fosse, os Estados Unidos, que mantêm apreciável comércio com a União Soviética, e a Argentina, cujo intercâmbio comercial aumentou três vezes e meia, nestes últimos anos, seriam nações de grande expansão comunista. Entretanto, não o são.

A Finlândia, cujo partido comunista é legalizado, é o único país que tem, na Assembleia, apenas um décimo de membros daquela agremiação. No entanto, é vizinho da União Soviética, onde compra 80% do trigo que consome, e dela recebeu financiamento de 95% para o desenvolvimento da sua indústria madeireira e de navegação. Devia, portanto, ser um grande país socialista mas, não o é.

Sr. Presidente, é indispensável não sejamos, como sempre, os últimos a tomar a iniciativa. Sete povos da América Latina mantêm relações comerciais e diplomáticas com a U. R. S. S., com ótimos resultados; outros, aproveitam a mão estendida pela nação que concentra, em sua órbita, metade da população do mundo, e que necessita de matérias primas e de produtos industrializados para as diferentes regiões do seu vasto território.

E' preciso que o Itamarati — e eu li declarações desse Ministério, afirmando não haver razão maior que impeça o reatamento dessas relações — é preciso que o Itamarati encare com patriotismo essa medida: estudada a possibilidade de explorarmos nosso petróleo com material próprio, adquirido na União Soviética, ou o fornecimento de trigo mais barato que o recebido do Canadá.

Sobre o trigo, Sr. Presidente, desejo relatar passagem muito interessante. Em viagem de avião — por isso não posso precisar a data — li que o Brasil havia comprado, na Finlândia, certa quantidade daquele Grão. Muito me admirei, pois sabia que 85% do produto consumido por aquele país vinham da União Soviética. Se assim era, como podia exportar trigo para o Brasil? — A explicação é simplíssima: reexporta comprado ao vizinho, ganhando como intermediário.

No Anuário Brasileiro, entretanto, verificamos que a Finlândia é dos maiores consumidores do café brasileiro, figurando com percentagem superior à de tradicionais freguezes nossos, como a França, Itália, Portugal e Espanha, entretanto, consome pouco café, pois só possui quatro milhões de habitantes. Quando lá estive, só encontrei anúncios de café da Colômbia, nunca do Brasil. Para onde vai, então, o café que a Finlândia importa? — Naturalmente, passa a fronteira, para a União Soviética!

Verificamos, assim, que intermediários — como os Estados Unidos, a Finlândia, e outros países — locupletam-se com o que Podíamos fazer sozinhos. O Governo deve olhar para esses fatos, que nada têm que ver com a política externa do Brasil e influem, decisivamente, em sua economia. Cabe-nos dar um passo à frente, a fim de nos emanciparmos, financeiramente, melhorando a situação econômica de nossa terra. (Muito bem, muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Parsifal Barroso, segundo orador inscrito.

O SR. PARSIFAL BARROSO:

Sr. Presidente, examinadas que foram, ontem, as causas determinantes da escassez de recursos para a movimentação do Banco do Nordeste do Brasil, desejo, neste momento, estabelecer algumas considerações a cerca das deficiências também obser-

vadas com relação àquelas verbas destinadas pelo Artigo 198 da nossa Constituição, ao programa de defesa contra os efeitos da chamada seca do nordeste.

Minha intenção, de ordem inteiramente construtiva, é, através dessa análise, chegar a conclusões que sirvam como um roteiro capaz de possibilitar o melhor rendimento dos 2% da renda tributária que a nossa Carta Magna destina às obras contra as secas do nordeste.

Em primeiro lugar, devo dizer aos meus nobres colegas que, não vacilaria em afirmar, de início, que essas deficiências relacionadas com as obras e serviços previstas no Artigo 198 da nossa Constituição se originam do fato de, há muito tempo, não se fazer a votação do Orçamento, consignando-se, exatamente, os 2% da renda tributária em favor da área do polígono das secas e, também, da circunstância de não serem anualmente aplicadas muitas dessas verbas que, até bem pouco tempo, se perdiam inteiramente e, que só a partir de julho de 1953, com a Lei n.º 1918, tiveram a possibilidade de recuperação.

Na Câmara dos Deputados tramita, desde o ano passado, projeto de autoria do ex-Deputado Paulo Saraizate, atual Governador do Ceará objetivando a recuperação de um pouco mais de um bilhão de cruzeiros, correspondendo essa quantia às diferenças verificadas de 1947 a 1952, na elaboração dos orçamentos, porque as nossas Leis de Meios não vêm consignando exatamente essas verbas no montante de 2% da renda tributária.

E' verdade que o Poder Executivo justifica a inobservância daquilo que está preceituado na nossa Carta Magna, sob a alegação de ainda não haver sido votada a Lei Orgânica das verbas e serviços previstos no art. 198 da Constituição. Realmente, a nós legisladores pode ser imputada a culpa de, até esta data, não havermos elaborado essa legislação complementar, absolutamente indispensável ao cumprimento exato de tudo quanto está indicado no artigo 198 da Constituição.

Por outro lado, não se pode negar que as leis, votadas por nós com o objetivo de atenuar a falta da Lei Básica, não encontram possibilidades de execução por parte do Executivo, bastando citar, como exemplo, as Leis ns. 1.918 e 2.087, respectivamente de julho e novembro de 1953, até hoje não regulamentadas, embora prescrevessem prazos de trinta e sessenta dias para expedição dos respectivos regulamentos.

Posso ainda afirmar, justamente devido à falta de regulamentação, que, na aplicação do preceito contido na Lei n.º 1.918 mandando recuperar, anualmente, todos os saldos não aplicados pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, somente a grande custo conseguimos, do Ministério da Fazenda, a observância do que preceitua o diploma legal em benefício do Nordeste.

Ainda no corrente exercício, tendo o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas recolhido, em fins de 1954, saldos no montante aproximado de duzentos milhões de cruzeiros, até hoje o Governo não colocou, à disposição daquela unidade administrativa no Banco do Brasil, o saldo reclamado absolutamente indispensável — para prosseguimento de obras e serviços.

Permito-me lembrar, nesta oportunidade, que a criação da Comissão de Investimentos do Nordeste foi providência do Poder Executivo, para equacionamento de todos os problemas relacionados com a recuperação econômica do Nordeste.

Estabelecida por Decreto Executivo, em novembro do ano passado, até hoje não pôde ou não quis entrar em contato com os programas e planos

que lhe competia examinar, a fim de indicar, definitivamente, ao Poder Executivo, o Plano de Obras e Serviços, que, finalmente, seria adotado em cumprimento do Art. 198 da Constituição.

Chega a causar pasmo que, já havendo a respeito desse plano do Nordeste estudo detalhado, quase completo, semelhante ao que, a pedido do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, fez o grande economista internacional Hans Singer; e existindo plano elaborado em 1953, pela Assessoria Econômica da Presidência da República não tenha a Comissão de Investimentos no Nordeste sequer realizado o trabalho preliminar da escolha dos planos e programas, que deveriam servir de base ao estabelecimento de suas conclusões quanto ao plano de obras e serviços, contra os efeitos das chamadas "Secas do Nordeste".

Por estes motivos, entendo que a nós, do Poder Legislativo, incumbe a obrigação inadiável de apressarmos na Câmara dos Deputados e no Senado, a tramitação dos vários projetos que se destinam a formar essa legislação complementar, explicitamente exigida pelo texto constitucional.

Enquanto não cumprimos o dever de elaborar tal legislação, cabe pelo menos ao Poder Executivo, no intuito de suprir-lhe as deficiências regulamentares e aplicar os diplomas legais já elaborados.

Refiro-me, Sr. Presidente à Lei n.º 1.918 que disciplina a movimentação dos créditos para a aquisição de cooperação, e à Lei n.º 2.087, originária do Senado, que estabelece a inclusão das barragens de submersão no mesmo plano para aquisição de cooperação e institui o prêmio de irrigação. Deve, também, o Ministério da Viação e Obras Públicas diligenciar no sentido de que lhe seja — de acordo com a solicitação feita pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — posta à disposição a importância de perto de 200 milhões de cruzeiros, correspondente aos saldos não aplicados no exercício de 1954.

Estamos convencidos, Sr. Presidente, de que encarados de frente esses problemas, com empenho de ser alcançada solução definitiva estaremos, nós legisladores, proporcionando àquela vasta região do país a oportunidade por que tanto anseio de fazer cessar o processo de descapitalização a que vem sendo, injustamente, submetida, integrando-se sua economia, cada vez mais, na economia nacional, para o bem do próprio Brasil.

Possam os nordestinos, enfim, ir ao encontro do grandioso futuro a que estão destinados. (Muito bem, muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Domingos Velasco, terceiro orador inscrito.

O SR. DOMINGOS VELASCO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, para conhecimento do Senado e, através dele, do País, levi a moção aprovada pela Convenção Nacional do Partido Socialista, realizada nos dias 23 e 24 do corrente:

"A Convenção Nacional do Partido Socialista aprova, por unanimidade, a seguinte moção:

"O Partido Socialista Brasileiro, por sua Convenção Nacional, reafirma sua inquebrantável devoção à democracia e à lei e sua confiança inabalável no povo brasileiro, que não precisa de tutores para, no dia 3 de outubro, eleger o presidente da República. Respeita os direitos democráticos de seus adversários políticos e reconhece o indeclinável direito. As candidaturas de Juarez Távora e Milton Campos representam, sem dúvida, um progra-

ma mínimo de reivindicações populares e de moralidade administrativa, simbolizando verdadeiros esteios da legalidade e da ordem constitucional.

O Partido Socialista Brasileiro tem a convicção de que a atual crise política se alicerça sobre um desajustamento econômico, que está a exigir a abolição do regime feudal, ainda existente no interior, e a libertação do país da influência estrangeira, dos trustes e dos cartéis que procuram asfixiar o desenvolvimento da Nação. Mas está certo de que o caminho para tal libertação e para a necessária reforma agrária é, precisamente, o da defesa inflexível da legalidade constitucional. Por isso, ao mesmo tempo que reafirma a sua inabalável convicção da vitória de Juarez Távora e Milton Campos, no próximo pleito, condena, veementemente, qualquer tentativa de subversão da ordem democrática e repudia aqueles que se armam da desonestidade e apregoam o golpe como único caminho para se alcançar ao poder, arrancando ao eleitorado o direito essencial à vida de todo povo livre — o de escolher, livremente, os seus dirigentes.

Esta, Sr. Presidente, a resolução aprovada pela Convenção Nacional do Partido Socialista Brasileiro, que transmito ao Senado à Nação. (*Muito bem; muito bem*)

O SR. PRESIDENTE:

Na sessão de hoje foram lidas as Mensagens números 389, 388, 392 e 393, nas quais o Sr. Presidente da República comunica as razões dos vetos aos projetos de leis:

que concede amparo aos ex-integrantes da Força Expedicionária Brasileira julgados inválidos ou incapazes definitivamente para o serviço militar (parcial);

que derroga o art. 3º da Lei número 794, de 29 de agosto de 1949, o qual assegura a inserção de provisionados no quadro da Ordem dos Advogados do Brasil (total);

que prevê a revisão obrigatória dos proventos dos servidores inativos, civis da União e das das autarquias e paraestatais (total);

que restabelece o sistema ortográfico do "Pequeno Vocabulário da Língua Portuguesa", e revoga o Decreto-lei número 8.286, de 5-12-1945 (total).

A fim de conhecerem desses vetos convoco as duas casas do Congresso Nacional para sessões conjuntas, nos dias 15, 20, 22 e 27 de setembro próximo, às 14,30 horas.

Para as Comissões Mistas que os deverão relatar são designados os Srs. Senadores:

1º. Veto:
Ari Viana.
Caetano de Castro.
Maynard Gomes.

2º. Veto:
Alfredo Duailibe.
Cunha Melo.
Albino Vivacqua.

3º. Veto:
Mendonça Clark.
Matias Olímpio.
Mário Mota.

4º. Veto:
Gilberto Marinho.
Leurival Fontes.
Daniel Krieger.

Vai ser lido um requerimento do nobre Senador Sebastião Archer.

É lido e aprovado o seguinte:

Requerimento n. 382, de 1955

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal.

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 24 e 25 do Regimento, 12º (repto e vinte) dias de licença, Senado Federal, em 24 de agosto de 1955. — Sebastião Archer da Silva.

O SR. PRESIDENTE:

De acordo com a orientação seguida no Senado, não tendo o requerimento fixado o dia do início da licença, ela se contará a partir da publicação.

Será convocado o Suplente, senhor Remy Archer da Silva. (Pausa).

Sobre a mesa dois requerimentos de informações.

São lidos e deferidos os seguintes

Requerimento n. 383, de 1955

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal.

O Senador abaixo assinado, com apoio no direito que lhe confere o Regimento Interno, vem requerer a V. Ex.ª se digne de solicitar ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas os seguintes informes, que se destinam a melhorar o rendimento das obras contra as secas:

1.º — Por que motivo ainda não foram regulamentadas as Leis números 1.918, de 24-7-1953, e 2.687, de 13-11-1953, e quais as providências tomadas no sentido de serem baixados os respectivos regulamentos?

2.º — quais as providências adotadas para a entrega ao Departamento Nacional de Obras contra as Secas, da importância de Cr\$ 199.659.360,21, correspondente aos saldos recolhidos do exercício de 1954, na conformidade do disposto no parágrafo único do artigo 2.º da Lei n.º 1.918, de 24-7-1953?

3.º — por que a Comissão de Investimentos no Nordeste, criada pelo Decreto n.º 36.478, de 18-11-1954, não realizou a missão de que foi incumbida, e nem apresentou a 10 de janeiro e 10 de julho deste ano, os relatórios a que estava obrigada?

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1955. — *Parsifal Barroso.*

Requerimento n. 384, de 1955

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal.

O abaixo assinado, nos termos do artigo 10, alínea b do Regimento, requer a V. Ex.ª se digne solicitar ao Exmo. Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas as seguintes informações:

a) se, efetivamente, está atrasado o pagamento do abono de emergência devido aos inativos da Estrada de Ferro Central do Brasil;

b) no caso afirmativo, quais os fatos determinantes desse atraso e quais as providências tomadas para pôr termo a tal situação, verdadeiramente insustentável pelas privações e dificuldades em que se encontram os referidos servidores.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1955. — *Lucio Bittencourt.*

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 132, de 1955, em regime de urgência. Está publicada no Diário do Congresso de hoje.

Não havendo quem faça uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam a redação final, queiram conservar-se sentados.

É aprovada e vai à Câmara dos Deputados a redação final constante do seguinte

PARECER N.º 999, DE 1955

Da Comissão de Redação

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 132, de 1955.

Relator: Sr. Alô Guimarães

A Comissão apresenta a redação final (fls. anexas) da emenda do Senado ao Projeto de Lei n.º 132, de 1955, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 1955. — *Julio Leite, Presidente.* — *Alô Guimarães, Relator.* — *João Villasbôas.*

ANEXO AO PARECER N.º 999 DE 1955

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 132, de 1955, que retifica, sem onus, a Lei número 2.368, de 9 de dezembro e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1955.

EMENDA N.º 1

Do art. 1.º (Emenda n.º 1-C).

Dê-se a este artigo a seguinte redação:

"Art. 1.º São feitas as seguintes retificações na Lei n.º 2.368, de 9 de dezembro de 1954, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1955:

ANEXO N.º 17 — MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Verba 3 — Serviços e Encargos

Consiguação 2 — Auxílio e Subvenções.

Subconsiguação 03 — Subvenções extraordinárias.

Onde se lê:

14 — Minas Gerais.

1) — mediante acordo.

Leia-se:

14 — Minas Gerais.

Associação Rural de Caldas para o parque da exposição Cr\$ 950.000,00
Exposição de Uvas e vinhos da Associação Rural de Caldas para o construção do recinto permanente Cr\$ 350.000,00.

Leia-se:

14 — Minas Gerais.

Associação Rural de Caldas para o parque de exposição Cr\$ 1.300.000,00.

Onde se lê:

Escola Primária junto ao Posto Agropecuário de Caldas.

Leia-se:

Agropecuário de Caldas, a cargo da Escola Primária junto ao Posto Associação Rural de Caldas.

Onde se lê:

14 — Minas Gerais.

Associação Rural de Governador, Valadares.

Associação Rural do Vale do Rio Doce, Governador Valares.

ANEXO N.º 18 — MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Verba 3 — Serviços e Encargos.

Consiguação 2 — Auxílios e Subvenções.

Onde se lê:

Subconsiguação 02 — Subvenções ordinárias.

18 — Pernambuco.

Escola de Corte e Costura Ambrósio Florêncio — Caruaru.

Leia-se:

Subconsiguação 02 — Subvenções ordinárias.

18 — Pernambuco.

Escola de Corte e Costura Ambrósio Florentino de Almeida — Caruaru.

Onde se lê:

03 — Subvenções extraordinárias.

15 — Pará.

Casa do Cristo Sacerdote, para filhos menores de tuberculosos.

Leia-se:

03 — Subvenções extraordinárias.

15 — Pará.

Casa do Cristo Sacerdote — Belém para filhos menores de tuberculosos.

Onde se lê:

Subconsiguação 03 — Subvenções extraordinárias.

19 — Piauí.

Associação de Proteção à Infância Desamparada de Jalcós.

Leia-se:

Subconsiguação 03 — Subvenções extraordinárias.

19 — Piauí.

Associação de Proteção à Infância Abandonada de Jalcós.

Onde se lê:

Subconsiguação 03 — Subvenções extraordinárias.

19 — Paraíba.

Ginásio Silvino Cabral da Nóbrega. Santa Luzia — Cr\$ 80.000,00.

Ginásio Silvino Cabral — Santa Luzia — Cr\$ 20.000,00.

Leia-se:

Subconsiguação 03 — Subvenções extraordinárias.

16 — Paraíba.

Instituto Silvino Cabral da Nóbrega — Santa Luzia — Cr\$ 100.000,00.

Onde se lê:

03 — Subvenções extraordinárias

22 — Rio Grande do Norte.

Associação de Proteção aos Surdos Mudos — Natal. — Cr\$ 10.000,00

Instituto de Proteção aos Cegos e Surdos Mudos — Natal. — Cr\$..

20.000,00.

Leia-se:

03 — Subvenções extraordinárias

23 — Rio Grande do Norte

Instituto de Proteção aos Cegos e Surdos Mudos — Natal. — Cr\$..

30.000,00.

ANEXO N.º 24 — MINISTÉRIO DA SAÚDE

Verba 3 — Serviços e Encargos.

Consiguação 2 — Auxílios e Subvenções.

Subconsiguação 03 — Subvenções extraordinárias.

22 — Rio Grande do Norte.

Onde se lê:

Abrigo Dispensário Professor Pedro Gurgel — Caicó — Cr\$

50.000,00.

Amigos Dr. Pedro Gurgel — Caicó — Cr\$ 50.000,00.

Leia-se:

Abrigo Dispensário Professor Pedro Gurgel — Caicó — Cr\$ 100.000,00

Onde se lê:

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Patu. — Cr\$ 100.000,00.

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Patu. — Cr\$ 65.000,00.

Leia-se:

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Patu — Cr\$ 165.000,00.

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de São Paulo do Potengi. — Cr\$..

50.000,00.

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de São Paulo do Potengi. — Cr\$..

100.000,00

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de São Paulo do Potengi. — Cr\$..

100.000,00

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de São Paulo do Potengi. — Cr\$..

100.000,00

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de São Paulo do Potengi. — Cr\$..

100.000,00

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de São Paulo do Potengi. — Cr\$..

100.000,00

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de São Paulo do Potengi. — Cr\$..

100.000,00

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de São Paulo do Potengi. — Cr\$..

100.000,00

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de São Paulo do Potengi. — Cr\$..

100.000,00

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de São Paulo do Potengi. — Cr\$..

100.000,00

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de São Paulo do Potengi. — Cr\$..

100.000,00

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de São Paulo do Potengi. — Cr\$..

100.000,00

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de São Paulo do Potengi. — Cr\$..

100.000,00

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de São Paulo do Potengi. — Cr\$..

100.000,00

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de São Paulo do Potengi. — Cr\$..

100.000,00

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de São Paulo do Potengi. — Cr\$..

100.000,00

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de São Paulo do Potengi. — Cr\$..

100.000,00

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de São Paulo do Potengi. — Cr\$..

100.000,00

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de São Paulo do Potengi. — Cr\$..

100.000,00

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de São Paulo do Potengi. — Cr\$..

100.000,00

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de São Paulo do Potengi. — Cr\$..

100.000,00

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de São Paulo do Potengi. — Cr\$..

100.000,00

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de São Paulo do Potengi. — Cr\$..

100.000,00

01 — Recursos para a defesa contra as secas do Nordeste (art. 198 da Constituição).

40 — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

2 — Construções.

— Onde se lê:

7) Rodovia Terezinha-Picos.

Leia-se:

7) Rodovia Terezina-Picos-Joiós.

O SR. PRESIDENTE:

Para acompanhar o estudo da emenda do Senado a que se refere a redação final agora aprovada, designo de conformidade com o Regimento Comum, o Sr. Senador Parsifal Basroso.

Finda a hora do expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA

Eleição dos representantes do Senado (6) na Comissão Mista de Reforma Agrária, criada por iniciativa da Câmara dos Deputados com aquiescência do Senado Federal, conforme deliberado na sessão de 1 de julho do ano em curso.

O SR. PRESIDENTE:

Para que possam os Srs. Senadores se munirem das cédulas, suspendo os trabalhos por 5 minutos.

A sessão é suspensa às 15,35 horas e reaberta às 15,40 horas.

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à chamada. (Pausa)

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI:

(Pela Ordem) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, a razão desta questão de ordem é informar-me quanto à orientação que inspira a escolha dessas Comissões Especiais. Já ontem tivemos a de uma e hoje a de outra.

Ignoro se essas Comissões estão sendo organizadas exclusivamente ao alvitre da Mesa, ou se a escolha depende da manifestação dos líderes dos Partidos.

Se assim é, seja para a constituição da Comissão passada, seja para a de hoje, como líder do Partido Social Progressista, não tenho lembrança de haver sido consultado.

Desejaria ficasse de uma vez por todas, esclarecida a matéria para que, agora por diante, eu me possa orientar convenientemente.

Esta a questão de ordem que levo ao julgamento de V. Ex.^a.

O Senado — estou certo — receberá esta manifestação não como impertinência, mas como colaboração. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE:

Respondendo à questão de ordem formulada pelo nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti, informo que a tradição do Senado é, de modo geral, de todo o Poder Legislativo, para constituição das Comissões Especiais atende ao princípio da representação proporcional e à indicação, pelos respectivos líderes partidários, dos membros que as deverão integrar.

Esta a prática observada no Senado; e assim têm sido escolhidas as Comissões nesta Casa constituídas.

O Partido Social Progressista, dignamente representado no Senado por V. Ex.^a e outros nobres Senadores, ao que estou informado, não apresentava número suficiente a fim de participar dentro do critério da representação proporcional da escolha das Comissões Especiais.

A Mesa está seguramente informada de que a composição da Comissão Mista de Reforma Agrária, que se vai eleger, atende rigorosamente aos princípios enunciados.

Vai-se proceder à chamada.

RESPONDEM A CHAMADA E VOTAM OS SRS. SENADORES

Vivaldo Lima. — Mourão Vieira. — Cunha Melo. — Alfredo Dualibe. — Públio de Mello. — Onofre Gomes. — Parsifal Barroso. — Kerginaldo Cavalcanti. — Georgino Avelino. — Reginaldo Fernandes. — Ruy Carneiro. — Freitas Cavalcanti. — Maynard Gomes. — Lourival Fontes. — Juracy Magalhães. — Carlos Lindenberg. — Atílio Vivacqua. — Ari Vianna. — Sá Timoco. — Paulo Fernandes. — Guilherme Malaquias. — Caiado de Castro. — Gilberto Maranhão. — Benedito Valladares. — Domingos Velasco. — Coimbra Bueno. — Mário Motta. — Heitor Medeiros. — Alô Guimarães. — Alberto Pasqualini. — Daniel Krieger (31).

Durante a chamada o Sr. Freitas Cavalcanti deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nereu Ramos.

O SR. PRESIDENTE:

— Responderam à chamada e votaram 31 Srs. Senadores, com o Presidente 32.

Vai-se proceder à apuração.

São recolhidas 31 cédulas que, apuradas, dão o seguinte resultado:

Paulo Fernandes 30 votos.
Heitor Medeiros 31 votos.
Lucio Bittencourt 31 votos.
Lima Teixeira 30 votos.
Rui Palmeira 31 votos.
Julio Leite 31 votos.
Kerginaldo Cavalcanti 1 voto.
Em branco, 1 voto.

O SR. PRESIDENTE:

— Proclamo eleitos membros da Comissão Mista de Reforma Agrária os senhores senadores: Paulo Fernandes, Heitor Medeiros, Lucio Bittencourt, Lima Teixeira, Rui Palmeira e Julio Leite.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 248, de 1954, que cria, na Segunda Região da Justiça do Trabalho, uma Junta de Conciliação e Julgamento e dá outras providências, tendo pareceres: 1) Sobre o Projeto da Comissão de Serviço Público Civil, sob número 444, de 1955, favorável; da Comissão de Finanças, sob n.º 445, de 1955, favorável. 2) Sobre a emenda da Comissão de Serviço Público Civil, sob número 848, de 1955, contrário; da Comissão de Finanças, sob n.º 984, de 1955, contrário.

O SR. PRESIDENTE:

— Há, sobre a mesa, um requerimento do nobre Senador João Villasboas. (Pausa).

E' lido e aprovado o seguinte

Requerimento n. 385, de 1955

Nos termos dos arts. 126, letra i, e 154, letra a, do Regimento Interno, requereu adiamento da votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 248, de 1954, a fim de que sobre ele seja ouvida a Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1955. — João Villasboas.

O SR. PRESIDENTE:

— De conformidade com o voto do Plenário, a matéria irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Votação, em primeira discussão do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1955, que acrescenta quatro parágrafos ao art. 78 da Constituição Federal, tendo parecer contrário, sob n.º 893, de 1955, da Comissão de Reforma Constitucional.

O SR. PRESIDENTE:

— Pela chamada há pouco procedida, não há "quorum" especial para

a votação da matéria que fica; portanto, adiada.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 42, de 1955, que dispõe sobre a regulamentação do § 4.º, art. 153, da Constituição Federal, referente ao auxílio da União aos Estados nos estudos referentes às águas termominerais de aplicação medicinal e no aparelhamento das estâncias destinadas ao uso das mesmas, tendo pareceres da Comissão de Saúde Pública, sob n.º 988, de 1955, favorável; da Comissão de Economia, sob n.º 969, de 1955, favorável; da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sob n.º 970, de 1955, favorável, com a emenda que oferece de n.º 1-C; e da Comissão de Finanças, sob n.º 971, de 1955, favorável ao projeto e à emenda.

O SR. PRESIDENTE:

— Em discussão.

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerrarei a discussão.

Encerrada.

Vai ser votada a emenda.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

E' aprovada a seguinte

EMENDA N.º 1-C

Acrescente-se, onde convier, o seguinte artigo:

Art. — O Poder Executivo consignará anualmente em sua proposta orçamentária verba própria destinada a dar cumprimento à presente lei, ficando, ainda, autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, a fim de ocorrer às despesas no corrente exercício, resultante da aplicação do disposto no artigo 2.º e seus incisos, bem como no artigo 5.º, de acordo com as seguintes discriminações:

— ao Ministério da Agricultura, para cumprimento das letras a, b e d e dos incisos I — II — III — IX — X — XI e XII do artigo 2.º o crédito de Cr\$ 10.000.000,00;

— ao Ministério da Viação e Obras Públicas, para cumprimento das letras f e g, e dos incisos IV, V e VII do artigo 2.º, o crédito de Cr\$ 5.000.000,00; e ao Ministério da Saúde, para cumprimento das letras c e d, do inciso I do artigo 2.º e do artigo 5.º, o crédito de Cr\$ 5.000.000,00.

O SR. PRESIDENTE:

— Em votação o projeto assim emendado.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados (Pausa).

E' aprovado e vai à Comissão de Redação o seguinte

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 42, de 1955

(N.º 396-B-1951, na Câmara)

Dispõe sobre a regulamentação do § 4.º, art. 153, da Constituição Federal, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Considera-se estância termomineral, hidromineral ou simplesmente mineral a localidade assim reconhecida por lei estadual e que disponha de fontes águas termais ou minerais, naturais, exploradas com observância dos dispositivos desta lei e do Decreto-lei Federal n.º 7.841, de 8 de agosto de 1945.

§ 1.º Se as fontes estiverem localizadas em zona urbana ou suburbana de alguma cidade, apenas esta será considerada estância respeitadas as delimitações fixadas em lei municipal própria, e em nenhum caso toda a área compreendida pelo município, prevalecendo o mesmo critério em relação às vilas.

§ 2.º Se as fontes estiverem localizadas fora das áreas urbanas e suburbanas, isto é, na zona rural, a estância constituir-se-á, apenas, da área que o legislador lhe fixar incluindo a faixa de proteção das fontes minerais, estabelecidos pelo Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM).

§ 3.º Em qualquer caso, para os efeitos desta lei é sempre considerado parte integrante da estância o conjunto compreendido pelas fontes estacionais, praças de desportos, parqueamentos balneários ou termais e ques águas, sítios de passeios e logradouros públicos, constantes do plano diretor de melhoramentos da estância.

Art. 2.º O auxílio de que trata o § 4.º do art. 153, da Constituição Federal, será concedido pela União através de convênios a serem firmados com os Estados e Municípios interessados, para os seguintes fins:

I — Elaboração, para cada uma das instâncias, de um plano diretor de melhoramentos, que compreende;

a) planta cadastral;
b) fixação da área de proteção das fontes minerais;
c) rede de abastecimento água;
d) rede de esgotos sanitários e pluviais;

e) estudo completo do problema de energia elétrica;

f) plano de urbanismo;

g) plano rodoviário de acesso aos sítios de passeios;

II — Realização do estudo águas minerais de aplicação medicinal e execução das obras de captação e adução das mesmas.

III — Delimitação das áreas que, adquiridas pela União e incorporadas ao seu patrimônio, devam ser por esta reforestadas, a fim de proteger os mananciais e as fontes.

IV — Promover, através do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, a execução das obras de saneamento das estâncias.

V — Conceder prioridade para a construção da rodovia federal constante do plano rodoviário nacional denominadas "circuito rodoviário das estâncias hidrominerais".

VI — Estabelecer prioridade na concessão de auxílios para a construção de campos de pouso nas estâncias hidrominerais.

VII — Incluir no plano de obras postais-telegráficas, com a recomendação de prioridade, a extensão de linhas telegráficas para todas as estâncias e a construção do respectivo prédio da Agência Postal Telegráfica.

VIII — Construção e instalação, em regime de convênio com os Estados, de um grupo escolar na sede de cada estância que não tenha sua localização coincidente com a sede do município ou da vila.

IX — Concorrer com recursos financeiros para as obras de construção e aparelhamento das termas e balneários, inclusive para a solução do problema de energia elétrica das estâncias.

X — Construção e instalação nas estâncias, no regime vigente de convênio com os Estados, de uma unidade escolar profissional, que será de natureza agrícola ou industrial, de conformidade com as particularidades geoeconômicas e sociais da região.

XI — O Ministério da Agricultura, através de seus órgãos competentes, emorrestará a cada uma das estâncias assistência mais intensificada visando ao melhor aparelhamento de sua produção rural, notadamente no setor da avicultura, da fruticultura, vinicultura e pequenas indústrias domésticas.

XII — Instalação nas estâncias de um posto meteorológico destinado a coligar elementos para os estudos de suas condições climáticas.

Art. 3.º O Ministério da Saúde, depois dos necessários estudos, orientará o aproveitamento das águas hidroclógicas e climáticas do país no in-

teresse da ciência e da saúde pública.
Art. 4.º Para efeito do recebimento dos favores de que trata esta lei, o Estado incumbir-se-á de promover, através de seu órgão técnico, a execução de medidas gerais e especiais de saúde pública que constituam garantia de bom estado sanitário na estância.

Art. 5.º A União deverá convencionar com os Estados e Municípios in-

teressados a construção de hotéis balneários para as classes menos favorecidas.

Art. 6.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SEM DEBATES E EM DISCUSSÃO ÚNICA, SÃO APROVADOS E VÃO A SANÇÃO OS SEGUINTE PROJETO DE LEIS DA CÂMARA.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 80, de 1955

(N.º 4.511-B-1954, na Câmara)

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR, PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, O CRÉDITO ESPECIAL DE CR\$ 289.500,00 PARA ATENDER A DESPESAS DECORRENTES DE EXAMES DE HABILITAÇÃO E CONCURSOS REALIZADOS NO ANO LETIVO DE 1952.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 289.500,00 (duzentos e oitenta e nove mil e quinhentos cruzeiros) para atender a despesas decorrentes de exames de habilitação e concursos, inclusive para o exercício profissional, realizados, no ano letivo de 1952, nas Faculdades de Farmácia e Odontologia de São Luís, no Maranhão, e Fluminense de Medicina, em Niterói, e no Colégio Pedro II — Externato, nesta Capital, de acordo com a relação abaixo:

ESTADO DO MARANHÃO

Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís

	Cr\$
1. Prof. Paulo Mattos	3.000,00
2. Prof. Dourival Lobato	3.000,00
3. Prof. Oziris Guimarães, catedrático em Belém do Pará (percebendo Cr\$ 3.000,00 pelos seus honorários, e mais Cr\$ 3.000,00, como residente fora do local da realização do concurso) num total de	6.000,00

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Faculdade Fluminense de Medicina — Niterói

	Cr\$
1. Dr. Thomaz da Rocha Lagoa	4.190,00
2. Dr. Otacilio Tavares Allemand	4.190,00
3. Dr. Aluizio de Melo Leitão	4.190,00
4. Dr. Alcides Jardim	4.190,00
5. Dr. João Pádua Corrêa	4.190,00
6. Dr. Almir Rodrigues Madeira	4.190,00
7. Dr. Roberto Pereira dos Santos	4.350,00
8. Dr. Tito Eneas Leme Lopes	6.680,00
9. Dr. Ruy Pinheiro	4.190,00
10. Dr. Eustáquio Leite Bittencourt Sampaio	4.130,00
11. Dr. Durval de Almeida Batista Pereira	4.130,00
12. Dr. Hernani Pires de Melo	4.130,00
13. Dr. Aureliano Leite Barcelos	4.130,00
14. Dr. Darcy Pereira de Miranda	1.800,00
15. Dr. Paulo Cezar de Almeida Pimentel	1.800,00
16. Dr. Antônio Salema Neto	4.310,00
17. Dr. Christiano Roças	4.130,00
18. Dr. Gentil Achiles Vivas	4.130,00
19. Dr. Lafayette Rodrigues Pereira	2.330,00
20. Dr. Francisco Bittencourt da Silva	160,00
21. Dr. Francisco L. B. Sampaio Neto	160,00
22. Dr. Lino Collet	160,00
23. Dr. José Figueiredo da Costa	160,00

Colégio Pedro II — Externato

Examinadores:

	Cr\$
1. Clóvis do Rêgo Monteiro	3.500,00
2. Cândido Jucá (filho)	4.210,00
3. José R. Leite e Otlicca	3.000,00
4. Quintino do Valle	7.600,00
5. Vandick Londres da Nobrega	4.600,00
6. Antonio dos Santos J. Guedes	4.600,00
7. Fernando A. Raja Gabaglia	3.000,00
8. Raul Penido Filho	3.920,00
9. Ricardo Rodrigues Vieira	3.500,00
10. Roberto Bandeira Accioli	3.500,00
11. Gildasio Amado	4.600,00
12. Paulo C. Machado da Silva	4.600,00
13. Manoel Fialho da Motta	5.750,00
14. Cecil Thiré	3.500,00
15. Helio C. Oliveira Fontes	3.720,00
16. George Sumner	3.260,00
17. Haroldo Lisboa da Cunha	3.000,00
18. José de Sá Roriz	3.500,00
19. Enoch da Rocha Lima	3.500,00
20. João Saboia Barbosa	3.000,00
21. Jurandyr dos Reis Paes Leme	3.000,00

Auxiliares:

1. Elpidio Pimentel	2.170,00
2. João Thomaz Netto	900,00
3. Petronio Mota	2.170,00
4. Vittorio Emanuele Berço	2.120,00
5. Octacilio Alvares Pereira	1.480,00
6. Niel Aquino Casses	1.820,00
7. Olmar Guterres da Silveira	2.030,00
8. Carlos Henrique da Rocha Lima	1.820,00
9. Boaventura Ribeiro da Cunha	900,00
10. Paulo Lantelmo	600,00
11. Israel de Araujo Mattos	1.480,00
12. Isaac Volchan	900,00
13. Aida Baptista do Val	600,00
14. Murillo Navarro Pereira	2.470,00
15. Elvira T. Eva Manuel Tortima	1.460,00
16. Hestia Ribeiro Barroso	1.460,00
17. Edzia Hartenberg	1.430,00
18. Maria Luiza Barreira Fonseca	600,00
19. Vera Moura Echenique	1.430,00
20. Zaira Maia	1.430,00
21. Isis Souza da Fonseca Silva	600,00
22. Maria de Lourdes P. M. Fonseca	600,00
23. Theophilo Moyses	900,00
24. Dora de Souza Braga	1.750,00
25. José de Lasserre Fernandes	1.750,00
26. Abelardo Duarte Coutinho	1.750,00
27. Dina Fleischner Venancio F.º	1.750,00
28. José Corrêa Filho	600,00
29. Geraldo Sodré da Motta	600,00
30. Philadelpho Seal	600,00
31. Bernardina Léa M. S. Pinheiro	600,00
32. Lauro Pastor Almeida	1.900,00
33. Murillo Portellinha de Oliveira	1.610,00
34. Oswaldo Parisot Dias Pereira	1.360,00
35. Zacharias A. de Carvalho Batalha	1.900,00
36. José Carlos de Melo e Souza	600,00
37. Jonathan Dias de Castro	900,00
38. Bayard Demaria Boiteux	600,00
39. Euclides Moura Valle	900,00
40. Gildo Wichers Lopes	880,00
41. Adriano Pinto	770,00
42. Sylvio Edmundo Elia	770,00
43. Herman Landau	770,00
44. Alda Drumond Cadaval	1.150,00
45. Saulo Diniz Swerts	690,00
46. Lourival Pinto C. de Souza	930,00
47. Walter Gomes Cardim	3.570,00
48. Tito Urbano da Silveira	3.570,00
49. Sylvio Potsch	2.640,00
50. Raul Paiva Bello	1.130,00
51. Antonio Traverso	2.110,00
52. Leda do Rêgo Monteiro	1.850,00
53. João Alfredo Libanio Guedes	1.950,00
54. Manoel Pereira Reis	2.090,00
55. Helio de Alcantara Avellar	2.090,00
56. Fernando Segismundo Esteves	2.090,00
57. Vicente Costa Santos Tapajós	420,00
58. David Penna Aarão Reis	2.130,00
59. Alcides Martins de Atahyde	2.130,00
60. Honório de Souza Silvestre	2.160,00
61. Hugo Segadas Vianna	2.160,00
62. Mariam Timmo Rozental	2.160,00
Servidores:	
1. Alfredo Ferrelra Barbosa	900,00
2. Eponina Rocha Tolomei	900,00
3. Octacilio Alvares Pereira	2.100,00
4. Waldemar Ferreira Barbosa	1.800,00
5. Sylvio Diogo Paes Leme	1.800,00
6. Francisco Moreira da Silva	600,00
7. Alvaro José Dias Chaves	750,00
8. Aureliano Fonseca	750,00
9. Alfredo Rodrigues Fontes	750,00
10. Mozart Ururahy Florim	900,00
11. Edith Mary M. de Sotomayor	1.800,00
12. Isaac Vlenudel	900,00
13. Jalday Camarate	900,00
14. Mario Romão	900,00
15. José Almo Seixas	1.500,00
16. Darcy Gonçalves	750,00
17. Emilia Faria	600,00
18. Moacyr Goulart da Silveira	750,00
19. Sebastião dos Santos	750,00
20. Wilson Dias da Silva	750,00
21. Ciro da Costa Araujo	750,00
22. Riseiro Marinho Mauro	750,00
23. Alcides de Oliveira	750,00
24. Joaquim da Silva Braga	450,00
25. João Caetano Filho	450,00
26. Noemia Ferreira Barbosa	450,00
27. Luiza Dias Alves	750,00
28. Alayde Filgueiras	750,00
29. Vicente Triani	750,00
30. Manoel Reis	450,00
31. Pedro Gomes de Oliveira	450,00
32. Djalma de Araujo	450,00
Total	289.500,00

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
N.º 89 — de 1955

(N.º 3.846-B-53, na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 27.427,50, para atender ao pagamento do aluguel das salas ocupadas pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 27.427,50 (vinte e sete mil, quatrocentos e vinte e sete cruzeiros e cinquenta centavos), para atender ao pagamento do aluguel correspondente aos meses de abril, maio e junho de 1952, das salas ocupadas pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura, no edifício de "A Noite".

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
N.º 90 — de 1955

(N.º 3.643-B-53, na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 35.100,00, para pagamento a Arnaldo de Azevedo Estrela, como indenização de serviços prestados à administração pública.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 35.100,00 (trinta e cinco mil e cem cruzeiros) como indenização de serviços prestados à administração pública, por Arnaldo de Azevedo Estrela, quando, na expectativa de renovação de contrato e atendendo ao apelo da administração, reger, no período de janeiro a setembro de 1947, a cadeira de apreciação musical no Conservatório Nacional de Canto Orfeônico.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
N.º 99 — de 1955

(N.º 4.233-B-54, na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.797.458,70 para regularização de despesas feitas no exercício de 1952, que foram pagas além do crédito próprio.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.797.458,70 (um milhão setecentos e noventa e sete mil quatrocentos e cinquenta e oito cruzeiros e setenta centavos) para regularização das despesas que, no Orçamento relativo ao exercício de 1952, à conta da Subconsignação 14 — Gratificação adicional, da Verba 1 — Pessoal, item 05-05 — Divisão do Pessoal, foram pagas além do crédito próprio.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara dos Deputados em 7 de junho de 1955.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara número 114, de 1955, que concede o auxílio de Cr\$ 1.500.000,00 ao Instituto Brasileiro de História da Medicina, para realização, conjuntamente, do I Congresso Pan-Americano de História da Medicina e III Congresso Brasileiro de História da

Medicina, tendo pareceres da Comissão de Constituição e Justiça, sob o número 986, de 1955, pela constitucionalidade; da Comissão de Educação e Cultura, sob o número 987, de 1955, oferecendo novo substitutivo — (errata nº I Congresso Pan-Americano de para realização, conjuntamente, do mero 2-C).

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.

Nenhum Sr. Senador fazendo uso da palavra, encerro a discussão.

Sendo dois os substitutivos, tem preferência na votação o último, da Comissão de Finanças.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o Substitutivo da Comissão de Finanças, queiram conservar-se sentados.

(Pausa).

E' aprovado e vai à Comissão de Redação, a seguinte

EMENDA 2-C

SUBSTITUTIVO

Ao Projeto de Lei n.º 114-55, da Câmara Federal.

Abre o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), como auxílio ao Instituto Brasileiro de História da Medicina para realização do I Congresso Pan-Americano de História da Medicina e III Congresso Brasileiro de História da Medicina.

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), concedidos como auxílio ao Instituto Brasileiro de História da Medicina, com sede no Distrito Federal, para a realização do I Congresso Pan-Americano de História da Medicina e III Congresso Brasileiro de História da Medicina, a reunir-se no Distrito Federal, em novembro de 1956.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Com a aprovação do Substitutivo da Comissão de Finanças, ficam prejudicados o Projeto e o Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura.

PROJETO PREJUDICADO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
N.º 114 — de 1955

(N.º 4.617-A-54, na Câmara)

Concede o auxílio de Cr\$ 1.500.000,00 ao Instituto Brasileiro de História da Medicina para realização conjuntamente do I Congresso Pan-Americano de História da Medicina e III Congresso Brasileiro de História da Medicina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' concedido ao Instituto Brasileiro de História da Medicina, associação de utilidade pública federal (Lei n.º 1.469-A, de 16 de novembro de 1951), com sede no Distrito Federal, o auxílio de Cr\$ 1.500.000,00 — (um milhão e quinhentos mil cruzeiros) para realização, em novembro de 1955, na Capital da República, de dois congressos médicos, conjuntamente efetivados, o I Congresso Pan-Americano de História da Medicina e o III Congresso Brasileiro de História da Medicina.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

SUBSTITUTIVO PREJUDICADO
EMENDA 1-C

SUBSTITUTIVO

Ao Projeto de Lei n.º 114-55, da Câmara Federal.

Art. 1.º E' concedido ao Instituto Brasileiro de História da Medicina, associação de utilidade pública federal (Lei n.º 1.469-A, de 16 de novembro de 1951), com sede no Distrito Federal, o auxílio de Cr\$ 1.500.000,00 — (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), para ocorrer às despesas com o I Congresso Pan-Americano de História da Medicina e o III Congresso Brasileiro de História da Medicina, a serem conjuntamente realizados, na Capital da República, em novembro de 1956, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir o respectivo crédito especial.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara número 136, de 1955, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, por conta da arrecadação do corrente exercício, o crédito extraordinário de Cr\$ 3.000.000,00 para atender aos prejuízos causados pelo tufão nos municípios da zona norte do Estado de Santa Catarina, tendo parecer favorável da Comissão de Finanças, sob o número 965, de 1955.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.

Não havendo quem faça uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o Projeto, queiram conservar-se sentados.

(Pausa).

E' aprovado e vai à sanção o seguinte

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
N.º 136 — de 1955

(N.º 302-A-55, na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, por conta da arrecadação do corrente exercício, o crédito extraordinário de Cr\$ 3.000.000,00, para atender aos prejuízos causados pelo tufão nos municípios da zona norte do Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, por conta da arrecadação do corrente exercício, o crédito extraordinário de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), para atender aos prejuízos causados pelo tufão ocorrido, em 18 de maio de 1955, nos municípios da zona norte do Estado de Santa Catarina.

Art. 2.º O crédito de que trata o art. 1.º será entregue ao Governo do Estado que, após levantamento dos prejuízos pessoais e materiais ocasionados pela catástrofe, fará a devida aplicação, dele prestando contas à União, no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a matéria da ordem do dia.

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho, inscrito para essa oportunidade.

O SR. GILBERTO MARINHO:

Sr. Presidente, é missão das universidades traduzirem os ideais dos povos a que servem no que elas têm

de mais levantado em todas as manifestações de seu espírito.

O meio universitário marca, em toda a parte, o roteiro das idéias e em presta-lhes o sentido da sua direção, antes de penetrar nas massas e se cristalizar, através da cátedra e do livro, em forças vivas, orientadoras da inteligência e da cultura do país.

Depositárias do tesouro espiritual do nosso povo, cabe às universidades, em última instância, formarem as elites dirigentes do país e permitir a ascensão social dos brasileiros de todas as classes sociais.

Como representante do Distrito Federal, não posso deixar de assinalar, pelo grande êxito cultural que representa, a realização do concurso para a cátedra de História da Filosofia, da Faculdade de Filosofia da Universidade do Distrito Federal, o primeiro ali efetuado.

A tese do candidato laureado com as palmas da vitória, Professor Tarcísio Meirelles Padilha, honra a cultura da nação e há de converter-se em fonte de consulta indispensável a quantos intentem aprofundar-se no complexo sistema de idéias ligadas pelo insigne mestre francês, Louis Lavelle.

Ao fazer, neste instante, o registro desse evento, que considero como marco decisivo na história cultural da capital do país e da própria nação, expresso meus votos no sentido de que, com tão eminentes professores, possa aquela universidade realizar amplamente a sua obra fecunda de orientar e emancipar os espíritos, dedicado sempre por inteiro ao serviço constante e ativo da Pátria. (Muito bem; muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Heitor Medeiros, segundo orador inscrito.

O SR. HEITOR MEDEIROS:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, por delegação do líder do Partido Social Democrático, nesta Casa, cabe-me declarar, ao Senado e à Nação que a aleivosia levantada em torno da fantasmagórica existência de um protocolo entre representantes dos candidatos apresentados pelo nosso Partido, à Presidência e a Vice-Presidência da República e o extinto Partido Comunista do Brasil, envolvendo compromissos a serem cumpridos pelos mesmos, será destruída irrefutavelmente bem como quaisquer outras afirmações nesse sentido, partam de onde partir.

Os Srs. Georgino Avelino e Lima Teixeira — Muito bem.

O SR. HEITOR MEDEIROS — Embora desnecessária tal declaração, negativa não se prova; fazemos esta afirmativa: o Partido Social Democrático, desde já, assume o compromisso de destruir documentadamente, se necessário, tudo quanto vise a envolver seu nome em negociações com os que estejam na ilegalidade.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. HEITOR MEDEIROS — Sentir-me-ei honrado.

O Sr. Lima Teixeira — A este respeito renovo a declaração que fiz nesta Casa: o Dr. João Goulart, Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro asseverou-me peremptoriamente, não haver feito acordo com o antigo Partido Comunista Brasileiro ou com comunistas; que o noticiário da imprensa carecia de fundamento. Devo ainda, a bem da verdade, esclarecer não ser possível qualquer entendimento nesse sentido porque as idéias e programa do Partido Trabalhista Brasileiro se chocam, frontalmente, com o sustentado pelo antigo Partido Comunista Brasileiro. Assim, a declaração do nobre orador junto a do me Estado já feita, aliás, nesta Casa.

O Sr. Juracy Magalhães — O nobre orador dá licença para um aparte?

O SR. HEITOR MEDEIROS — Sinto-me honrado em ouvi-lo.

O Sr. Juracy Magalhães — Digo a V. Ex.^a que a bancada da U. D. N. ouve com imenso agrado as palavras do nobre Senador; e faz votos por que os fatos confirmem a firmeza de sua declaração.

O SR. HEITOR MEDEIROS — Muito grato a V. Ex.^a e ao Partido que representa.

O Sr. Georgino Avelino — Do qual o nobre Senador Juracy Magalhães é expressão de lealdade e de prestígio.

O Sr. Juracy Magalhães — Bondade de V. Ex.^a

O Sr. Lima Teixeira — Se houvesse tal apoio — declaro sinceramente — não sei se lucrariam as candidaturas Juscelino Kubitschek e João Goulart. Na minha opinião, perderiam.

O Sr. Juracy Magalhães — Há aspecto muito interessante a fixar-se na conjuntura política brasileira; diversos partidos já se vêm convencendo de que o apoio do Partido Comunista em vez de trazer vantagem é um ônus para as candidaturas.

Eu gostaria que os dois ilustres candidatos — do P. S. D. e do P. T. B. levassem um pouco além as suas afirmativas e fizessem como eu, que declarei:

Se fôsse com o apoio do Partido Comunista, preferiria não ser eleito. Não aceitaria um voto sequer de comunista.

O SR. HEITOR MEDEIROS — Fico muito grato aos apertes e meque me honraram os líderes do Partido Trabalhista Brasileiro e da União Democrática Nacional.

Reafirmo, Sr. Presidente: o Partido Social Democrático traz sua palavra a esta Casa, num desmentido formal a qualquer eleiosia com que pretendam comprometer seus candidatos. Folgo em ouvir a U. D. N., pela palavra autorizada de seu ilustre Senador Juracy Magalhães, cumprimentar-nos pela atitude que tomamos.

Nada mais é que uma firme resolução em defesa do sistema democrático.

O Sr. Georgino Avelino — Para o fortalecimento da boa-fé que têm manifestado a nosso respeito.

O SR. HEITOR MEDEIROS — Justamente. O embate democrático nas urnas, verdadeiro objetivo da democracia, é o que se espera dos candidatos e não o embate mesquinho de política de campanha.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. HEITOR MEDEIROS — Suficiente-me o honrado.

O Sr. Lima Teixeira — Sem desmerecer os outros candidatos, julgo que o Sr. Juscelino Kubitschek e o Sr. João Goulart, apoiados pelo Partido Social Democrático, majoritário, pelo Partido Trabalhista Brasileiro, que comanda as massas e pelo Partido Republicano, de grande força, não precisariam do apoio de ninguém mais para vencerem o pleito.

O Sr. Juracy Magalhães — Perdô-me V. Ex.^a Não participo desse otimismo. O nobre Senador Lima Teixeira não ignora que o povo brasileiro conquista, dia a dia, autonomia para votar de acordo com sua consciência. Não creio que pelo fato de estarem apoiados por grupos partidários tenham a vitória assegurada. Confio, em que, pelo discernimento do povo brasileiro saibam vitoriosas as candidaturas Juarez Távora para Presidente e Milton Campos para Vice-Presidente.

O SR. HEITOR MEDEIROS — A convicção manifestada pelo nobre Senador Juracy Magalhães apenas onra sua inteligência e seu propósito de contribuir para o embate democrático das urnas no próximo dia 3 de outubro.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Ex.^a outro aparte?

O SR. HEITOR MEDEIROS — Já sei honrado com o aparte de V. Ex.^a

O Sr. Lima Teixeira — Quando dei meu aparte salientei não desmerecer as qualidades dos demais candidatos. Acentuei bem — mas, em virtude das forças políticas que apoiavam os candidatos do P. S. D. e do P. T. B. estava assegurada a vitória.

O Sr. Juracy Magalhães — V. Ex.^a teve manifestação de otimismo perfeitamente compreensível. Não é justa, mas é compreensível.

O Sr. Lima Teixeira — Se ocorresse fato fora das nossas cogitações — a existência de um outro Getúlio Vargas, por exemplo, eu teria receio. Não há porém, outro Getúlio Vargas. Podemos ficar tranquilos porque os Srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart gozam de grande receptividade por parte do eleitorado brasileiro.

O SR. HEITOR MEDEIROS — Agradeço os apertes com que me honraram os nobres colegas.

Encerrando minhas palavras ao ocupar a tribuna por delegação do Líder do meu Partido reafirmo, que, tanto o Partido Social Democrático quanto o Partido Trabalhista Brasileiro, trarão ao conhecimento do Senado e da Nação o desmentido formal a afirmativa no sentido de compromisso escrito com o Partido Comunista Brasileiro. Na estrada que ora percorrem, afastar das hipóteses de perturbação da ordem já antevêm, claramente, o caminho da vitória no pleito de 3 de outubro. (Muito bem, Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Freitas Cavalcanti, segundo orador inscrito.

O SR. FREITAS CAVALCANTI:

Sr. Presidente, em minhas viagens pelo Estado tenho recebido reclamações de modestos funcionários da União que vivem inteiramente esquecidos a despeito do cumprimento de suas atribuições. Refiro-me aos observadores pluviométricos.

Tenho para mim, que esses anônimos e tão dedicados servidores da Nação pertencem ao Ministério da Viação. Fazem observações hidrográficas e hidroclógicas para efeito de controle das secas e inundações.

Essas informações, eu as colhi, em minhas viagens, junto aos funcionários que fazem observações ao longo do Rio São Francisco.

Afirmavam eles — e agora o renovo por telegrama — que não recebem remuneração há vários meses.

A Constituição estabelece que o trabalho é remunerado. Não seria justo que esses anônimos servidores da União continuassem a prestar serviços, que me parecem realmente valiosos, do ponto de vista técnico, sem receberem remuneração pelo seu trabalho.

As mensagens que me chegam ultimamente subscrevem-nas também observadores meteorológicos pertencentes ao Quadro do Ministério da Agricultura.

Não sei bem a quem dirija uma palavra em favor desses funcionários da União Federal; mas desejo deixar consignada esta reclamação. Se dela não resultar qualquer proveito, terei cumprido meu dever. Entendo não devemos deixar perdido qualquer apoio dirigido pelo povo aos seus representantes. Confio em que o assunto, relacionado com os Ministérios da Agricultura e da Viação e Obras Públicas, merecerá a consideração dos órgãos competentes.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem; muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Não há outros oradores inscritos.

O SR. JURACY MAGALHAES:

Pego a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Juracy Magalhães.

O SR. JURACY MAGALHAES:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, o Senado acabou de ouvir, há pouco, a declaração do nobre Senador por Mato Grosso e a verdadeira testagem que provocou na Bancada Pessedista minha assertiva de que União Democrática Nacional ouvia, prazerosamente, a reafirmação do Partido Social Democrático e do Partido Trabalhista Brasileiro que nenhum acordo existe entre estas duas agremiações partidárias e o Partido Comunista Brasileiro na ilegalidade.

Homem preocupado em ajudar a obra dos historiadores do futuro pretendendo ler a esta Casa, para que, no mesmo "Diário do Congresso", fiquem publicados ambos os documentos, o artigo acaba de ser publicado na "Última Hora", jornal sem dúvida alguma, insuspeito aos nobres representantes do Partido Social Democrático e do Partido Trabalhista Brasileiro.

Antes de proceder à leitura, lembro que o Sr. Danton Coelho é o homem a quem o saudoso Presidente Getúlio Vargas classificava de amigo certo das horas incertas.

POR QUE DISSENTIMOS

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é exatamente Danton Coelho quem publica, hoje, na "Última Hora" o artigo que passo a ler:

Em fins de julho de 1953, denunciámos ao Presidente da República as manobras do Secretário-Geral do P.T.B., que tentara infiltrar, nos quadros partidários de São Paulo, elementos do Partido Comunista, valendo-se do nome do próprio Presidente Vargas para destruir os obstáculos ao seu propósito.

Desde então passamos a discutir da orientação que a Comissão Executiva Nacional imprimia ao Partido criado por Vargas, exatamente para congrega a classe proletária e livrá-la do perigo vermelho.

Com razão tínhamos nos e nossos amigos na atitude de vigilância em torno das manobras da Comissão Executiva. Aos poucos, foram afastados das posições de comando todos os que não compartilhavam das aventuras "jangulistas" e tornou-se possível o delírio demagógico que tantos e tão profundos males causou ao País, ao mesmo tempo que enfraquecia substancialmente a autoridade do próprio Governo.

A luta secreta e surda contra a nova, todavia, entré os líderes do P.T.B. Aquela grupo que se encartara por convicções ideológicas na política de Vargas, continuou resistindo contra a deturpação da ideia do grande Chefe. Em cada Estado, em cada Município, houve sempre uma equipe articulada, reagindo contra a irresponsabilidade dos dirigentes.

O clima sucessório propalou o agrupamento de todos esses elementos e pudemos então verificar o alcance da traição cometida contra o Partido e a classe trabalhadora, que foram sempre a preocupação máxima de Vargas. Era, pois, a traição também contra a memória e o espírito de Vargas.

A Comissão Executiva Nacional do P.T.B. traiu os ideais do seu patrono. Traiu os trabalhadores do Brasil. Traiu seus representantes em ambas as Casas do Congresso. E cometeu um crime contra a lei que regula as eleições em nosso País.

O acordo com o Partido Comunista, no âmbito nacional, tem

todas as características de uma verdadeira traição a todos os princípios que nós trabalhistas, vimos defendendo através dos anos. E é a traição também aos companheiros que se conservaram fiéis aos ideais de Vargas. Não estaríamos a fazer tão severas acusações, se não tivéssemos em nosso poder os documentos irrefutáveis de nossas asserções. As fotocópias devidamente autenticadas, das atas do Diretório Municipal de São Paulo, revelam em toda a sua plenitude a miserável traição.

E o Sr. Francisco Negrão de Lima, que tem sido um dos artífices da aliança P.T.B. — P. S. D., também possui em seus arquivos a mesma documentação.

Diante dessas provas, que serão tornadas públicas dentro de pouco, os Senadores, Deputados, Vereadores e correligionários de toda ordem ficarão estarelecidos face a tanta irresponsabilidade.

Estamos providenciando uma convocação extraordinária do Diretório Nacional, para tomar conhecimento da gravidade da situação a que foi levado o Partido por uma minoria sem escrúpulo e sem ética.

Não é justo que um grande Partido, como o é o P. T. B., com um programa de justiça social vazado no mais puro espírito cristão, seja julgado apenas pelos atos de meia dúzia de ambiciosos primários, que dele se apoderou numa Convenção de discutível legalidade.

E porque não aceitamos a injustiça e que nós — os que dissentimos — lutaremos pela salvação do P. T. B., o Partido de Getúlio Vargas.

O Sr. Heitor Medeiros — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JURACY MAGALHAES — Perfeitamente.

O Sr. Heitor Medeiros — O artigo que V. Ex.^a acabou de ler é de autoria do nobre Deputado Danton Coelho. O fato de S. Ex.^a colocar-se contra as diretrizes do seu Partido, no tocante à política da sucessão presidencial...

O Sr. Georgino Avelino — Desde 1953.

O Sr. Heitor Medeiros — ... e de se rebelar contra as suas decisões, não depõe favoravelmente a seu respeito; e, digo mais, traz o depoimento, em si, eiva de suspeição. Daí por quê, quando vier a documentação "insuspeita", V. Ex.^a encontrará, nesta Casa, e na Câmara dos Deputados, perante a Nação, o desmentido formal e categórico do P.S.D. a qualquer acusação relativa a acordos hipotéticos que possam haver.

No nosso entender, o fato de veicular a existência de tais acordos, apenas contribui para a subsistência de um clima de perturbação da ordem e da legalidade, que todos nós, dos Partido Social Democrático, Trabalhista Brasileiro, União Democrática Nacional, Partido Republicano, e mais agremiações partidárias do país, repudiamos, por não ser mais tolerável no momento.

O Sr. Georgino Avelino — Muito bem.

O Sr. Guilherme Malaquias — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. JURACY MAGALHAES — Perdão, mas o nobre colega, Senador Lima Teixeira, solicitou-o antes de V. Ex.^a

O Sr. Lima Teixeira — Muito agradeço a V. Ex.^a, pela deferência. Não nego que o Deputado Danton Coelho haja prestado grandes serviços ao PTB: sua maior colaboração foi exatamente quando insistiu, junto ao Dr. Getúlio Vargas, para aceitar sua candidatura à presidência da República. Inevavelmente, nós, trabalhistas, lhe devemos esse papel pre-

ponderante, desempanhado na ocasião em que insistiu junto ao Presidente Vargas para se candidatar. Mas, como meu Partido vem atravessando uma fase e crescimento, comumente há divergências; que também se verificam no Partido de Vossa Excelência. Há grupos e facções. O Deputado Danton Coelho faz parte de uma dessas facções, que não concorda com a candidatura do Senhor João Goulart à Vice-Presidência da República. Assim, não se conformando com essa candidatura, aproveita agora o ensejo da confusão para escrever o artigo que V. Excia. acaba de ler. Em verdade, de boa fé, não podemos acreditar tenha havido o acordo, tão proclamado até há pouco. Diz Sua Excelência possuir um documento, uma fotocópia, que oportunamente apresentará, para conhecimento do Senado. Na ocasião, quando for apresentado o documento, o analisaremos, para ver se há procedência nas afirmações que acaba de fazer nesse artigo que V. Excia. acaba de ler para conhecimento do Senado. Vamos aguardar para ver onde está a razão; se houve domínio de impeto, ou se, realmente, S. Exa. dispõe de sólido depoimento a fazer e neste caso caberá a nós, trabalhistas, decidir. Esta a declaração que tinha a fazer.

O Sr. Cunha Mello — Permite V. Excia. um aparte?

O SR. JURACY MAGALHÃES — Com todo o prazer.

O Sr. Cunha Mello — A denúncia do Sr. Danton Coelho que hoje se veicula pelas colunas do jornal "Última Hora", levada ao Presidente da República, segundo deparei da leitura feita por V. Excia., é de 1953. Já declarei ao Senado que não acredito na existência de acordo entre os Srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart com o Partido Comunista. Se esse acordo existisse — afirmou eu — não tomaria parte nele, nem como eleitor, quanto mais como Senador.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Afirmação que V. Exa. mantém.

O Sr. Cunha Mello — Não tenha dúvida a esse respeito. Como Vossa Excelência, fui um dos políticos do Brasil que, de uma feita, foi procurado pelo Partido Comunista para receber seu apoio. Não aceitei. Publiquei a minha recusa. O fato a que V. Excia. se referiu é de 1953. Fazendo alto juízo do critério de Vossa Excelência da sua vocação democrática, não acredito, porque, depois de 1953, o Sr. João Goulart foi à Bahia defender a candidatura de Vossa Excelência; e se o Sr. João Goulart tinha ligações com o Partido Comunista, V. Excia. não aceitaria o seu apoio. Será que, só agora o Senhor João Goulart aparece, aos olhos de V. Excia., com essas ligações.

O Sr. Georgino Avelino — Muito bem.

O Sr. Guilherme Malaquias — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. JURACY MAGALHÃES — Com todo o prazer.

O Sr. Guilherme Malaquias — Parece-me estar havendo certa confusão entre o apoio do M. N. P. T. às candidaturas lançadas pelo Partido Social Democrático e pelo Partido Trabalhista, e o Partido Comunista. Minha opinião é a de que o M. N. P. T. — e sou insuspeito para falar, porque e ele não pertence, e sou dissidente no P. T. B. — não é comunista, não obstante poderem suas fileiras abrigar elementos comunistas, trabalhistas, e de outras agremiações partidárias. Tanto assim é que, no Pará, o Sr. Epilogo de Campos aceitou o apoio desse movimento para sua candidatura ao Governo, e mandou-lhe, mesmo, uma carta, dizendo estar pronto a trocar entendimentos com ele. Não se vá, agora, afirmar que o Sr. Epilogo de Campos aceitou acordo com os comunistas, pois

o apoio que o M. N. P. T. agora oferece, é o mesmo que deu, em São Paulo, ao Sr. Lino de Matos e ao Sr. Janio Quadros, que nada têm com o Partido Comunista. Se existem comunistas no Movimento Nacional Popular Trabalhista, também há nele elementos de outros partidos, tanto que, agora, apoia um udenista — o Sr. Epilogo de Campos, ao Governo do Pará, como acentuei. Parece-me, assim, estar havendo certo equívoco nessa ponto.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Obrigado pelo aparte de V. Exa.

O Sr. Parsifal Barroso — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. JURACY MAGALHÃES — Pois não.

O Sr. Parsifal Barroso — Lamento muito que V. Exa. tenha utilizado a tribuna do Senado para lançar sobre todos nós, trabalhistas, a denúncia veiculada por "Última Hora" de hoje, da responsabilidade do Senhor Danton Coelho. Sinto-me até ofendido com essa atitude do nobre colega, porque a denúncia que V. Exa. acaba de ler é tendenciosa e suspeita. Como trabalhista, posso afirmar ao Senado que, desde fins de 1952, o Sr. Danton Coelho afastou-se do Partido Trabalhista Brasileiro, com assentimento do próprio Presidente Vargas e, atualmente, S. Exa. é duplamente suspeito para veicular a referida denúncia: em primeiro lugar, porque a origem de sua dissidência remonta ao tempo em que divergiu de elementos do P. T. B. paulista; e em segundo lugar, porque o Sr. Danton Coelho jamais se conformou com o fato de nós, trabalhistas, não atrelarmos nosso Partido ao do Sr. Adhemar de Barros. E' assim, um revoltado por termos rejeitado esse acordo. Por outro lado, nessa denúncia, usou S. Exa. o argumento de possíveis infiltrações comunistas que teriam ocorrido, no Diretório de São Paulo. Não teve, contudo, a audácia de referir-se expressamente a esses falados protocolos que dizem respeito às candidaturas Juscelino Kubitschek e João Goulart. Declarar a V. Exa. que nós, trabalhistas, quando recebemos a denúncia de que, pela própria natureza de nosso Partido, elementos comunistas pretendiam imiscuir-se em nossas fileiras, para perturbar nossa marcha política, em favor do proletariado, nós, por fidelidade à própria memória do Presidente Getúlio Vargas, tudo fizemos para por termo a qualquer espécie de infiltração que aparecesse. Seríamos loucos se, tendo a bandeira de Getúlio Vargas e de sua política social, para levarmos adiante nossa missão, admitíssemos a possibilidade de nos misturarmos ou recebermos a influência de elementos de esquerda, comunistas, que sempre mereceram, e devem merecer, a repulsa de todos os brasileiros. Portanto, a denúncia do Sr. Danton Coelho, além de ser baseada em documentos relativos ao âmbito do P. T. B. paulista, é duplamente tendenciosa e suspeita, pelos motivos que acabo de declarar.

O Sr. Cunha Mello — Muito bem.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Sr. Presidente, respondendo, parceladamente, aos nobres colegas que interferiram no debate.

O Sr. Senador Heitor Medeiros sentiu que o impacto do artigo do Sr. Danton Coelho acabou com o regosijo de sua declaração.

O Sr. Heitor Medeiros — Em absoluto.

O SR. JURACY MAGALHÃES — O Sr. Danton Coelho promete provas, documentos, provas e documentos que a Nação e esta Casa hão de examinar com a devida insuspeição.

O Nobre Senador Lima Teixeira manifesta seu desagrado pela dissensão que se processa dentro do seu

Partido e, ao mesmo tempo, contentamento, porque fato idêntico de verificação em outras organizações partidárias.

De minha parte, devo dizer apenas que essa dissensão do P. T. B. influi, poderosamente, no sentido de não se transformar em realidade o otimismo do nobre Senador Lima Teixeira em relação à possibilidade de vitória dos seus candidatos à eleição presidencial e Vice-presidencial da República.

Ao terceiro aparteante, o nobre Senador Cunha Mello, desejo esclarecer que nós, na Bahia, fizemos acordo político de âmbito estadual em que figuraram três correntes políticas: a dissidência do Partido Social Democrático, sob a direção do nobre, ilustre e grande atual Governador, Antonio Balbino, o Partido Trabalhista Brasileiro e a União Democrática Nacional.

Levantamos, no Estado, a bandeira de luta e ganhamos uma grande jornada. O Sr. Dr. João Goulart fez campanha em proveito da minha candidatura, e da do Governador Antonio Balbino, como também trabalharmos pela vitória do nobre Senador Lima Teixeira. Realizamos, portanto, acordo político em que todos estávamos interessados e todos fomos, igualmente, beneficiados.

O Sr. Heitor Medeiros — E que engrandeceu a Bahia, permita-me Vossa Exa. acrescentar.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Muito obrigado pelo testemunho do nobre colega. Realmente, a vitória da nossa campanha livrou a Bahia da mácula de política vergonhosa do ex-governador Regis Pacheco.

O Sr. Lima Teixeira — Nosso Grande eleitor foi o povo baiano, em repulsa ao Sr. Regis Pacheco.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Exatamente.

Respondo, agora, ao nobre representante do Distrito Federal, Senador Guilherme Malaquias. O MNPT é apenas um biombo para a ação do Partido Comunista; é uma das organizações utilizadas pelo aludido Partido quando se encontra na ilegalidade, abusando dos inocentes úteis que, já agora, não podemos mais assim considerar. Podem ser úteis, mas, não são inocentes.

O MNPT é organização para comunistas, por eles idealizada a fim de melhor permitir a propaganda do seu Partido, fora da lei.

O Sr. Guilherme Malaquias — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JURACY MAGALHÃES — Perdão: não concedo, no momento; o aparte de V. Exa. Responderei, primeiro, ao meu nobre confratão e prezado amigo, Senador Parsifal Barroso.

Confessou-se S. Exa. ofendido e maguado por mim, porque li, da tribuna, artigo de um diretor de jornal Deputado Federal, ex-Ministro de Estado, e o homem de maior confiança — reiteradamente afirmada e confirmada — do Presidente Getúlio Vargas.

O Sr. Parsifal Barroso — Fiquei imensamente maguado.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Declara ao nobre colega, que, se alguma coisa, em minhas palavras e em minha atitude, pôde repercutir como ofensa a V. Exa., veio-a imediatamente, pois meu intento é homenageá-lo, como a todos os queridos colegas do Senado Federal.

O Sr. Parsifal Barroso — Agradeço a gentileza.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Advirto, entretanto, o nobre Senador que, em vez dessa atitude sentimental, deve V. Exa. a gravidade das denúncias e réptar o Sr. Danton Coelho a provar as acusações ao Partido Trabalhista Brasileiro, pois a Nação só terá que lucrar com o esclarecimento da verdade.

Agora concedo o aparte ao nobre senador Guilherme Malaquias.

O Sr. Guilherme Malaquias — Se considerarmos o M. N. P. T. uma das manifestações do Partido Comunista, como se explica então o Sr. Epilogo de Campos ecetado o apoio dessa máscara da esquerda para guindá-lo ao Governo do Estado do Pará?

O SR. JURACY MAGALHÃES — Explico por que. Trata-se de atitude puramente local do Sr. Epilogo de Campos que, certamente, colherá frutos daninhos idênticos aos que recolhe, neste instante, a chapa Juscelino Kubitschek-João Goulart. Eu, que tenho vinte e cinco anos de experiência, de tarimba política, não aceito apoio do Partido Comunista em tempo algum da minha vida pública, por entender que esse apoio traz mais desvantagens do que vantagens a qualquer candidatura.

O Sr. Heitor Medeiros — Assim não pensa o Sr. Epilogo de Campos, elemento de destaque da União Democrática Nacional, que aceitou o apoio dos comunistas.

O SR. JURACY MAGALHÃES — S. Exa. tomou atitude pessoal. Digo apenas que o Sr. Epilogo de Campos, é um elemento mais puro da política brasileira.

O Sr. Heitor Medeiros — De Voto acordo. Reafirmando minhas declarações esclareço que o Partido Social Democrático não realizou acordo com o Partido Comunista. Quanto ao acordo com o Partido Trabalhista o mesmo não gira em torno de pessoas, mas, do programa mínimo desta agremiação da lavra do eminente Senador Alberto Pasqualini, que, aliás, não é só Senador da República, mas um nome nacional.

O Partido Social Democrático, repito, faz praça desse acordo: não o nega por contrário, proclama-o com orgulho. Fora dele, porém, nenhum outro existe.

O SR. JURACY MAGALHÃES — V. Exa., então, afirma a existência de acordo entre os Partidos Social Democrático e Trabalhista Brasileiro. Pergunto: esse acordo não cogita, absolutamente, da participação ou distribuição de cargos, no futuro Governo.

O Sr. Heitor Medeiros — Não é em torno de pessoas, e, sim, de programa.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Substituíamos o vocábulo "programa" pela palavra "posições". Desejo uma afirmação de V. Exa. perante a Nação, de que, no acordo dos Partidos Social Democrático e Trabalhista Brasileiro não se cogitou da distribuição de cargos, no próximo governo da República.

O Sr. Heitor Medeiros — V. Exa. está usando a técnica comunista, que formula a pergunta e a resposta, de acordo. E técnica que V. Exa. repudia.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Como o nobre colega declarou não haver compromisso quanto a pessoas querias saber se não haveria quanto a posições. A pergunta é inteiramente clara.

O Sr. Heitor Medeiros — Torno a esclarecer que o Partido Social Democrático possui acordo com o Partido Trabalhista Brasileiro em torno do programa partidário mínimo desta última agremiação, da lavra do eminente senador Alberto Pasqualini. Faço esta afirmativa, não cairei, entretanto, na tolice — digamos assim — de responder a V. Exa. com a resposta que formulou, na própria pergunta. Perdô-me V. Exa., mas não praticarei semelhante ingenuidade.

Quanto ao acordo com o P. T. B. dele se orgulha. E' o que posso dizer a V. Exa.

O SR. JURACY MAGALHÃES — V. Exa. me reconhece o direito de fazer outra pergunta?

O Sr. Heitor Medeiros — Reconheço.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Quería saber, para satisfazer minha curiosidade e a da Nação, se o acôrdo não faz alusão à distribuição de cargos e funções no futuro governo, se acaso fôr eleito o Sr. Juscelino Kubitschek.

O Sr. Heitor Medeiros — Isso nada tem que ver com o caso em lide.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Não sei se tem ou não que ver com o caso em lide. Desejo apenas que me responda sim ou não, ou, então, que não pode responder. É outra saída.

O Sr. Heitor Medeiros — A pergunta honra a inteligência do nobre colega. Consiste, entretanto, no emprêgo da técnica que o Partido Comunista Brasileiro é useiro e vezeiro em praticar: "E" a favor da paz ou contra a paz? seja ela a paz moscovita, de imposição, forçada. É a mesma coisa. V. Ex.^a fa za pergunta com o mesmo sentido, embora em outros termos.

O Sr. Lima Teixeira — Permita-me o nobre orador responder à sua inquirição.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Respeito o desejo do nobre Senador Heitor Medeiros de não responder à minha pergunta e concedo o aparte ao Senador Lima Teixeira.

O Sr. Lima Teixeira — Dou a V. Ex.^a a resposta que o ilustre colega, Senador Heitor Medeiros, não quis dar. O acôrdo existente é o de reivindicação mínima que o Partido Trabalhista Brasileiro fez perante o Partido Social Democrático. Naturalmente não será de estranhar que, amanhã o P.T.B. e o P.S.D. participem do Governo do Sr. Juscelino Kubitschek.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Não acontecerá, porque o Sr. Juscelino Kubitschek não irá ao governo.

O Sr. Heitor Medeiros — No particular, pensamos diferentemente.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Exatamente. Divergimos.

O Sr. Lima Teixeira — O eleitorado é que vai dizer a quem prefere.

O Sr. Ruy Carneiro — Esse é o desejo do nobre Senador Juracy Magalhães, mas, não, o nosso.

O Sr. Lima Teixeira — A situação é idêntica à da Bahia. O nobre orador nada exigiu do Sr. Antônio Balbino. Esperou, no entanto, recompensa.

O SR. JURACY MAGALHÃES — O P.T.B. exigiu tudo, em documentos escritos.

Enquanto eu oferecia apoio ao Sr. Antônio Balbino, sinceramente, não visando a vantagens, o P.T.B. só o apoiava em troca de documento escrito, indicando as posições que pleiteava no futuro governo. Por isso, conhecendo o método daquele partido, não posso admitir liderar V. Ex.^a uma bancada, no Senado, e não aja com idéntico fraquejamento.

O Sr. Lima Teixeira — Parece que V. Ex.^a não me compreendeu. Note, aliás, que o nobre colega não me interpreta bem e sempre se coloca numa posição com as minhas palavras o fossem ofender.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Pelo contrário! Minha cordialidade para com V. Ex.^a é a mais completa possível. Posso afirmá-lo.

O Sr. Lima Teixeira — Folgo em sabê-lo. Debatemos os assuntos como amigos, quando me referi à posição de V. Ex.^a na Bahia, desejei apenas exemplificar que, uma vez eleito o Sr. Juscelino Kubitschek, confiamos nos convide S. Ex.^a a participar do governo, como V. Ex.^a conflou no Sr. Antônio Balbino.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Aceito o depoimento de V. Ex.^a, que será confrontado com outros fatos, episódios e documentos dessa época, na missão do historiador.

O Sr. Lima Teixeira — Também confirmo, para que não haja dúvida, o P.T.B. fez acôrdo por escrito com Antônio Balbino, para ser cumprido. Não posso, entretanto, dizer o mesmo com relação ao Sr. Juscelino Kubitschek.

O acôrdo que existe é o das reivindicações mínimas, organizado pelo eminente Senador Alberto Pasqualini.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Aceito, repito, com imensa cordialidade, o depoimento de V. Ex.^a.

O Sr. Lourival Fontes — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JURACY MAGALHÃES — Com imenso prazer.

O Sr. Lourival Fontes — Divido o aparte em três itens. Primeiro; se existisse acôrdo entre o P.S.D. e P.T.B. não seria preciso ficasse nele esclarecido a divisão dos cargos. É decorrência natural que, numa campanha, o P.T.B. venha a ocupar pastas no futuro governo. Terá portanto, não só as vantagens como as responsabilidades dos cargos. Assim, parece-me um corolário do acôrdo. O segundo item é a respeito da política da Bahia, da qual quero dar testemunho. Não se ignora o desejo, que tinha o Presidente Getúlio Vargas, de um acôrdo na política da Bahia, desejo que se concretizou na primeira fórmula de esquema planejado com o antigo Ministro da Educação, com a solidariedade de quatro Partidos. O Presidente da República desejava solução harmônica para o caso da Bahia. Tinha, inclusive, suas próprias simpatias pessoais...

O Sr. Georgino Avelino — Entre as quais a do eminente Senador Juracy Magalhães.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Simpatia pessoal que retribuo e evoco, com imensa emoção, confirmando-a inteiramente. O ex-Presidente Getúlio Vargas tinha grandes simpatias pela minha candidatura ao governo da Bahia.

O Sr. Georgino Avelino — É verdade.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Tenho a alegria de dizer que, no último encontro que tive com S. Ex.^a, ouvi de S. Ex.^a a afirmação de que eu nunca o decepcionara, pois cumprira, integralmente, todos os meus compromissos para com S. Ex.^a.

O Sr. Lourival Fontes — Permita o nobre orador completar meu aparte. Os líderes dos partidos na Bahia, signatários do primeiro esquema e do acôrdo, prometeram ao Presidente seu apoio para a solução que S. Ex.^a inspirasse no caso da Bahia. Devo dizer a V. Ex.^a que houve quem faltasse a esse acôrdo. Quem a ele não faltou foi V. Ex.^a, que prometeu apoio ao Presidente da República e cumpriu até o fim. Quando o eminente Presidente do meu Partido, Dr. João Goulart, foi à Bahia realizar a campanha da sucessão, fê-lo cumprindo — depois de morto o Sr. Getúlio Vargas — os desejos do ex-Presidente. Quanto ao terceiro item da discussão em relação ao Sr. Danton Coelho — particularmente ao artigo publicado por S. Ex.^a — não obstante muita incompatibilidade com o Sr. Danton Coelho e ainda maior com o jornal que dirige — devo dizer que não se pode negar-lhe autoridade. Tem autoridade para falar, na política nacional, em nome daqueles que cultuam e prezam a memória do Presidente Getúlio Vargas. Recuso qualquer convivência, qualquer participação do antigo Ministro João Goulart numa aproximação, enfim, recuso acreditar que nossa qualquer colaboração comunista. Seu espírito conservador, suas naturais tendências em favor das causas populares, nada disso indica possa ter qualquer aproximação com os comunistas. De qualquer forma, porém, desde que o Sr. Danton Coelho acusa denúncia, cabe ao nosso Partido e à sua direção não lhe recusar autoridade, mas rebaixar sua denúncia, pulverizar sua acusação, distreir todos os itens do seu libelo. Assim, aguardemos que o Sr. Danton Coelho publique os documentos e que a direção do meu Partido lhes dê resposta, perante a Nação.

O Sr. Georgino Avelino — Muito bem

O SR. JURACY MAGALHÃES — Estou de inteiro acôrdo com as afirmações do nobre Senador Lourival Fontes de que, como decorrência natural da ajuda que presta neste instante à campanha do Sr. Juscelino Kubitschek, venha o seu Partido participar dos cargos públicos no futuro Governo, se a Nação cometer o erro de entregar ao Sr. Juscelino Kubitschek a direção dos seus destinos no futuro quadriênio. (Não apoiados).

Não acredito que a Nação deixe de escolher para sua Presidência nesta hora grave, um homem com a experiência e o valor do General Juarez Távora.

O Sr. Ruy Carneiro — O General Juarez Távora é um grande candidato.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Agradeço o aparte de V. Ex.^a.

O Sr. Georgino Avelino — Mas não é maior que o nosso.

O Sr. Ruy Carneiro — V. Ex.^a, porém, rá-de fazer justiça ao ex-Governador de Minas Gerais, Sr. Juscelino Kubitschek, que também é um grande candidato a Presidência da República, motivo pelo qual abraçamos sua candidatura.

O SR. JURACY MAGALHÃES — V. Ex.^a sabe das minhas relações pessoais e do meu aprêço de homem público pelo Sr. Juscelino Kubitschek.

O Sr. Ruy Carneiro — Obrigado a V. Ex.^a.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Mas nas minhas palavras ninguém encontrará a menor restrição de ordem pessoal, senão o estabelecimento de uma preferência política.

Entendo que a inteligência dos brasileiros irá orientar o nosso eleitorado no sentido de preferir, nos urnas de 3 de outubro, a candidatura do General Juarez Távora à Presidência da República.

Quanto ao segundo item do depoimento do nobre Senador Lourival Fontes, quero, apenas, agradecer a S. Ex.^a a generosidade com que deu testemunho de fatos ainda não plenamente conhecidos da Nação.

Graças a Deus, na minha vida pública, tudo que se processar nos bastidores pode vir para a claridade das praças públicas, porque de nada teerei que me envergonhar.

Finalmente, entendo que o conselho sábio que S. Ex.^a fornece à direção do seu Partido deve ser, realmente, o melhor caminho: não negar autoridade ao acusador, mas provar, com os fatos, que ele está sem razão.

Sr. Presidente, terminei estas minhas palavras.

Pensei fazer a simples leitura de um documento para a História; mas os debates aqui travados mostram que todos os representantes do povo, nesta Casa, estão dispostos a defender os seus pontos de vista políticos, o que só faz honra e dá saúde ao regime democrático.

Hei-de vir, ainda, muitas vezes a esta tribuna debater com os meus nobres colegas.

Entendo que a Democracia tem a virtude substancial de encontrar no seu processo o próprio fortalecimento, os meios de se aperfeiçoar. Se debatendo sempre no nível em que o estamos fazendo, com o respeito devido às opiniões manifestadas, ela se enriquecerá; o povo, com inteira autoridade e liberdade, poderá decidir, na sua soberania, quem mais convém à grandeza da Nação.

Devo ao concluir, fazer afirmação da mais alta gravidade que, mais uma vez, confirma as razões que esposo. Nesta hora, o melhor candidato é o General Juarez Távora.

Tomando conhecimento, por relatório que lhe fiz, da gravidade dos fatos processados durante sua ausência em campanha eleitoral, ouvi de S. Ex.^a a reafirmação de que, com cédula momum, cédula única, cédula oficial, ou sem cédula alguma, era seu destino apelar para as urnas, para a inteligência e o patriotismo dos brasileiros.

Com estas palavras, Sr. Presidente, rendo minhas homenagens ao nosso grande candidato, na certeza de que a Nação o sagrará vitorioso no próximo pleito de 3 de outubro. (Muito bem; muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

— Não há outro orador inscrito. (Pausa)

Suspendo a sessão, designando para a próxima, a seguinte

ORDEM DO DIA

1 — Votação, em 1.^a discussão, do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1955, que acrescenta quatro parágrafos ao art. 78 da Constituição Federal, tendo parecer contrário, sob n.º 893, de 1955, da Comissão de Reforma Constitucional.

2 — Discussão única do Projeto de Decreto Legislativo n.º 9, de 1955, originário da Câmara dos Deputados, que aprova o contrato celebrado entre o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e a firma Pereira de Magalhães & Cia. Ltda., para alienação de uma usina termoeletrica, tendo pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 966, de 1955; e da Comissão de Finanças, sob n.º 967, de 1955.

3 — Discussão única do Projeto de Decreto Legislativo n.º 23, de 1955, originário da Câmara dos Deputados, que aprova, com o aditamento, o contrato celebrado entre o Ministério da Guerra e Oddone Marsili, para exploração do serviço de restaurante no Palácio da Guerra; tendo pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 992, de 1955, e da Comissão de Finanças, sob n.º 993, de 1955.

4 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 103, de 1955, que estende à locação de imóveis rurais o disposto no § 5.º do art. 15 da Lei n.º 1.300, de 28-12-50 (altera a Lei do Inquilinato), tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 949, de 1955, favorável, quanto à constitucionalidade e à conveniência.

5 — Segunda discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 73, de 1954, que dá nova redação ao parágrafo 2.º do artigo 6.º da Lei n.º 605, de 5 de janeiro de 1949, que regula o repouso semanal remunerado (aprovado em 1.^a discussão com emenda, em 27 de julho de 1955), tendo parecer da Comissão de Redação, sob n.º 929, de 1955, oferecendo a redação do veniente.

6 — Primeira discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 40, de 1954, que restaura direitos dos atuais praticantes de piloto da Marinha Mercante, tendo pareceres da Comissão de Segurança Nacional, sob n.º 974, de 1955, declarando escapar a matéria à competência da Composição; da Comissão de Finanças, sob n.º 975, de 1955, contrário; e dependendo de pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça, nos termos do artigo 91, § 4.º do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE:

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 16 horas e 55 minutos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR LIMA TEIXEIRA NA SESSÃO DE 18-8-1955.

O SR. LIMA TEIXEIRA:

Sr. Presidente, tive ontem oportunidade de observar que os jornais haviam publicado vários comentários em torno da entrevista do Sr. Ministro da Guerra, na qual o ilustre General Teixeira Lott se referia a um acôrdo com os comunistas.

Lerei, para conhecimento do Senado, o aludido trecho:

"Faço absoluta questão de frisar que não nos compete dar ditames de conduta. É preciso que se diga, entretanto, que, na qualidade de Ministro da Guerra, sou um dos responsáveis pela preservação da lei e da ordem constitucional e, na presente situação, devo manifestar a preocupação de todos nós quando fatos recentes como este, do apoio do Partido Comunista a dois candidatos e a aceitação por estes do referido apoio, torna muito mais delicada a situação política brasileira, porque, de acordo com a lei, o Partido Comunista não existe com o seu próprio nome ou com outra qualquer denominação. Todos devem compenetrar-se de que, na presente situação, é de vital interesse que não haja perturbação da ordem."

Sr. Presidente, confesso que ao ler tal trecho da entrevista, sem perda de tempo, procurei o Presidente do meu Partido, Dr. João Goulart, para saber se havia algum acordo com o antigo Partido Comunista ou mesmo quaisquer entendimentos acerca do problema sucessório presidencial. S. Ex.^a, aproveitando o ensejo, pediu-me declarasse da tribuna do Senado da República que jamais fez qualquer acordo com o Partido Comunista ou com comunistas. O único existente no Partido Trabalhista Brasileiro era o do programa mínimo elaborado pelo ilustre Senador Alberto Pasqualini, que era do conhecimento público, acordo esse firmado com o Partido Social Democrático.

O Sr. Apolônio Sales — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com todo o prazer.

O Sr. Apolônio Sales — Desejo secundar as declarações de V. Ex.^a no tocante ao Sr. Juscelino Kubitschek. Logo que surgiram insinuações sobre possíveis entendimentos entre o Partido Social Democrático e o Sr. Juscelino Kubitschek, declarei à imprensa ignorar a existência de qualquer acordo, concessão ou condições de apoio. E tanto assim entendia, repellido a possibilidade de quaisquer entendimentos, que continuei a exercer a função de líder do P. S. D. Se o Sr. Juscelino Kubitschek recebe votos de brasileiros, não indaga, evidentemente, de qual partido procedem; mas que S. Ex.^a tenha qualquer acordo com o Partido Comunista, desconheço e desafio quem o prove.

O Sr. Cunha Mello — Não sou líder do Partido Trabalhista, portanto, não posso fazer declarações idênticas às do nobre Senador Apolônio Sales.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Poderá, perfeitamente, esse é um pensamento geral.

O Sr. Cunha Mello — Não acredito na existência desse acordo, mesmo porque já o deu como inexistente o Dr. Juscelino Kubitschek. Se ele existisse, eu, de qualquer forma, não participaria dele, nem como eleitor, muito menos como Senador da República.

O Sr. Costa Pereira — Nós, sob a liderança do nobre Senador Apolônio Sales, nos solidarizamos, neste momento, com as palavras de S. Ex.^a sobre o assunto.

O Sr. Juracy Magalhães — Dá V. Ex.^a licença para um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com todo o prazer.

O Sr. Juracy Magalhães — As declarações dos nobres Senadores Apolônio Sales e Cunha Mello traduzem o patriotismo e o caráter de ambos. São peremptórias e satisfazem, acredito, ao Senado e especialmente ao meu Partido. Entretanto, devo declarar que o apoio do Partido Co-

munista à candidatura dos Srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart não é apoio gratuito, mas, sim, decorrente de entendimentos. Posso fazer essa afirmação a V. Ex.^a porque, como executivo da campanha de Juarez Távora, fui procurado por elementos do Partido Comunista, que, visando a processar entendimentos, me declararam estar sendo acertadas negociações com outros candidatos. O Sr. Juarez Távora respondeu com a clareza usada pelos nobres Senadores Cunha Mello e Apolônio Sales. Não poderia ter entendimentos com comunistas, mas apenas receber votos individuais daqueles que estivessem de acordo com sua candidatura. Qualquer entendimento, porém, seria traição recíproca, porque jamais concordaria em receber apoio coletivo do Partido Comunista Brasileiro, nem fazer a este quaisquer concessões programáticas. Entretanto, o próprio jornal comunista "A Imprensa Popular", declarou divulgando também manifesto do Sr. Luiz Carlos Prestes que na Convenção do MNPT com o comparecimento do Sr. Deputado Frota Moreira como representante pessoal do Sr. João Goulart e por isso, o PC dava apoio a essa candidatura. Os candidatos, tanto do P. S. D. como do P. T. B. tinham assumido compromissos com determinados pontos do programa do Partido Comunista. Isto foi publicado na primeira página da "A Imprensa Popular" e VV. Excias. fazem muito bem em esclarecer o fato, pois o Partido Comunista terá oportunidade de dizer se estava mentindo aos seus correligionários ou afirmando uma coisa que só desejavam transparecer nos bastidores.

O Sr. Fernandes Távora — Era o que pretendia, em contra-aparte, dizer ao nobre colega.

O Sr. Heitor Medeiros — No "Correi da Manhã", também saiu essa publicação a que se refere o nobre Senador Juracy Magalhães: e esse jornal, denunciando tratar-se de manobras de agitação, com o fim de perturbar a ordem e de propiciar o golpe, tão preconizado por certos elementos, verberou o procedimento, chamando a atenção das autoridades para que não se deixassem iludir por esse processo do Partido Comunista. Era o que desejava acrescentar.

O Sr. Juracy Magalhães — Conheço as técnicas e táticas do Partido Comunista. Evidentemente, não quer esse Partido, apenas, dar apoio eleitoral às candidaturas Juscelino Kubitschek e João Goulart. O Partido Comunista quer é conquistar uma trincheira de luta, para a defesa dos seus próprios interesses. E, infelizmente, os acontecimentos revelam que os comunistas conquistaram, à sombra desses dois candidatos, a referida trincheira de luta, fator essencial à consecução de suas aspirações na vida política brasileira.

O Sr. Fernandes Távora — Muito bem.

O Sr. Apolônio Sales — O nobre orador permite outro aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com muito prazer.

O Sr. Apolônio Sales — Ouvi o aparte do nobre Senador Juracy Magalhães, em que S. Ex.^a diz — louvando-se nas palavras dos comunistas que procuraram o seu partido, a União Democrática Nacional — que eles estavam procurando igual entendimento com o Partido Social Democrático.

O Sr. Juracy Magalhães — Perdão. Não foi com a União Democrática Nacional! procuravam entender-se diretamente com o nosso grande candidato, o General Juarez Távora, que se negou, terminantemente, a recebê-los.

O Sr. Apolônio Sales — Perdoo V. Ex.^a mas quando digo, União Democrática Nacional, refiro-me ao seu candidato.

O Sr. Juracy Magalhães — Com muita honra para todos nós.

O Sr. Apolônio Sales — Devo dizer, aliás, que o General Juarez Távora é um ilustre brasileiro. Ninguém impede que se procurem entendimentos. Mas, entre procurar e haver entendimento, há grande diferença. O que sei — e ainda esta manhã palestrei a respeito com o Sr. Juscelino Kubitschek — é que esse grande brasileiro não manteve entendimento nem fez qualquer concessão a elemento do Partido Comunista, o que aliás tem repetido, de maneira peremptória, à imprensa desta capital. Apenas, S. Ex.^a recebeu, de bom grado, os votos dos que, indistintamente, desejem votar no candidato do Partido Social Democrático. E' o que sei e digo ao Senado. Quanto ao mais, é evidente que, se convém ao Partido Comunista o apoio a Juscelino Kubitschek, mais do que ao candidato Juarez Távora, mais do que a Adhemar de Barros ou a Plínio Salgado, é questão de foro daquele partido, e não do Partido Social Democrático.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Senhor Presidente, tanto quanto eu, o nobre Senador Juracy Magalhães conhece o Dr. João Goulart.

Sabe-o homem de bem, incapaz de fazer declaração desta natureza, o que transito à Casa, para que conste dos Anais, e assim julguei necessário com réplica à declaração do Sr. Ministro da Guerra, que, muito embora não fizesse menção a qualquer partido, mostrava, com temor, sua preocupação sobre qualquer acordo com esse partido, que na verdade, não existe.

Trata-se, apenas, de remanescentes do antigo Partido Comunista.

Não houve acordo, nem poderia haver.

E nesse sentido, Sr. Presidente, apenas repito a frase do General Juarez Távora, segundo a qual ninguém pode impedir que qualquer cidadão, de qualquer corrente política, ou não, dê o seu voto, ofereça o seu voto, manifeste o seu livre direito de escolha.

O Sr. Juracy Magalhães — Esse é o pensamento certo, sem dúvida alguma.

O SR. LIMA TEIXEIRA — O voto, Sr. Presidente, não reflete a ideologia do cidadão, não traz um distico às suas idéias, aos seus princípios.

Ora, ninguém poderá impedir a quem quer que seja o sagrado direito do voto.

E neste particular, falo com autoridade e isenção, porque sempre contrariei o comunismo...

O Sr. Juracy Magalhães — Muito bem.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Quando Deputado na Assembleia Legislativa do meu Estado, dei provas do que afirmo.

O Sr. Juracy Magalhães — Esse combate ao comunismo é uma constante que honra a vida pública de V. Ex.^a.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Mesmo quando se cogitava da cassação dos mandatos dos deputados comunistas, houve muita gente que, naquela hora, se rebelasse.

Entretanto, nas minhas manifestações, achava que era um perigo para a Pátria, permitir figurasse, numa assembleia popular, como representante do povo, quem contrariava o regime.

Tenho, assim, autoridade para tecer quaisquer comentários sobre os comunistas, porque nunca tive palavras de apoio a essa doutrina. Digas, de passagem, que se não fosse o Partido Trabalhista Brasileiro, o movimento comunista teria avançado muito mais. Foi e tem sido uma barreira, porque aqueles que perderam confiança no trabalhismo, para onde

iriam, Sr. Presidente? Para os Partidos Conservadores? Não! Procurariam a extrema.

Tem, pois, o meu Partido desempenhado um grande papel; tem ido realmente — como disse — a barreira que impede o avanço e a propagação do comunismo.

O Sr. Juracy Magalhães — Nenhum homem de boa fé nega o papel importante que tem desempenhado o Partido Trabalhista, na vida política brasileira.

O Sr. Heitor Medeiros — O Partido Trabalhista tem sido uma barreira dentro da lei e tem trazido soluções para o problema operário dentro da Constituição, sem soluções violentas.

O Sr. Juracy Magalhães — Pretendia apartar o nobre orador antes que o ilustre colega por Mato Grosso o tivesse feito, exatamente para perguntar se leu V. Ex.^a a Imprensa Popular, em que há um comunicado ao povo brasileiro sobre o apoio do Partido Comunista às candidaturas Juscelino Kubitschek e João Goulart. Mandei providenciar a vinda de um exemplar desse jornal, para mostrá-lo a V. Ex.^a e ao Senado, caso os ilustres líderes do Partido Trabalhista Brasileiro e Partido Social Democrático não hajam dele tomado conhecimento. Trata-se de um comunicado de fonte a mais pura, no particular, que é o órgão de divulgação do próprio Partido Comunista.

O Sr. Apolônio Sales (Dirigindo-se ao orador) — V. Ex.^a vai permitir-me um contra aparte ao aparte do nobre Senador Juracy Magalhães, que diz a fonte mais pura de informação o órgão de imprensa do Partido Comunista.

O Sr. Juracy Magalhães — No particular, é a mais pura. E' pelo órgão da imprensa que eles comunicam aos seus correligionários o apoio dado às candidaturas aludidas.

O Sr. Apolônio Sales — Digo a V. Ex.^a que — a meu v.r. a fonte mais pura e mais autorizada é a declaração do candidato Juscelino Kubitschek, pela imprensa do país, repetidas vezes, quando S. Ex.^a clamava, insofismavelmente, diz que não fez ou tem qualquer entendimento ou acordo com o Partido Comunista. V. Ex.^a, Senador Juracy Magalhães, brasileiro, como eu, porém ilustre como não o sou, (não apoiados)...

O Sr. Juracy Magalhães — V. Ex.^a é brasileiro dos mais ilustres.

O Sr. Apolônio Sales — ... acredito que o Partido Comunista pode ter suas razões, quaisquer que sejam, mas essas razões não serão as nossas. Acontece que o Partido Comunista interessa muito apoiar o PSD e PTB por conveniência. Porém essa conveniência nada tem a ver com a dos Partidos Trabalhista e Social Democrático. Hoje eles anunciam apoio a estes partidos, amanhã a outros.

O Sr. Juracy Magalhães — Não apoiem nenhum partido de graça. Tem razões fundamentais, objetivos nítidos que perseguem com imensidade tenacidade.

O Sr. Apolônio Sales — A razão é, agitar o povo.

O Sr. Juracy Magalhães — Pena é nítidos que perseguem com insistência para essa agitação. Faltariam, assim o cumprimento da missão do Partido Comunista. Acredito que essas primeiras manifestações de VV. EEx.^{as} irão produzir efeito benéfico na opinião pública, restabelecendo o verdadeiro sentido da orientação dos partidos de VV. EEx.^{as}.

O Sr. Apolônio Sales — Não são as nossas primeiras manifestações.

O Sr. Juracy Magalhães — Afirmo a V. Ex.^a que, não fosse a agitação provocada pelos mais esclarecidos órgãos da opinião pública, não viriam a lume esses esclarecimentos, porque os Partidos Social Democrático e Tra-

balhista Brasileiro, já se encontravam locupletados com as vantagens desse apoio.

O Sr. Apolônio Sales — Protesto contra a expressão de V. Ex.^a de que o meu Partido se está locupletando com o apoio do comunista.

O Sr. Juracy Magalhães — Neste caso, pergunto a V. Ex.^a por que não houve desmentido oportuno? Por que somente agora é que surgem esclarecimentos? Longe de mim pretender amesquinhar a conduta política dos Partidos que Vossas Excelências brilhantemente representam na Casa.

O Sr. Apolônio Sales — Há engano de V. Ex.^a, pois no mesmo dia da entrevista concedida à imprensa pelo Sr. Juscelino Kubistchek, sobre a insinuação de entendimentos com o Partido Comunista, eu concedia também entrevista ao "Diário da Noite", sobre o mesmo assunto, V. Ex.^a talvez não tenha lido essas entrevistas.

O Sr. Juracy Magalhães — Confesso que não as li.

O Sr. Apolônio Sales — Devo, porém, dizer mais. Quando, nesta Casa, se promoveu a exclusão do Partido Comunista dos quadros partidários do país, quando aqui se votou a lei que a excluía da lista dos Partidos com existência legal no País, o Partido Social Democrático pôs-se à frente da reivindicação da nação inteira.

O Sr. Juracy Magalhães — Aliás, na Câmara dos Deputados liderei forte corrente para a cassação dos mandatos. E, nesse dia, os incidentes mais sérios verificaram-se exatamente comigo.

O Sr. Apolônio Sales — O Partido de V. Ex.^a, nesta Casa, defendeu, justamente, ponto de vista contrário ao esposado pelo Partido Social Democrático.

O Sr. Juracy Magalhães — Defendeu, talvez, uma tese jurídica.

O Sr. Apolônio Sales — Meu partido, entretanto, jamais acusou a UDN de qualquer conluio com os comunistas. Trata-se, simplesmente, de questão de rinária, que o Partido Social Democrático respeitava. Lembro-me muito bem, aquele tempo, o nobre Senador Hamilton Nogueira defendeu o Partido Comunista, não como partido, mas, como direito de ser.

O Sr. Juracy Magalhães — Não respondendo a esta acusação, por me parecer que a conduta das bancadas de meu Partido, nas duas Casas do Parlamento, ficou bem documentada nos respectivos Anais.

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar os timpanos) — Atenção! Os apurtes simultâneos não são permitidos.

O Sr. Apolônio Sales — Naquela ocasião, fiz justiça à União Democrática Nacional, embora contrária ao Partido Social Democrático. Espero, agora, que V. Ex.^a faça justiça ao meu Partido. O Partido Comunista pode ter interesse em jogo, mas, afirmo-o, não são idênticos aos do Partido Social Democrático.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — O nobre orador permite um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Pois não, sinto-me honrado com o seu aparte.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Cheguei a este recinto quando o debate estava agitado e os ânimos em efervescência. Desejo saber se as duas agremiações partidárias querem ou não receber os votos comunistas. Eu, quando concorro às urnas, não distingo votos. Aceito-os todos, seja o de uma lavadeira ou o de um comunista. Todos são muito bons...

O Sr. Juracy Magalhães — Perfeitamente. Mas, há uma comunicação oficial do Partido Comunista, declarando que deu apoio a essas candidaturas porque assumiram determinados compromissos com o seu programa.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Exatamente.

O Sr. Juracy Magalhães — Este, o fato importante, que não permite tergiversação. Ou o nobre Senador Apo-

lônio Sales se defende da acusação, ou reifica a posição dos dois partidos, o que a Nação receberá, evidentemente, com imenso agrado.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — A verdade verdadeira sobre os votos dos comunistas é que, oficialmente, ninguém quer deles se aproveitar. Mas, na urna, valem tanto quanto os demais.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Senhor Presidente, dirigindo-me ao nobre colega de representação, estranho a dúvida de S. Ex.^a sobre o que conhece tão bem, ou sejam, os recursos de que pode lançar mão o comunismo, especialmente numa hora como esta, em que se procura um estopim.

O Sr. Juracy Magalhães — V. Ex.^a repete argumento por mim empregado. Esta é a tática do Partido Comunista. É uma pena que V. Ex.^a, que declara conhecê-la tão bem quanto eu, não tenha evitado conquistasse aquele Partido sua atual posição.

O SR. LIMA TEIXEIRA — O nobre colega — profundo conhecedor dos processos de que lança mão o comunismo no mundo inteiro — não pode insistir na afirmação de acreditar mereçam fé as declarações da "Tribuna Popular".

O Sr. Freitas Cavalcanti — O nobre colega Senador Juracy Magalhães já esclareceu a dúvida. Por força de sua atividade militar e de sua brilhante carreira política, S. Ex.^a conhece todos os processos e métodos utilizados pelo Partido Comunista, não só do Brasil, mas em toda parte do mundo. Ele age, sempre, taticamente. Quando não pode concorrer às urnas, misce-se, penetra, subrepticamente, nas hostes adversárias, ou supostamente aliadas, oriando, assim, a atmosfera necessária à sua ação e à consecução de seus interesses.

Desgraçadamente o Partido Comunista vai conquistando, à sombra de um Partido conservador, tradicional e de fundas raízes na burguesia nacional, posição incompatível com o regime. Relativamente ao Partido Trabalhista Brasileiro em tese, exerceu, ou vai exercendo, o papel oludido por V. Ex.^a. Realmente, as massas eleitorais deste país, desencantadas, poderão chegar, inexoravelmente ao comunismo, se a democracia falhar. Neste caso, acredito que o espólio de Vargas possa ser disputado, como presa preciosa, pelo Partido Comunista. Relativamente à agremiação do nobre orador, não é de hoje a notícia de entendimentos do Sr. João Goulart com elementos do Partido Comunista Brasileiro, infiltrador nos Sindicatos, criando ambiente de agitação. A imprensa tem ventilado o assunto, muitas vezes. A mim, não causou surpresa a comunicação oficial do acordo entre o Partido Trabalhista Brasileiro e o Partido Comunista, para efeito das próximas eleições. Na verdade, ele se inspirava em precedentes já conhecidos. O que admira é o Partido Social Democrático, de tradições burguesas e conservadoras, se prestar como instrumento de ação tática a Partido Comunista. Ai um ponto precisa ficar inteiramente esclarecido. Se existe acordo entre os partidos e seus candidatos, entre o Partido Social Democrático, o Partido Trabalhista Brasileiro e o Partido Comunista — deve ser apurado e informado à Nação, em termos claros e inofensíveis.

O Sr. Apolônio Sales — Já o foi, por quem tinha autoridade para fazê-lo.

O Sr. Apolônio Sales — Por duas vezes, o candidato a quem interessaria qualquer acordo fez declarações. Digo-o e repito-o, para que fique bem claro. Afirma V. Ex.^a ou o seu companheiro, o nobre Senador Juracy Magalhães, que o Partido Comunista não apoia, gratuitamente.

O Sr. Freitas Cavalcanti — E não apoia mesmo!

O Sr. Apolônio Sales — Só apoia, invariavelmente, em troca de vantagens. Assim, esses proveitos podem ser, simplesmente, unilaterais, daquele Partido, sem que o Partido Social Democrático os ofereça. Admitamos o seguinte: se a União Democrática Nacional tivesse um candidato cujas atitudes, apoiadas pelo Partido Comunista, dessem interesse a este, o fato não significaria, ipso-facto, um acordo UDN com o Partido Comunista. A verdade é que esse partido escolhe e apoia os candidatos que lhe convêm. Mas, os escolhidos, nem sempre têm conveniência nessa preferência. O nobre colega — pessoa de boa lógica e de alto conceito, há de concordar com o meu raciocínio. O Partido Comunista, inclusive, poderia estar apoiando o Partido Social Democrático — não posso afirmá-lo, porque não gosto de fazer mau juízo de ninguém — visando, mais uma vez, a agitar a opinião pública e obter a única solução que, realmente, lhe interessa: a solução fora da lei, motivada razões como esta. Pode V. Ex.^a estar certo de que o Partido Social Democrático tem tradição anticomunista, firmada nesta Casa. Partido conservador, equidistante do capital e do trabalho, seu passado não justifica, neste momento, o iniquum de convívio com uma agremiação totalitária.

O Sr. Fernandes Távora — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com prazer, meu caro colega.

O Sr. Fernandes Távora — Desejo prestar um pequeno esclarecimento. O Partido Comunista tem, por hábito, fazer mixórdia e prometer apoio a esse ou aquele candidato, conforme lhe convém. Cito fato concreto. No Ceará quando da candidatura do Desembargador Faustino de Albuquerque, como nós, da UDN, que o apoiávamos, éramos inteiramente contrários ao Partido Comunista, deliberou este declarar, publicamente, que também apoiaria aquela candidatura. Desmascarei, pelos jornais, a inverdade, afirmando que não entráramos em entendimentos com os comunistas. Não satisfeitos, reiteraram eles suas declarações de apoio. Elaborei, então, uma publicação, em forma de manifesto, assinado por todo o diretório do partido. Os comunistas, entretanto, continuaram a asseverar que iam apoiar a candidatura do Desembargador Faustino de Albuquerque. Fiz, o Desembargador declarar, peremptoriamente, que não só não tinha pedido, como recusava esse apoio. Apesar de tudo os comunistas persistiram em sua atitude pois apenas desejavam mixorrear.

O Sr. Apolônio Sales — Grande argumento o de V. Ex.^a. Muito agradeço.

O SR. LIMA TEIXEIRA — O nobre Senador Fernandes Távora tem plena razão. Este o processo utilizado pelos comunistas.

O Sr. Fernando Távora — Permita-me V. Ex.^a continuar meu aparte. Agora, o natural e lógico seria os Partidos Social Democrático e o Trabalhista Brasileiro fazerem como eu fiz, uma declaração pública, devidamente assinada pelos Diretórios respectivos.

Assim, terão lavado o atestado, perante a opinião do país. Caso os comunistas continuem a apoiá-los, será contra a vontade das duas facções partidárias.

O Sr. Lourival Fontes — O nobre orador permite um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com muita honra.

O Sr. Lourival Fontes — Obrigado a V. Ex.^a. Considero inteiramente aberrante, esdrúxulo e contraditório que, dentro do regime democrático, haja um Partido fora da lei, justamente porque a democracia é a representação de todas as correntes de opinião, de todas as idéias e de todos os princípios. Só poderá estar fora da lei quem cometer ato de agressão, quem provocar desordens e quem praticar

atentados. Da mesma forma por que sou contrário à inexistência legal do Partido Comunista, considero também falsidade, mentira democrática, que esse Partido estando fora da lei — sive, tenha até a oficialização, pelo Como está — tenha a imprensa, propaganda, realize congressos e, inclusive, Parlamento Nacional, de ser considerado como Partido.

O Sr. Juracy Magalhães — É uma incoerência a mais.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Mais do que isso: tem representantes dentro do Congresso Nacional.

O Sr. Lourival Fontes — Quanto ao Partido Trabalhista deverá ser, ideologicamente, na sua forma programática, a oposição, a antise a hostilidade, a contradição do Partido Comunista.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Exatamente.

O Sr. Lourival Fontes — Somos um partido de reforma; o Partido Comunista é o partido de revolução social. Eles nos consideram o inimigo n.º 1, e nos queremos que assim seja, visto como nossa atuação é inteiramente diversa. Assim como — com isenção e lealdade — advogo a existência legal do Partido Comunista, jamais advogaria um conluio ou aproximação, qualquer que fosse, entre aquele Partido e o P. T. B.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Perfeitamente de acordo com as palavras do ilustre colega, Senador Lourival Fontes, que traduz o pensamento do meu Partido.

Sr. Presidente, não é possível que o Partido Trabalhista Brasileiro — que tem constituído uma carreira ao avanço do comunismo — de nesta hora as mãos ao Partido Comunista, fora da lei, para marchar na campanha sucessória, a qual incertavelmente, lhe oferece condições as mais favoráveis.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Permite V. Ex.^a ainda um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com todo apreço que V. Ex.^a me merece.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Não falo como líder do meu Partido, mas, individualmente, como sempre me manifestei em relação ao problema agora debatido. Creio que V. Ex.^a considera a França uma democracia. Há, mesmo quem apregoe ser ela um exemplo digno de imitação. O Parlamentarismo, por exemplo. Acredito, igualmente, considere V. Ex.^a a Inglaterra uma democracia. Não há contestação para isso. Admitimos, assim, que a Itália é outra democracia e a Alemanha ainda outra. Em todos esses países o Partido Comunista é uma realidade, representada por grandes bancadas parlamentares. Mais ainda: posso asseverar, sem receio de contradição, que nesses países, onde a democracia é de direito e de fato existem coalisões democráticas perpetuadas com o Partido Comunista. Vê V. Ex.^a que o sentido da democracia não pode ser colocado sob aspecto crítico no qual o estamos situando, neste momento, sob pena de cometermos um erro. Ocorre que o Partido Comunista, na ilegalidade como se encontra entre nós — e eu teria votado contra isso — possui uma tática de infiltração e de ataque que é preciso conhecer. Ninguém mais lógico e de pensamento coerente consigo mesmo do que os comunistas. Nós raciocinamos burguesamente quanto ao Partido Comunista, daí o nosso erro, a nossa falta de visão e de compreensão do problema comunista. Quando o comunismo marcha para a revolução o que quer é a proletarização que só se fará com a destruição de todas as classes, para a criação de uma única classe dominante, que é a pretensão do Partido Comunista Brasileiro. Nada mais claro: não há dialética capaz de empanar o alcance dessa conclusão, pela qual se norteia o Partido Comunista. Daí por que, quer fique ele com o Partido Social Democrático, quer com o Partido Social Progressista, quer, ainda com a União Democrática Nacional, de qualquer lado que se ponha devemos ter sempre em mente

que está profundamente lógico consigo mesmo e caminha, realmente, para a revolução, seja no país, ou a universal, como é sua inspiração. Essa a realidade comunista.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Sr. Presidente, as palavras do ilustre Senador pelo Rio Grande do Norte, Kerginaldo Cavalcanti, traduzem perfeitamente o caminho normal do antigo Partido Comunista Brasileiro. Seu escopo é aproveitar sempre o ensejo para promover divergências, incompreensões, e poder, até, nesse ambiente de confusão, de desagregação, melhormente instalar suas idéias.

Essa a razão porque nunca poderia o Partido Trabalhista Brasileiro, inspirado pela figura do saudoso presidente Getúlio Vargas, — e aproveito a oportunidade para render-lhe minha homenagem — prestar-lhe apoio.

Primeiramente, dominou no Partido Trabalhista Brasileiro, o que chamamos getulismo.

Depois, pouco a pouco, desenvolveu seus princípios e sua doutrina. De modo algum poderíamos — mesmo porque não é pensamento dos seus representantes — fazer acordos, promover entendimentos, para a sucessão presidencial, especialmente a favor de candidatos como Juscelino Kubitschek e João Goulart, já apoiados por três grandes partidos: o Partido Social Democrático Majoritário, o Partido Trabalhista Brasileiro, que inegavelmente contava as massas, e o Partido Republicano.

Não seria, portanto, preciso recorrer ao apoio de um partido menor, para conseguir da opinião pública, da massa eleitoral, os votos com os quais obterá a vitória que se avizinha.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — A afirmação de V. Ex.^a é realmente muito interessante. Na aparência, três grandes Partidos, dos quais um é majoritário, apoiam o Sr. Juscelino Kubitschek; mas não se esqueça V. Ex.^a do fenômeno já observado no Brasil, quando da eleição do Sr. Getúlio Vargas. Teve contra si forças majoritárias e seu opositor foi derrotado. A nação entendeu de votar em seu favor. Pode portanto ocorrer que um partido que conta com essas grandes forças, seja afinal derrotado, como foi o caso do Sr. Cristiano Machado, apoiado pelo Partido Social Democrático, majoritário.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Sem querer fugir ao tema que me trouxe à tribuna, não posso deixar de responder ao aparte do meu eminente colega.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Fiz apenas observação dentro dos fatos. Atribui lógica a V. Ex.^a, mas também mostrei fatos.

O SR. LIMA TEIXEIRA — V. Ex.^a incorreu em erro.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Deus permita tenha errado.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Não sei se existe no país outro Getúlio Vargas, com tanto prestígio dos pequenos e também dos grandes. Concorreu ao pleito presidencial apoiado por um partido pequeno e obteve o voto de todos os demais partidos. Ao meu ver, ainda está para nascer outro brasileiro que possua as qualidades do Sr. Getúlio Vargas.

O Sr. Cunha Melo — Muito bem.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Não examinemos os fatos à luz de minúcias. Façamos crítica mais ampla dentro do sentido mais sociológico, consequentemente mais compreensível. Reduzindo o caso à tese de que o Sr. Getúlio Vargas nasceu para ser o único entre os homens, encontro-me desambiguado para discutir.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Referia eu ao nobre colega, ao prestígio do Sr. Getúlio Vargas.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Ninguém nega. Eu mesmo sou seu grande admirador.

O Sr. Heitor Medeiros — Não foi o Sr. Getúlio Vargas o único entre os homens, mas foi excepcional, temos que reconhecer.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Mas se não foi o único, outros poderão surgir. Ninguém reconhece mais que eu o prestígio do saudoso Presidente Getúlio Vargas; ninguém é mais seu admirador. V. Ex.^a sabe que quando eu voltava da Europa, encontrando o Sr. Getúlio Vargas praticamente deitado, numa ocasião em que muita gente se encolhia, eu que não tinha para com ele maiores compromissos, pertencendo a um partido que sob o aspecto político estava quase na oposição, ocupei a tribuna do Senado e fiz um discurso que não chamo mas digno do Sr. Getúlio Vargas. O fenômeno pode novamente ocorrer. Prestígio igual poderá ser conseguido. Não sei, entretanto, se os candidatos à Presidência da República chegarão a obtê-lo.

O Sr. Juracy Magalhães — V. Ex.^a está argumentando com muita probabilidade e não deve esquecer que se está travando campanha eleitoral em face do próximo pleito em 3 de outubro. Muitos fatores psico-sociais irão influir no pronunciamento das urnas. Não sabemos, por exemplo, até onde prejudicará a candidatura do Sr. Juscelino Kubitschek o acordo com o Partido Comunista.

O Sr. Heitor Medeiros — Não há acordo. V. Ex.^a há de fazer justiça às palavras do Senador Apolônio Sales que o negou.

O Sr. Juracy Magalhães — Se VV. negam o acordo, afirmam então que é mistificação do Partido Comunista valer-se dos nomes dos partidos de V. Exas.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Trata-se de acordo bilateral.

O Sr. Juracy Magalhães — V. V. Exs. não podem usufruir as vantagens dos dois lados. Recebi no momento um exemplar da "Imprensa Popular", de terça-feira, 9 de agosto, que lerei para VV. Exs.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Se eu fosse candidato a alguma coisa e se os comunistas indiretamente resolvessem apoiar-me, eu que com eles não tenho qualquer contato, receberia com satisfação seu apoio.

O Sr. Juracy Magalhães — V. Ex.^a aceitaria o apoio mas não ofereceria uma trincheira de luta para os que são inimigos do povo e da República.

O Sr. Apolônio Sales — Quem ofereceu essa trincheira?

O Sr. Juracy Magalhães — Desejo apenas a verdade. Se não existe acordo, fatalmente o Partido Comunista terá que retirar o apoio dado aos candidatos de VV. Exs. Diz textualmente o exemplar da "Imprensa Popular" órgão oficial do Partido Comunista, que tenho em mãos: "O Sr. João Goulart aceita e promete cumprir o programa do M. N. P. T., inclusive do discurso do Deputado Frota Moreira, em nome do PTB."

O Sr. Apolônio Sales — Leu V. Ex.^a as duas entrevistas do Sr. Juscelino Kubitschek?

O Sr. Juracy Magalhães — Uma delas sim.

O Sr. Apolônio Sales — Uma é repetição da outra. Para nós arrematados em partidos legais, para nós do Partido Social Democrático, e creio que para a imensa maioria dos brasileiros, a palavra do Sr. Juscelino Kubitschek oferece a valia de um ex-governador de Estado, candidato respeitável, cujo elogio ouvi de V. Ex.^a, por mais de uma vez.

O Sr. Juracy Magalhães — Disse-o e repito com prazer.

O Sr. Apolônio Sales — Este é o grande documento. Não estou defendendo o Partido Comunista. Deixo a ele o julgamento de seus interesses.

O Sr. Juracy Magalhães — V. Ex.^a, declare, em nome do seu Partido, que o Sr. Juscelino Kubitschek não aceita os votos do Partido Comunista na base de promessa, de apoio a pontos programáticos?

O Sr. Apolônio Sales — O Senhor Juscelino Kubitschek não aceita o apoio do Partido Comunista através

de concessões. Aceita-o de qualquer brasileiro que nele queira votar, sem indagar ideologias.

O Sr. Juracy Magalhães — De qualquer brasileiro, diz V. Ex.^a, mas não aceita o apoio do Partido Comunista?

O Sr. Apolônio Sales — O Partido Comunista não existe. Há, isso sim, comunistas.

O Sr. Juracy Magalhães — O Partido Comunista existe ilegalmente, mas existe. V. Ex.^a, não pode ignorar. Nós aqui mesmos, como salientou o ilustre Senador Lourival Fontes, damos demonstrações de sua existência. Raciocinava eu há pouco: se uma das primeiras vitórias do Partido Comunista na luta presidencial, não seria este debate que se trava no Senado? A custa dele conseguirão os comunistas manchetes em muitos jornais do Brasil, propaganda a sua ação política.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Dou razão ao Senador Juracy Magalhães, existe o Partido Comunista, é um fato.

O Sr. Apolônio Sales — V. Ex.^a, está contribuindo magnificamente para as manchetes...

O SR. LIMA TEIXEIRA — Veja V. Ex.^a, Sr. Presidente, como os aspectos de certas circunstâncias políticas podem provocar debate tão generalizado como este a que assistimos.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Generalizado e muito útil. É preciso esclarecer em definitivo a nação brasileira a respeito do apoio do Partido Comunista aos candidatos do PSD e do PTB. O debate é útil e necessário, repito.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — A Nação precisa ser esclarecida; precisa saber o que é democracia; e que em função dessa democracia temos que viver.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Senhor Presidente, quanto sofre o homem público; como às vezes é incompreendido. Como padece o político. — Vou contar fato que se passou com um grande democrata de quem ninguém pode duvidar.

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar os tambores) — Lembra ao nobre Senador que está por fundar-se a hora do expediente.

O Sr. Juracy Magalhães — (Pela Ordem) — Sr. Presidente, réqueiro consulte a Casa sobre se consente na prorrogação regimental da hora do expediente, a fim de que o nobre Senador Lima Teixeira disponha de tempo para concluir seu discurso.

O SR. PRESIDENTE — O plenário acaba de ouvir o requerimento do nobre Senador Juracy Magalhães.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

Continua com a palavra o nobre Senador Lima Teixeira.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Senhor Presidente, agradeço à Casa e ao Senador Juracy Magalhães a oportunidade que me oferecem para continuar na apreensão do aspecto da entrevista do Sr. Ministro da Guerra.

Como dizia, vejam nobres colegas quanto sofre o homem público e como às vezes é incompreendido.

Os Srs. João Goulart e Juscelino Kubitschek são implacavelmente incompreendidos. Tudo se lhes atribui: todos os males, todos os defeitos, todas as incompreensões.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Esse um dos aspectos mais simpáticos da democracia. No dia em que não puder ser feita essa crítica, nesse dia estaremos em regime ditatorial, em regime de Estado Novo, em regime de emergência; e não mais existirão as garantias constitucionais.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Recordo-me que o ilustre Dr. Otávio Mangabeira, quando candidato ao Governo da Bahia, recebeu o apoio do Partido Comunista.

O Sr. Juracy Magalhães — É verdade.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Não houve críticas.

O Sr. Juracy Magalhães — Houve críticas; e o Dr. Otávio Mangabeira perdeu muitos votos de eleitores católicos que se insurgiram contra o apoio a ele dado pelo Partido Comunista, apesar do seu prestígio de católico praticante.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Também disseram que o Sr. Café Filho era comunista, quando de sua eleição para Vice-Presidente da República.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Não afirmo, porque não tenho a certeza. Se me não engano, e V. Ex.^a, Senador Juracy Magalhães, poderia ajudar-me no particular, houve acordo.

O Sr. Freitas Cavalcanti — São fatos antigos. Devemos tratar dos recentes.

O Sr. Juracy Magalhães — Esse acordo é do passado. Não sou a pessoa credenciada para tratar de acordos à candidatura do Senhor Otávio Mangabeira.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Como político da minha terra V. Ex.^a, poderia ajudar-me na análise que vou fazer.

O Sr. Freitas Cavalcanti — O Senador Lima Teixeira conta história antiga; no entanto, o que queremos é analisar a história política atual do país, com depoimentos irrefragáveis a respeito do apoio comunista aos candidatos do PTB.

O SR. LIMA TEIXEIRA — O fato é que o Sr. Otávio Mangabeira teve o apoio dos comunistas e não houve clamor.

O Sr. Freitas Cavalcanti — O apoio ao Sr. Otávio Mangabeira é um fato remoto.

O Sr. Juracy Magalhães — O nobre orador permite um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com todo o prazer.

O Sr. Juracy Magalhães — V. Ex.^a, está fazendo um brilhante discurso, em defesa da tese de que o Senhor João Goulart não aceitou o apoio oficial do movimento comunista. Pois bem; para constar de sua oração, peço licença para ler o seguinte trecho publicado no jornal oficial a que há pouco aludi, do Partido Comunista.

"Assumo esse compromisso — declarou, sublinhando as palavras — é o Deputado Frota Moreira que fala — na certeza de que o Senhor João Goulart o cumprirá. O Programa do M. N. P. T. consubstancia o ideário de João Goulart. Sua orientação política pode-se identificar com o sentido de redenção nacional da carta-testamento de Getúlio Vargas".

Gostaria que V. Ex.^a, dissesse se o Deputado Frota Moreira realmente compareceu a essa reunião do M. N. P. T., como representante do Senhor João Goulart, ou se abusou da confiança de seu correligionário para fazê-lo.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Confesso a V. Ex.^a, que não tinha conhecimento do que acaba de ler.

O Sr. Juracy Magalhães — Vossa Ex.^a, então, precisa informar-se dos assuntos da vida pública que interessam vivamente à campanha que se está travando.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Não costumo ler jornais comunistas.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Vai permitir-me uma interrupção. A presença do Deputado Frota Moreira na reunião do M. N. P. T., foi anunciada largamente nos jornais como representante do Sr. João Goulart.

Não era preciso ler jornais comunistas para se colher tal informação.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Senhor Presidente, o nobre Senador Juracy Magalhães leu a declaração de um deputado, em determinada reunião, de

acreditar que o Senhor João Goulart venha a cumprir certo compromisso.

O Sr. Juracy Magalhães — Essa declaração é o coramento lógico de outros entendimentos.

O Sr. Apolônio Sales — Não se pode dar crédito a tal declaração.

O Sr. Heitor Medeiros — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Foi não.

O Sr. Heitor Medeiros — Os Senhores Juscelino Kubitschek e João Goulart são, sobretudo, injustiçados. Toda a imprensa publicou, também, declarações de um Deputado do Partido de Representação Popular, ou seja, dos integralistas, seguindo as quais os Sr. Juarez Távora havia perdido a retirada da candidatura do Sr. Plínio Salgado para que passasse a apoiar o eminente general. Entretanto, nenhum membro do Partido Social Democrático ou do Partido Trabalhista Brasileiro praticou, para com o Sr. Juarez Nascimento Távora, a injustiça de acreditar que isso houvesse partido dele. Essa justiça é que negam aos Srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart.

O Sr. Juracy Magalhães — Essas declarações permitirão o esclarecimento do Senado e da Nação. Cabe a VV. Exas., dizer se o Partido Comunista está praticando mais um ato de mistificação, ou se, ao contrário, afirmou a verdade.

O Sr. Heitor Medeiros — As declarações foram também proferidas por um deputado eleito sob a legenda do Partido de Representação Popular. Acontece que não cometemos, para com o Sr. Juarez Távora, a injustiça — permitir-me repetir — que os partidários do S. Exa. estão cometendo para com os Srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart.

O Sr. Apolônio Sales — No tocamos antes conhecer a verdade? Se a declaração é falsa, a culpa não cabe.

O Sr. Apolônio Sales — No tocante à matéria, já me pronunciei exatamente como o nobre Senador Lima Teixeira.

O Sr. Juracy Magalhães — Vossa Ex.^a Senador Apolônio Sales, ainda não declarou se considera ou não oportuna a manifestação do Partido Comunista. O nobre colega não teve ânimo ainda de classificar se a conduta do Partido Comunista tendo de feito, uma completa mistificação ou se é boa apenas para dar apoio, sem direito a qualquer reciprocidade.

O Sr. Apolônio Sales — Estranho que o nobre Senador Juracy Magalhães diga que não defendi claramente o ponto de vista do Partido Social Democrático. Defendi-o mais do que claramente, afirmando que o P. S. D., não tem qualquer acordo, compromisso ou combinação com o Partido Comunista. Se o Partido Comunista votará ou não no Sr. Juscelino Kubitschek, é questão de foro íntimo. A mim não cabe examinar as conveniências ou inconveniências desse partido.

O Sr. Juracy Magalhães — Isso coloca muito mal o Partido Social Democrático, que nos deixa, afinal, sem saber o que existe entre ele e o Partido Comunista.

O Sr. Apolônio Sales — O partido Social Democrático nada tem com a vida do Partido Comunista.

O Sr. Juracy Magalhães — Mas tem com os votos dos comunistas.

O Sr. Apolônio Sales — O que importa é que o PSD segue a mesma doutrina do nobre candidato da União Democrática Nacional, Sr. Juarez Távora quando disse que receberia o voto de quaisquer brasileiros, sem indagar de sua ideologia.

O Sr. Juracy Magalhães — O mesmo deveria ter dito, em tempo, o Senhor Juscelino Kubitschek.

O Sr. Apolônio Sales — Desejaria que o Senado ouvisse com serenidade estas últimas palavras minhas, porque o tempo é escasso e não quero privá-lo do prazer de ouvir o orador

que está na tribuna. Em oposição à leitura a que procedeu, quase com união de crença, o nobre Senador Juracy Magalhães.

O Sr. Juracy Magalhães — Vossa Ex.^a, poderia explicar-me o que classifica de "união de crença"?

O Sr. Apolônio Sales — V. Exa., estava como que convencido.

O Sr. Juracy Magalhães — Se V. Exa., me quer alisar a pecha de comunista, faça-o de maneira mais clara.

O Sr. Apolônio Sales — V. Exa., parecia estar lendo a última expressão da verdade. Pois bem, com igual união, eu poderia ler, uma frase da entrevista do candidato do P. S. D., Sr. Juscelino Kubitschek, hoje divulgada pelo Brasil inteiro e transcrito, na íntegra, pelo "Diário Carioca". Acrescento apenas que, para mim, vale muito mais uma expressão peremptória do que o simples "acreditado" de um deputado presente a determinada reunião.

O Sr. Juracy Magalhães — De um representante oficial, que não foi contestado. A primeira contestação está surgindo agora, através da palavra do Senador Lima Teixeira.

O Sr. Apolônio Sales — Aqui está expresso o pensamento do Partido Social Democrático. Este é que deve ser ouvido pelo Nação.

Este é que deve ser ouvido pela Nação que não quer manchetes de propaganda de acusação, de assigração de uma situação insustentável. O que ela deseja, e valer o pensamento real do candidato do Partido Social Democrático, Sr. Juscelino Kubitschek.

O Sr. Heitor Medeiros — Muito bem.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Sr. Presidente, desempenhei minha missão. Declarei — e repito — em nome do Partido Trabalhista Brasileiro — que o Sr. João Goulart não assinou qualquer acordo com os comunistas, mas teve entendimentos que chegaram às informações publicadas pelos jornais em torno de compromissos sobre possíveis programas, nem se pronunciou a respeito da orientação do antigo Partido Comunista.

Vou agora, Sr. Presidente, tecer pequeno comentário sobre o mal da entrevista do Sr. Ministro da Guerra. Diz S. Exa. que até então, suas declarações eram peremptórias pela manutenção da Constituição, pela garantia das eleições e pelo respeito às decisões emanadas de nossa Carta Magna; entretanto, a entrevista, dada a "O GLOBO", termina assim o Sr. Ministro da Guerra.

"O acúmulo de nuvens escuras poderia precipitar o raio, com toda as suas más consequências".

Foi esta a parte grave do discurso do mestre titular da Pasta da Guerra.

O Sr. Juracy Magalhães — A declaração do Sr. Ministro da Guerra é a de um patriota, que, atento e vigilante na defesa das instituições, está vendo as nuvens que se formam por esse ato impensado das direções dos Partidos que apoiam o Sr. Juscelino Kubitschek e o Sr. João Goulart de aceitarem o apoio dos comunistas. Não lê V. Exa. a "Imprensa Popular", mas, pelo menos, pode olhá-la. Veja o partido formidável que os comunistas brasileiros estão tirando do apoio aos Srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart. Diz o Sr. Luiz Carlos Prestes que "a vitória de Juscelino e Goulart será a derrota dos generais golpistas. Dará um novo impulso às forças políticas e poderá determinar importantes modificações na correlação das forças políticas favoráveis à democracia, à paz, à independência e ao progresso do Brasil". O Partido Comunista joga toda a sua esperança nesse apoio às candidaturas pesadistas e trabalhista. Esta, a verdade, que a nação brasileira deveria conhecer e conhece, nesta hora.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com a experiência política que tem o eminente Senador Juracy Magalhães, não deveria levar a sério um jornal comunista, cujo primordial objetivo é promover agitações, carrear motivos de maior confusão.

O Sr. Juracy Magalhães — Registro, feliz, que V. Exa., como eu, também não leva a sério o jornal comunista.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Não deveria S. Exa. acreditar que tal declaração continha alguma coisa que possa envolver o Partido Social Democrático e o Partido Trabalhista Brasileiro — duas grandes organizações políticas que têm dado provas evidentes de desejo único da manutenção da Constituição e do respeito à Lei.

Sr. Presidente, foi a única discrepância que encontrei até agora, na declaração do General Teixeira Lott Inegavelmente, S. Exa. vem mantendo uma correção digna dos maiores louvores.

Também agora me acodem dúvidas quanto à entrevista do General Teixeira Lott, porquanto num dia anterior a essa declaração, S. Exa. teria dito a um jornal para dar sentido mais real à situação:

"Golpes. Isto, de certo modo, é ridículo, dá-me a impressão de que entram pessoas num quarto escuro e vêm assombrações em todo o canto".

Então, esta declaração, Sr. Presidente, ante-ontem aquela outra...

Seja como for, o nosso papel como Senadores da República é o de, tanto quanto possível, nesta hora, invocar a Constituição. Não temos a baloneta, mas podemos empunhar a Carta Magna, a Lei Básica que rege nossos destinos.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Essa história de balonetas está sendo muito explorada. As balonetas não estão contra a Constituição.

O Sr. Juracy Magalhães — Faz V. Ex.^a uma afirmação justa. As balonetas sempre estarão na defesa do povo, o Exército brasileiro tem uma tradição de luta na defesa das instituições democráticas.

O Sr. Apolônio Sales — Nisso, subscrevo as palavras de V. Ex.^a

O Sr. Juracy Magalhães — V. Exa. Senador Lima Teixeira, diverge, portanto, da orientação do nobre líder do Partido Social Democrático.

O Sr. Apolônio Sales — Não me parece que S. Exa. tenha feito qualquer censura às Forças Armadas. V. Exa. aludiu às balonetas, o que determinou o aparte do nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti.

O Sr. Juracy Magalhães — Não se esqueça, porém, de que as balonetas são as mesmas que estão em Pistóia, transformadas em cruzes brancas, lembrando nossos mortos e nossos sacrificios. Esteja a Nação tranquila, pois as Forças Armadas não apenas o Exército, mas também a Marinha e a Aeronáutica, saberão defender nossas instituições.

O Sr. Apolônio Sales — Essa a grande confiança que tenho.

O Sr. Juracy Magalhães — Mas a orientação dada pelo Partido de V. Ex.^a é a de que o meu Partido está tramando o golpe, quando o nobre colega deve saber que ninguém defenderá mais as instituições democráticas contra os golpes do que o nosso candidato e a nossa bancada nesta Casa.

O Sr. Apolônio Sales — V. Ex.^a não sabe com que prazer ouço estas expressões.

O Sr. Juracy Magalhães — V. Ex.^a alimentava dúvidas a esse respeito?

O Sr. Apolônio Sales — Em absoluto.

O Sr. Juracy Magalhães — Já fiz essa declaração da tribuna do Senado. Continuar repetindo-as será o caminho para malquistar nessa campanha com a opinião pública brasileira.

leira, pois os nobres colegas sabem que o povo brasileiro não quer golpe contra as instituições democráticas.

O Sr. Apolônio Sales — Estou de acordo com V. Ex.^a, e nunca ouvi ninguém do P. S. D. dizer outra coisa.

O Sr. Heitor Medeiros — Foi com satisfação que o Senado ouviu as palavras de V. Ex.^a, Senador Juracy Magalhães.

O Sr. Juracy Magalhães — Toda a imprensa do Partido Social Democrático declara, ainda hoje, que a U. D. N. está tramando o golpe.

O Sr. Heitor Medeiros — O P. S. D. nem sequer possui imprensa.

O Sr. Juracy Magalhães — Se não a tem própria, por que está recebendo todo esse apoio, na atual campanha política?

O Sr. Heitor Medeiros — Pela simpatia que seus candidatos despertam.

O Sr. Juracy Magalhães — Não entro nesse terreno.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Senhor Presidente, verifiquei não ter sido bem interpretado. Declarei que devíamos empunhar a Constituição, e não fuzis e baionetas.

O Sr. Freitas Cavalcanti — V. Ex.^a estranhava a última declaração do eminente Ministro da Guerra, e não consegui chegar ao fim do seu pensamento.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Vou mais longe: o Sr. José Américo foi muito mais previdente, porque declarou: "a cédula numa das mãos e o fuzil na outra", quando discursava como candidato à Presidência da República.

O Sr. Juracy Magalhães — Não repetamos os erros do passado para não chegarmos à debacle das instituições.

O SR. LIMA TEIXEIRA — E não houve nada.

O Sr. Juracy Magalhães — V. Ex.^a acha pouco? Tivemos oito anos de ditadura.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Mas, nesse período, raras foram aquelas que não prestaram colaboração ao Sr. Getúlio Vargas.

O Sr. Juracy Magalhães — Eu não prestei colaboração à ditadura, nem pretendo fazê-lo. Quando participei da Revolução de 1930, foi para consertar as instituições deformadas por uma prática viciosa e não para instalar uma ditadura.

O Sr. Heitor Medeiros — A vida pública de V. Ex.^a é exemplo disso.

O Sr. Juracy Magalhães — Muito obrigado. É um ato de justiça que V. Ex.^a me faz, perdô-me a imodestia.

O Sr. Apolônio Sales — V. Ex.^a sabe o conceito que faço da sua pessoa.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Poucos homens públicos não prestaram sua colaboração a Getúlio Vargas. Façamos justiça.

O Sr. Juracy Magalhães — V. Ex.^a apenas repete um argumento explorado por meus adversários. Prestei colaboração ao Governo do Sr. Getúlio Vargas e não me arrependo, porque continuo a considerar sua memória ainda mais sagrada que sua vida.

O Sr. Apolônio Sales — Muito bem.

O Sr. Juracy Magalhães — Devo declarar que o setor administrativo a mim confiado foi sempre tratado, tendo em vista o interesse do povo. Iendi aquela trincheira, da forma que melhor permitiram minha inteligência e capacidade. Afirmando que, por mim e pela ação de outros que colaboraram com o Sr. Getúlio Vargas, S. Ex.^a não teria chegado ao suicídio para salvar sua dignidade, dando um supremo exemplo de devoimento à causa pública.

O Sr. Heitor Medeiros — V. Ex.^a prestou relevantes serviços ao Brasil.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Senhor Senador Juracy Magalhães, quem lhe nega a dedicação e o esforço prestados ao Governo do Senhor Getúlio Vargas?

O Sr. Juracy Magalhães — Esse ponto não me parecia ter ficado bem claro nas declarações de V. Ex.^a e, por isso mesmo, desejei esclarecê-lo, pelo apreço que Vossa Excelência me merece.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Em primeiro lugar, não fiz menção direta ao nome de V. Ex.^a.

O Sr. Juracy Magalhães — Parece-me uma insinuação.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Afirmei, serem raros os homens públicos neste país que não haviam servido à Nação embora sob regime ditatorial...

O Sr. Juracy Magalhães — É evidente. O Sr. Getúlio Vargas dirigiu o país durante 20 anos. Todos nós, portanto, tínhamos ou de colaborar na sua administração ou de ser contra S. Ex.^a.

O SR. LIMA TEIXEIRA — V. Ex.^a não precisava ficar tão chocado com minha frase.

O Sr. Juracy Magalhães — Apenas desejei esclarecer o seu sentido, repito.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Não havia razão de ser.

Estamos debatendo assunto em que devemos usar da maior serenidade. Ainda não estamos em guerra, mas, sim, em paz.

O Sr. Juracy Magalhães — Estávamos em guerra de palavras apenas. Mas que e nada modifica a nossa inalterável animidade e o alto conceito em que a lei e a ação pública de Vossa Excelência.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Perfeitamente, muito agradeço a Vossa Excelência.

Sr. Presidente, quero terminar invocando a Constituição. Lembrei-me, por isso, de que seria oportuno ler, no capítulo "Das Forças Armadas" os artigos 176 e 177 da Carta Magna que rege os nossos destinos.

Diz o artigo 176:

"As forças armadas, constituídas essencialmente pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei".

Diz o artigo 177:

"Destinam-se as forças armadas a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem".

O Sr. Freitas Cavalcanti — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com satisfação.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Certamente V. Ex.^a não está querendo lembrar aos Chefes das Forças Armadas, com a leitura tão pausada do texto constitucional, o papel que representam no organismo nacional, pois a elas compete a defesa de nossas instituições democráticas.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Procedo a esta leitura para que todos, sem exceção, principalmente o povo e o governo penetrem no verdadeiro sentido da Lei.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Agradeço a gentileza de V. Ex.^a.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Lendo textos da Constituição, estarei por acaso, praticando alguma coisa que possa caminhar para o golpe?.. (riso)

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Lendo, V. Ex.^a está justamente praticando a Constituição.

O Sr. Freitas Cavalcanti — A leitura da Constituição deve incorporar-se aos hábitos da vida brasileira.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Senhor Presidente, li esses dispositivos da Lei Básica, justamente para que nós, Senhores da República, mais do que nunca — e especialmente nesta hora, em que as névens estão densas — estejamos em nosso posto, a defender as prerrogativas do Poder Legislativo.

Por isso mesmo, confiamos nas Forças Armadas.

Perante a Constituição, são elas que irão garantir a ordem e a tranquilidade no país.

Sr. Presidente, não imagina V. Ex.^a os prejuízos causados pelas notícias, que, não daqui do Senado, mas do centro promanam.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Do Senado, não... Só se forem do Catete... (riso)

O SR. LIMA TEIXEIRA — Assumem proporções tais, que a vida da Nação sofre abalos profundos.

Não só nas classes conservadoras se refletem seus danosos efeitos, mas, de maneira muito particular, fora do território nacional.

Sr. Presidente, nunca é tarde para se ter presente a Constituição. Assim, passarei a ler o preâmbulo da nossa Lei Básica.

"Nós, os representantes do Povo Brasileiro, reunidos, sob a proteção de Deus, em Assembleia Constituinte para organizar um regime democrático, decretamos e promulgamos a seguinte Constituição dos Estados Unidos do Brasil:

Art. 1.º Os Estados Unidos do Brasil mantêm, sob o regime representativo, a Federação e a República.

Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido".

Se todo Poder emana do povo, se nós representamos o povo; temos o direito de, nesta hora grave, sem dúvida...

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Isto significa a Democracia e a República, o Povo e a igualdade.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Diz muito bem, V. Ex.^a. Nesta hora, portanto, invocando a Constituição pedimos que haja mais compreensão e menos confusão; que haja mais crença nos destinos da Pátria.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Muito bem.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Senhor Presidente, estamos vivendo de um pessimismo constrangedor que nada constrói; que nos leva constantemente a encerrar os acontecimentos políticos como se o povo estivesse descendo cachoeira abaixo.

E preciso haver mais otimismo, mais confiança no Brasil, no seu povo, é-nos imprescindível confiar nas Instituições Democráticas.

Sr. Presidente, jamais me passou pelo espírito a ideia de que estivéssemos caminhando para uma solução extra-legal. Estou convencido de que as Forças Armadas que, pela Constituição, têm o dever de manter a ordem e impôr a tranquilidade no país não iriam evolver o último recurso, qual o de botar abaixo a Constituição e lançar o país na ilegalidade. Não, Sr. Presidente. Sempre fui dos que sustentaram não haver possibilidade de golpe. Golpe, por que? Onde estamos, para acreditar que não há mais salvação para o regime? Não encontro, Sr. Presidente, razão alguma justificativa da medida de exceção que se assinala. Sigamos para a frente, acreditando no Brasil, na Constituição que rege nossos destinos e, principalmente, no povo brasileiro (Muito bem; muito bem. Palmas).

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENHOR SENADOR PUBLIO DE MELLO NA SESSÃO DE 25 DE AGOSTO DE 1955.

O SR. PUBLIO DE MELLO:

Sr. Presidente, possamos as minhas palavras traduzir o grito de exaltação que desejo fazer ao glorioso Exército Nacional personificado no grande vulto que fora o Marechal Duque de Caxias.

O Estado do Maranhão, que tenho a honra de representar nesta Câmara Alta do Parlamento, é deverdor, ao insigne soldado e estadista, dos mais relevantes e meritórios serviços.

Numa época em que a velha Província se vira conturbada por uma verdadeira guerra civil, fora até lá, o gênio incomparável desse grande vulto da nossa nacionalidade para, com o acerto de estadista e de soldado, resolver e dominar uma contenda que tantos males e tantas aflições causara à terra de Gonçalves Dias, Gomes de Souza, João Lisboa e tantos outros expoentes da nossa intelectualidade.

Eis que, Sr. Presidente, o inolvidável Duque de Caxias, que de lá trouxe esse título de nobreza e hierarquia, não se deteve somente na Capital da Província. Percorreu vários municípios, inclusive o meu próprio, o velho Município de Itapicuruá-mirim, e Caxias, além de outros pontos do interior, quer no vale do Itapicuruá, quer no vale do Munim. Por todos esses lugares, passou o inclito soldado, na sua faina de chefe militar, no cumprimento de sagrado e nobre missão.

Disse e repito, Sr. Presidente, que a minha terra ficou a dever ao grande cabo de guerra esses serviços tão relevantes, porque daí nasceu a pacificação, de que tanto nós, os maranhenses daquela época, precisamos e a generosidade do inolvidável brasileiro, do valoroso Chefe Militar foi tão grande, que culminou com a anistia, com o perdão àqueles que se haviam rebelado contra a ordem, a legalidade, o sequeiro de toda uma população.

Nobre gesto do Duque de Caxias, desse legendário batalhador pelas grandes causas da nossa Pátria, que fora dela, o unificador e ao mesmo tempo, o seu Pacificador. Não foi só no Maranhão que se fez sentir sua força construtora se poder de direção, seu tino de estadista e soldado, mas, em diversas outras Províncias do Império, como Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo. Em todas essas unidades, fez-se sentir a ação patriótica, esclarecedora e benéfica do soldado estadista que se homenageia nesta Casa, na data de hoje.

Não fora só. Também nos campos insospitados do Paraguai, e nas guerras do Prata, fulgiu do patriota invencível, do admirável condutor de povos, do heróico comandante. De lá voltou trazendo-nos a glória de esplendida vitória conquistada numa guerra, à qual fomos provocados pelo estrangeiro invasor. Foi, portanto, mais esse, um dos grandes serviços que legou à nossa pátria. Ele, pois, simboliza tão digna e brilhantemente o exército nacional, esse Exército que esteve presente a todas as conquistas liberais de nossa história. Se voltarmos a vista para o passado, chegaremos à evidência de que nem uma só vez, em nenhum dos nossos movimentos cívicos, as nossas Forças Armadas estiveram ausentes.

Vejam as duas memoráveis campanhas da Abolição e da República. Recordemos a época da Abolição, quando o homem era escravizado, e o Exército se recusava a perseguir a prender os pretos fugitivos. Foi incontestavelmente esse, um gesto sobre humana, digno de uma nobre corporação dotada de altivo sentimento de fraternidade. Não permitiu o Exército que a nódoa da escravidão continuasse maculando-nos perante as outras Nações.

Eis porque Sr. Presidente, ressalto nesta instante o papel magnífico, e patriótico do Exército Nacional.

Se deixarmos de lado a campanha da Abolição, chegaremos à da República. Não há quem desconheça o papel, brilhante e decisivo do Exército na grande conquista de 15 de novembro de 1889. A Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant, entre outros, deve-se a implantação da República, com a cooperação dos grandes vultos que, ao lado de chefes militares, tanto fizeram para a adoção

do novo regime em nossa Pátria. Esse, o motivo de haver declarado, Sr. Presidente, que o Exército jamais esteve ausente dos movimentos das conquistas liberais verificadas no Brasil.

Se pudesse alongar-me nestas considerações, falaria do papel que o Exército representou em outros movimentos que se seguiram à Abolição e à República. Para não me demorar mais na tribuna, quero, apenas, referir-me ao espírito de renúncia tantas vezes demonstrado pelas Forças Armadas, abandonando as vantagens do poder para se colocarem a serviço da Pátria e do regime entregando o País, como aconteceu não há muito, ao Poder Judiciário, do ao Poder desarmado, ao Poder da Justiça.

Foi exemplo dignificante que ficou para as nossas gerações. Outro ocorreu nas duas últimas grandes guerras em que o Brasil se viu empenhado, ocasião em que, não só o Exército, como a Marinha e a Aeronáutica do nosso país tiveram atuação destacada, pelo império da Liberdade, da Justiça e da Civilização.

Não podemos, assim, deixar de render, no dia de hoje, consagrado ao Soldado, a nossa sincera homenagem ao Exército Brasileiro, simbolizado na pessoa do seu ilustre patrono — o Marechal Duque de Caxias! (Muito bem; muito bem. Palmas).

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENADOR LOURIVAL FONTES NA SESSÃO DE 24 DE AGOSTO DE 1955 (D. C. N. DE 25.8-55) QUE SE REPRODUZ POR TER SAÍDO COM INCORREÇÕES:

O SR. LOURIVAL FONTES:

(Lê o seguinte discurso): — Acompanhei-o no meio das provações até o fim amargo. Eu o vi trazer o fel dos dissabores, sem que manchassem os lábios os resabios da imprecisão. Perto da hora derradeira não esmoreceu a firmeza de ânimo nem entibiou a consciência do dever quando mais se levantavam as pedras do espedalo, a espuma do ódio, a urdidura das intrigas e equívocos, a fúria e o tumulto das paixões. Não só desnaturalizavam os atos, ou pervertiam as intenções, ou escondiam deliberadamente a face da verdade. Negaram-lhe até mesmo o direito de defesa contra a injustiça. Estaria negando a sua vida, mentindo à sua obra, traído tudo aquilo de que ele foi o sementeiro benfazejo, se usasse desta tribuna para reacerder a luta das paixões. O abalo da tragédia fez a razão voltar aos espíritos, o amor renascer nos corações, a compreensão humana regressar às almas crestadas pela impiedade e pela malícia.

Para os que o combateram as prevenções se desarmaram. Para os que o afligiram no recesso dos sentimentos mais delicados já os absolvia da grandeza humana do perdão antes que se curvassem na humildade dos penitentes. Para os que o amaram ele reina hoje como padroeiro dos lares esquecidos, o balsamo das aflições anônimas, o culto dos que não perderam a fé, a presença votiva para os que creem, combatem e esperam.

Nas horas supremas, quando sorriam os fados da fortuna, ou nas horas obscuras, quando desciam as sombras da adversidade, nunca se deixou dominar pelo tripúlio dos vencedores nem se abater pelo opróbrio dos derrotados. A predestinação do seu destino e a vocação invencível na sua vida nunca lhe rasgaram outros horizontes, nunca lhe abriram outros caminhos e nunca amadureceram outros pensamentos que não fossem os de servir a sua Pátria para emancipá-la, engrandecê-la e dignificá-la e os de servir ao seu povo para que não lhe faltassem a Justiça, a segurança e a proteção.

Reformador do nosso sistema jurídico administrativo, autor o país dos novos Códigos em consonância às

ideias, às inovações e às revoluções do direito universal. Reformador político, coube-lhe libertar o Brasil do caciquismo e das oligarquias imperantes, das eleições através das atas falsas e dos reconhecimentos através das injunções do mandonismo. Se hoje o voto dado é voto contado, se o povo exerce a soberania com a liberdade de escolher sem o temor de represálias e perseguições, se funda a autoridade dos governos e exige a reponsabilidade de seus mandatários, devemos à constância de ação e ao ânimo de decisão do Presidente Getúlio Vargas. Reformador da nossa estrutura econômica, foi no período do seu governo que emergimos duma era semi-colonialista e semi-feudal de nação tributária para o advento da emancipação, do progresso e da independência. Criador de riquezas, fundador das nossas indústrias básicas, propulsor do nosso desenvolvimento agrícola e industrial, é à sua visão antecipadora do futuro que devemos a civilização do aço e do petróleo que haveremos de prosseguir, como era o seu sonho, com os recursos, os bra-

ços, a técnica, o capital e a obstinada determinação dos brasileiros. Reformador social operou o milagre de harmonizar os fatores da produção sem recorrer à luta ou à supremacia de classes. Os trabalhadores brasileiros não precisam que se levante o ativo das suas realizações ou faça o inventário das suas contribuições ao campo social. É esse o patrimônio dos seus direitos e das suas conquistas. Contra ele nada poderá a conjura dos interesses ou a maquinação dos egoísmos. A obra cumprida pelo Senhor Getúlio Vargas, de regeneração política, de transformação social, de aperfeiçoamento técnico e de emancipação econômica, ficará como os marcos memoráveis, as realidades permanentes os monumentos que desafiam o tempo e a passagem das gerações. Não guardamos só a memória do estadista que anteviu o futuro ou do político que se movia na estreiteza das possibilidades nacionais, ou do governante que era o provedor das necessidades. Nós reconhecemos também os exemplos de tolerância e generosidade, o senso convicto de

simpatia e compreensões humanas, a bondade cristã tecida de amor e suavidade, a pregação da paz, da concórdia e da boa vontade entre os homens que lhe faziam esquecer os agravos, perdoar as injustiças e calar as revoltas. Pela sua honra, pelo seu ideal, para salvar os princípios constitucionais que encarnava, para que os assomos da força poupassem a Nação dos desvarios da luta fratricida, imolou a sua vida no supremo sacrifício.

Voltando ao Governo, pela vontade do povo que o foi buscar na solidão do ostracismo voluntário, não tinha contas a ajustar nem compromissos a saldar. Empenhou-se desde logo na obra de reconstrução material do país e na solução dos seus problemas essenciais, entre os quais sobressaíam o saneamento financeiro, o aparelhamento dos portos, o planejamento de estradas-chaves que possibilitassem a circulação da produção e da riqueza, a exploração do petróleo em bases técnicas, a expansão das nossas fontes de energia hidrelétrica, que nos libertaria da servidão estrangeira, a

reforma agrária com a extensão aos trabalhadores dos campos dos benefícios já concedidos ao proletariado urbano. Na constância dum zelo cheio de senso humano não faltava aos seus cuidados, aos seus desvelos e às suas preocupações a sorte das massas trabalhadoras para que a todos se garantissem a igualdade das oportunidades, as facilidades do acesso profissional, a elevação dos padrões de vida, a segurança econômica e a Justiça Social. Tombou no meio da jornada o líder enérgico e destemorado. Mas nós juramos continuar a luta e haveremos de prosseguir na tarefa sem tréguas e sem repouso, até que o Brasil venha a ser como sonhara e vaticinara, uma nação politicamente independente, economicamente emancipada e socialmente justa.

Neste dia de luto dedicamos os nossos pensamentos, as nossas lágrimas e as nossas preces ao grande morto que sofreu na passagem terreno o martírio dos inocentes e que hoje na glória eterna dorme o sono dos justos. — (Muito bem; muito bem. — Palmas).